



# Anais da Assembléia

N.48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

a  
1. **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1.987**  
**QUARTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Sra. Deputada Vera Agibert e pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achan-do-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - (Após a leitura da Ata).

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, constou a ausência deste Parlamentar na sessão de ontem, em Ata, enquanto que permaneci na Casa desde às nove horas da manhã e só me retirei às deztoito horas.

Gostaria que fosse retificada a mesma neste sentido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Es-

ta Presidência mandará retificar a Ata.

Os Srs. Deputados que aprovam a Ata que acaba de ser lida permaneçam como estão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É iniciada a chamada nominal)

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Desisto da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em virtude da desistência de V.Exa. e atendendo ao pedido do Sr. Deputado Pedro Tonelli, esta Presidência fará a verificação de votação da Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, hoje pela manhã, não tive oportunidade de assistir, mas o Sr. Deputado Paulino José Delazeri, teria mencionado num programa do qual participou, que as oposições não se encontravam presentes ontem na sessão e se retiraram para não votar um requerimento.

Quero deixar bem claro que dos cinco Srs. Deputados presentes à sessão de ontem, eu estava sentado no mesmo lugar.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem)

Lamento que o Sr. Deputado que veio há poucos segundos aqui falar comigo, pedir informações sobre este episódio, e a quem pedi que conferisse os tapes do programa "Bom Dia Paraná" de hoje, onde na verdade não há menção a este episódio desta forma colocada. Portanto, sugiro ao Sr. Deputado que consulte, ou que pelo menos

aprimore a honestidade de suas fontes de informações, porque esta fonte foi desonestista ao passar esta informação a ele.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Queria invocar aqui o testemunho dos jornais de hoje, que trazem as informações e até mesmo de telespectadores que ligaram para o meu programa perguntando porque me teria retirado do plenário em consequência da votação deste requerimento. Está equivocada, então, uma grande parcela da população de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência Sr. Deputado, foi colocado ontem como presente. Justifica-se a sua questão de ordem. Os Srs. Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se:

Vinte e nove Srs. Deputados aprovam. Nenhum rejeita. **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 15/87, oriundo de Mensagem 01/87 objetivando a permuta de áreas que especifica.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 159/85, que reconhece a Federação dos Servidores Públicos do Paraná - FESPAR, entidade de Direito Privado com sede na Capital do Estado, como órgão oficial de representação em grau superior dos Servidores Públicos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 159/85, que reconhece a Federação dos Servidores Públicos no Estado do Paraná - FESPAR, entidade de direito privado com sede na Capital do

Estado, como órgão oficial de representação em grau superior dos Servidores Públicos no Estado do Paraná, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 263/86 que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência à Infância de Ribeirão do Pinhal.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e, ouvido o Plenário, REQUER seja inserido, na Ata da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo prematuro passamento do jovem Romildo Marcos Pereira, ocorrido no dia 08 último, sexta-feira, no município de Santana do Itararé, dando ciência à família enlutada, na pessoa do seu genitor, Senhor José Pereira Netto, DD. Prefeito Municipal daquela Cidade.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A notícia do desaparecimento do jovem Romildo Marcos Pereira, filho do Prefeito Municipal de Santana do Itararé, Senhor José Pereira Netto, ocorrido no dia 08 último, sexta-feira, naquela Cidade, deixou-nos profundamente consternados, não só pela surpresa do evento, como e principalmente, pelos laços de sentimento e amizade que nos uniam.

O jovem Romildo Marcos Pereira, atuante comerciante e figura expressiva na liderança política naquele Município, significa uma triste e irreparável perda para toda a comunidade, onde desfrutava de invejável relacionamento, em razão de sua firmeza de caráter, bondade e senso de responsabilidade.

Por esse motivo, nada mais justo que esta Casa de Leis se associe às últimas homenagens que se lhe presta, num momento de muita dor e tristeza para todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de pesar pelo falecimento do Digníssimo Senhor Juiz, doutor Hércules de Machado Rodrigues, ocorrido nesta data e ve-

lado hoje no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Falecido Senhor Doutor Juiz Hércules de Machado Rodrigues foi um exemplo de honradez, dignidade e honestidade durante toda sua vida de trabalho e atuação junto à justiça no Estado do Paraná. Sendo merecedor do reconhecimento de todo o povo paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Profundo Pesar, pelo falecimento do Sr. Livino Antônio, ocorrido nesta Capital, no dia 3 do corrente mês.

REQUER ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do extinto, dirigindo correspondência para o seguinte endereço: Clara de Lima Antônio, Rua 9, casa 10 - Vila Nova Barigüi.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Livino Antônio foi um dos pioneiros da fundação da Vila Nova Barigüi, onde atualmente residia, e na qual deixa um grande número de amigos e companheiros, que juntos desenvolveram, importantes ações de caráter comunitário.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata da presente sessão, de votos de pêsames à família Silva, pelo falecimento do Senhor Manoel Antônio da Silva.

O passamento ocorreu no dia 07.05 do corrente, deixando viúva a Senhora Antônio da Silva e filhos, residentes no Distrito de Serra dos Dourados, município de Umuarama.

Da aprovação, REQUER, seja dado Ciência à família enlutada; Rua Minas Gerais, 686.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, submete à apreciação da Assembleia, a proposição de fazer inserir nos Anais da presente sessão, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, voto de pesar, e memória, pelo passamento do meritíssimo Juiz de Direito Doutor Hércules de Macedo Rocha, falecido ontem, 12 de maio

em Curitiba, aos setenta e quatro anos, e supultado hoje, após exéquias na Capela do Tribunal de Justiça, no cemitério municipal São Francisco de Paula.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto era de refinada fidalguia, e deixou, na magistratura e na sociedade paranaense inúmeros amigos consternados. Foi servidor exemplar do Direito e da Justiça, e aliou, em vida, a educação exemplar ao desempenho incansável das funções elevadas que lhe foram confiadas, tanto pelo Poder Judiciário, como pelo Poder Executivo.

Seviu durante muitos anos junto ao Senado da República, no Palácio Monroe no Rio de Janeiro, foi Juiz da Comarca de Londrina, em fase pioneira da sua consolidação.

Amou o Paraná e a nossa Curitiba, a ponto de transmitir estes sentimentos aos que lhe eram próximos, estimulando as lutas pela defesa da Cidade, afim de que se evitasse fôsse esmagada por interesses alheios à sua história.

Batizado na Catedral de Nossa Senhora da Luz do Pinhais de Curitiba, era filho de D. Laurinda de Macedo Rocha e de Herculaniano Rocha, cidadãos curitibanos de vida ligada ao ciclo da erva mate no Paraná, sendo seu avô materno o Comendador José Ribeiro de Macedo, sucessor do Barão do Serro Azul na Associação Comercial do Paraná.

Encaminhem-se os pêsames deste Legislativo, ao Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, para que os faça transmitir à Magistratura em próxima sessão, e ainda à família, na pessoa de suas irmãs D. Edith da Rocha Araújo, D. Araci de Macedo Rocha Virmond, e D. Maria da Luz da Rocha Braga, e aos seus sobrinhos Lélia e Eduardo da Rocha Virmond, Bernadette e José Fernando Rocha de Araújo, Álvaro de Rocha Braga, e Lélia Rocha Miró Rebello e famílias, bem como à viúva, D. Edith Gomes da Silva Rocha.

Registre-se também a memorável atuação do extinto como Juiz de Menores nesta cidade de Curitiba, ao tempo que o problema do Menor ainda podia ser equacionado sem as tintas de tragédia da nossa época, e mais, sua atuação como Professor de Direito Civil, na Universidade do Distrito Federal, no Rio, e na Universidade de Londrina.

Valha-nos a idéia, a ser transmitida aos anais, e à consternada parcela da sociedade paranaense, de que para os que crêem em Deus a Vida não é tirada mas transformada..."

Que o Supremo Juiz acolha esta boníssima alma, de cidadão corretíssimo, e irrepreensível magistrado, inspirando os pa-

ranaenses deste tempo a seguirem seu exemplo de lisura e honradez, inclusive aos investidos de dignidade, tal os que somos Deputados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações pela comemoração do "Dia do Enfermeiro".

A data de hoje é altamente significativa, pois marca a homenagem a uma classe tão importante para a humanidade. São os enfermeiros e enfermeiras que se desdobram na assistência e zelo dos doentes. Muitos chegam ao sacrifício até de noites sem dormir para salvar a vida de criaturas humanas. Aliás, independentemente de horário, essa é uma profissão que exige atenção permanente, zelo e amor aos doentes.

No próprio Serviço Médico da Assembléia Legislativa temos uma equipe de enfermeiras do mais alto nível, profissionais que tem prestado um extraordinário serviço aos Deputados, funcionários familiares e dependentes que buscam seus serviços. É uma equipe competente, que merece nosso louvor e reconhecimento.

Que o "Dia do Enfermeiro" fique registrado nos Anais, como homenagem desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com fundamento no art. 134, § IV do Regimento Interno, REQUER que, após deliberação do Soberano Plenário deste Legislativo, conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações para a Escola Estadual General Osório, de Ponta Grossa, que no dia 10 do mês em curso completou quarenta anos de atividades.

Sob a Direção do Sr. Valdevino Lopes, em 10 de maio de 1939, foi fundado o então Grupo Escolar General Osório, no qual funcionava, em princípio, apenas da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> séries.

Em 1968 iniciou-se a 5.<sup>a</sup> série e a partir de 1975 as turmas de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> séries, deixando então de atender o ensino de 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> séries. Nesse mesmo ano, através do Decreto n. 1407/75 o Grupo passou a ser denominado de Escola General Osório - Ensino Regular e Supletivo de 1.º Grau. Em 3 de maio de 1983, o estabelecimento passou a chamar-se Escola Estadual General Osório - Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, denominação que conserva até a presente data.

Muito bem aparelhada, a Escola tem laboratório de ciências, biblioteca, pavilhão para aulas de formação especial, dezesseis salas de aula, coordenação pedagógica, orientação educacional, cancha para basquete e volei, saguão coberto, cantina e sala para educação física.

Atualmente sob a Direção do Sr. José Kasnodzeki, tem como Diretora Auxiliar a Professora Diair Terezinha de Lima e como Secretário o Professor José de Jesus Mendes. No quadro de funcionários, a escola conta com duas supervisoras pedagógicas, duas orientadoras educacionais, quatro auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, duas cantineiras, doze serventes, três inspetores e quarenta e dois professores.

Distribuídos entre as 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> séries, a escola conta hoje com 1.164 alunos.

Junto com o aniversário da escola, no dia 10 de maio, é comemorado também a data do nascimento de seu patrono, Manoel Luiz Osório, o "General Osório", grande herói do Exército Brasileiro.

Por quarenta e nove anos de bem servir a comunidade pontagrossense, registramos aqui nossos agradecimentos e as mais justas e sinceras homenagens. Parabéns Escola Estadual General Osório.

Requeiro, que cópia deste expediente seja encaminhada à Direção da escola em epígrafe.

Sala das Sessões, em 13.05.87

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Fundamentado no art. 134, § 1.º, inciso IV do Regimento Interno, o Deputado abaixo-assinado, REQUER que, após ouvido o egrégio Plenário, conste na Ata da Sessão de hoje, voto de louvor ao maestro Adauto Vieira, por dez anos prestados à frente da Banda Lyra, de Ponta Grossa.

Desde 1977, o maestro Adauto vinha regendo a Banda Lyra dos Campos Gerais. Durante esse tempo participou de dez concursos, nos quais por sete vezes levou a banda aos primeiros lugares e, por três vezes, às segundas colocações. Um desses concursos foi patrocinado pela FUNARTE, em 1984 no qual, através do empenho do maestro, a banda conquistou a vitória para ser a representante do Paraná num Concurso Nacional de Bandas, onde, após competir com outras doze bandas, sagrou-se campeã nacional.

Por 42 anos o maestro Adauto Vieira vem se dedicando à música, sendo que 30 anos foram dedicados ao Exército e 12 anos à Banda Lyra, desses, dois anos como contra-mestre e 10 anos no comando da banda.

Hoje, injustamente afastado da banda, o maestro descansa. Mas o pontagrossense não esquecerá esse querido mestre, e é em nome da comunidade dos Campos Gerais que aqui rendo as minhas mais justas homenagens, agradecendo pela grande contribuição prestada, não só à Banda Lyra, mas ao engrandecimento da música nacional.

Requer que cópia deste expediente, seja encaminhada ao interessado.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor à equipe "J", da Delegacia de Furtos e Roubos, composta pelos agentes Mário Chagas, João Maria Oliveira, Raimundo Francisco e Acir de Lima Filho, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, e solicita, ainda, que se dê conhecimento ao Delegado da Furtos e Roubos, ao Secretário da Segurança Pública e aos homenageados.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) RAUL LOPES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, recomenda, após ouvido o Plenário da Assembléia, a manifestação de voto de congratulações e apreço aos autores e editores do Atlas Histórico do Paraná, em segunda edição revista e melhorada, pela inserção de memória do lançamento desta obra nos Anais da presente sessão.

Solicita, outrossim, seja oficiado, pela Assembléia, aos eméritos Secretários de Estado da Cultura e da Educação, sugerindo a compra de exemplares da obra para incorporação às bibliotecas do Estado, às municipais, e às das escolas de todo o Paraná.

O valor trata da ocupação do Paraná, com seis mapas reportando as culturas primitivas, e os primórdios da ocupação do Estado pelo homem, com dados arqueológicos fornecidos pelo preciso trabalho do professor Igor Chymz, de 750 A.C a 1500 D.C.

Este relato gráfico e histórico ocupação do Estado prossegue, a partir do ano do descobrimento do Brasil, com cortes de 20 em 20 anos, até 1960, e se encerra um mapa atual dos municípios do Estado.

O mapa de 1500 mostra as florestas de araucárias, os campos de Curitiba, dos Campos Gerais e de Palmas, e as florestas imensas, do Rio Paraná, e do litoral, ambas tropicais e subtropicais.

O mapa de 1500/1520 mostra os caminhos indígenas que cortavam o Estado.

O mapa de 1520/1540 reporta a entrada pelo Rio Ribeira, da expedição de Pero Lobo Francisco Chaves.

O mapa de 1540/1560 grafa a permanência de Hans Staden no litoral em 1549, a expedição de D.Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, desde o litoral catarinense, pelo Paraná, até Ontiveros, passando pela descoberta da Foz e das Cataratas do Iguaçu, e ainda os primeiros contatos dos portugueses em Paranaguá e região.

O mapa de 1560/1580, mostra o Paraná espanhol já se implantando com a Villa Rica Del Espiritu Santo, junto ao Rio Ivaí, e os contatos portugueses no litoral.

O de 1580/1600, conserva a ocupação castelhana nos vales dos Rios Ivaí e Piquiri, e registra contatos portugueses, mais entradas de Jerônimo Leitão e Manoel Soeiro e Jorge Correia, a do primeiro pelos campos de Curitiba, a partir do litoral, até os campos gerais, saindo do Estado pelo passo de Itararé, as segundas no vale da Ribeira.

E assim vai, o de 1720/1740 já acusa os povoamentos de Paranaguá, Antonina, Porto de Cima, Morretes, Curitiba e arredores, Lapa, registra a bandeira para conquista dos campos de Palmas por Zacarias Dias Cortes, em 1720; e a bandeira para abertura da estrada para o sul por Francisco de Souza Faria, em 1730.

O mapa de 1800/1820, mostra as povoações de Registro dos Açorianos, junto ao Rio Negro, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, e a expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, em 1809, rumo aos campos de Guarapuava.

O mapa de 1860/1880, registra todas as colônias de imigrantes europeus, e estima a ocupação do território numa linha sinuosa a partir da Colônia Mineira, Tomazina, cabeceiras do Rio Tibagi, Guarapuava e Palmas.

O mapa de 1880/1900, estende esta linha a Jacarezinho, Pitanga, Laranjeiras do Sul e Chopim. O de 1900/1920, reporta a ocupação dos sertões de Cambará, e da região de Campo Mourão, até Catanduvas Barracão, provocadas por leis governamentais autorizando a colonização do Estado e imensa movimentação fundiária.

Há a memória da fundação da Universidade do Paraná, em Curitiba, em 1912, e já se vê a ferrovia São Paulo - Rio Grande, parte da questão do Contestado atravessando o território.

O mapa de 1940/1960, mostra a ocupação definitiva do território, com o esgotamento da fronteira agrícola, a implantação de cidades como Maringá, Londrina, Loanda, Tamboara, Goioerê, Xambrê, Porto Rico, Terra Rica, Nova Londrina, Nova Esperança e Paranacity.

Há um mapa de 1960, com reservas flo-

restais que, imaginamos, já tenham se esgotado, e um mapa de divisão política do Estado com seus 311 municípios, que dá o perfil do nosso território, hoje.

Tudo é ilustrado pelos métodos gráficos modernos, com convenções claras, de maneira a permitir a leitura, folheando-se o atlas, da saga de ocupação desta unidade federativa, durante três grandes migrações, como ensina, no prefácio, o professor Brasil Pinheiro Machado - glória da nossa Universidade: "... três migrações que produziram, num território, três tipos de colonização, contíguas e conflitantes entre si, mas contidas numa mesma unidade por um mesmo Poder Administrativo."

Há também o texto preciso da professora Cecília Maria Westphalen, explicando cada período, em acréscimo à primeira edição. Fica o registro do esforço brilhante da professora Cassiana Lacerda Carollo que, na primeira gestão da Secretaria da Cultura, produziu e tornou realidade a primeira edição desta obra, já esgotada.

E fica o apoio e aplauso ao livreiro Chaim, de tradicional endereço em Curitiba, junto à nossa Universidade, que, inaugura assim, suas atividades editoriais, voltadas à cultura da gente da nossa terra, e começa com a história das nossas raízes.

Este requerimento pretende convidar o poder político do Paraná, suprapartidariamente, a constatar como Alan Resnais, no filme "Hiroshima Mon Amour": "Não há como negar a evidente necessidade da memória..."

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do 86.º aniversário de emancipação política do Município de Ribeirão Claro, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades e que, dentro dos princípios de direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e a prosperidade desejadas.

Requer também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, votos de congratulações pela passagem do "Dia do Enfermeiro".

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da Casa, à Federação, em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, localizada à Rua Cel. Dulcídio, 1425, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia Legislativa, na forma regimental, a seguinte proposição:

O Pequeno Cotelengo é uma das inúmeras obras da Congregação de D. Orione, e em Curitiba, se propõe a abrigar e acompanhar crianças deficientes físicas e mentais carentes. Para que 150 meninas recebam um tratamento adequado, um grupo de voluntários realiza um trabalho elogiável. A "Voz do Pequeno Cotelengo" tem por finalidade divulgar o trabalho que é realizado e que se procura ampliar e aprimorar.

O elevado trabalho na difícil tarefa de atender excepcionais foi determinante para a indicação do Pequeno Cotelengo do Paraná como "Entidade do Ano de 1986", pelo que recebeu troféu da PROMOPAR.

Pela edição do primeiro número de "A Voz do Pequeno Cotelengo" e pela escolha do Pequeno Cotelengo do Paraná como "Entidade do Ano de 1986", REQUEREMOS, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o Pequeno Cotelengo.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, requeremos que da mesma seja dado conhecimento à direção do Pequeno Cotelengo do Paraná, através da pessoa de seu Diretor, Pe. José da Boit (Rua J. Gonçalves Jr., 140, Curitiba), e à Federação dos Bancários - que editou o informativo, e à equipe de Relações Públicas da instituição, na pessoa de Evilásio Pinheiro, Francisco de Assis da Silva e Isabel Mendes, responsáveis pela feitura do jornal (mesmo endereço).

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo-assinados, integrantes dos Partidos de Oposição, com assento no Legislativo Estadual, no uso de suas atribuições legais e na forma do Re-

gimento Interno, apresentam à Mesa a seguinte proposição:

CONSIDERANDO que a tramitação do Projeto de Lei n. 32/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa do Executivo Estadual, não atendeu às formalidades previstas no Regimento Interno, sendo, por conseguinte, passível de correção por via judicial;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei n. 32/87 fere flagrantemente dispositivos constitucionais quando transfere órgãos e serviços, criados e estabelecidos pela Constituição Estadual por lei originária;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei n. 32/87 fere a hierarquia das Leis, estabelecidas pela Constituição Estadual (Art. 26), interferindo em leis complementares através de lei ordinária;

CONSIDERANDO que no decurso da discussão e votação do Projeto de Lei n. 32/87, que dispõe sobre a Reforma Administrativa, o preceito constitucional que assegura o direito às minorias dentro do regime democrático representativo, foi por diversas e muitas vezes violado e violentado, impedindo-se que os Partidos pudessem exercer o seu direito de participação na discussão da matéria;

CONSIDERANDO que o Projeto de Reforma Administrativa, uma vez transformado em lei, será passível de arquição de inconstitucionalidade pelos vícios e defeitos que geram sua nulidade,

REQUEREMOS seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão e na Votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 32/87, o VOTO CONTRÁRIO à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 14.05.87.

(aa) ALGACI TÚLIO - Líder do PDT

PEDRO TONELLI - Líder do PT

EZEQUIAS LOSSO - Líder do PL

BÁSILIO ZANUSSO - Líder do PFL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação nominal do requerimento de sua autoria, que trata do FEPPA.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de Redação Final ao Projeto de Lei n. 264/86, que declara de Utilidade Pública a MITRA DIOCESANA DE PALMAS, com sede e foro no Município de Palmas.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma dos Arts. 92 e seguintes, e 134, § 4.º, I, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Senhor Secretário das Finanças, para que esclareça a esta Casa quanto a irregularidades que vêm ocorrendo no Banco do Estado do Paraná, conforme denúncias veiculadas pela imprensa, em especial as divulgadas pelo órgão de divulgação dos funcionários desta instituição "Contra-Cheque", em anexo.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira, solicitando medidas que visem a execução de reparos no prédio onde está situada a Escola Rural Estadual de Faxinal dos Penteados, no Município de Imbituva, de propriedade do Estado, bem como formule gestões junto ao setor competente para a liberação de recursos financeiros com essa finalidade.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo às reivindicações da comunidade de Faxinal dos Penteados, do Município de Imbituva, o Setor de Engenharia daquela Prefeitura realizou visita ao prédio em questão, com vistas a uma avaliação mais acurada das suas condições, constatando que, efetivamente, está a merecer sérios reparos, tanto no aspecto estrutural como em sua aparência, especificamente quanto à cobertura, forro e beiral, piso, instalação hidrossanitária, muro, calçadas, instalação elétrica e pintura.

O levantamento efetuado, objeto de expediente encaminhado por aquela Prefeitura, ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Administração, visa tão somente, salvar a segurança dos alunos, frequentadores da Escola Rural Estadual Faxinal dos Penteados, ali instalada, bem como primar pela conservação do prédio, particularmente em se tratando de imóvel de propriedade do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Má-



rio Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a cessão, por doação ou comodato, de uma área de 790,40 m2 pertencente ao Estado do Paraná, sito no Distrito de Guamiranga, Município de Imbituva, para edificação de obras municipais sob a responsabilidade da Prefeitura, considerando a atual ociosidade da referida área e a inexistência de recursos para aquisição de imóvel equivalente.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a destinação de uma Clínica Odontológica Simplificada, para o Município de Prudentópolis - PR.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares da Silva, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a destinação de uma Clínica Odontológica Simplificada, para o Município de Imbituva - PR.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, para que providencie a instalação de uma agência do BANESTADO em Ivaté, Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

O futuro Município de Ivaté-PR, tem sua economia baseada principalmente na agricultura (café), na sericultura, na agropecuária e no comércio.

Com a instalação de uma agência do referido Banco, a comunidade poderá contar com a extensa linha de crédito deste Conglomerado Financeiro, e o Governo do Estado do Paraná estará participando ativamente do progresso do Município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Carlos Jorge Hauhy, Secretário de Estado das Finanças, para que providencie a instalação de uma Agência de Rendas em Ivaté, Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de acostamento asfáltico nas Rodovias PR-182, que liga Palotina a Toledo, e da PR-364, que liga Palotina a Terra Roxa, e Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de um acostamento asfáltico em boas condições, nas rodovias PR-182, que liga Palotina a Toledo, e PR-364, que liga Palotina a Terra Roxa e Assis Chateaubriand, é uma antiga aspiração da região.

O acostamento se faz necessário devido ao grande movimento, principalmente nas épocas de safra, onde o movimento de maquinário agrícola, nessas rodovias, é bastante intenso, e muitos acidentes poderiam ser evitados.

Hoje, em quase todo o trajeto, quando há problemas com um veículo, o mesmo se obriga a parar em cima da pista.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando, com urgência, estudos e elaboração de projetos para a implantação da rede de esgoto na sede do Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Palotina se encontra em um estágio de pleno desenvolvimento comercial e industrial, congratuado, inclusive, com o título de "Capital Nacional da Soja". Com a efetivação dessa proposta, serão beneficiados aproximadamente dezoito mil habitantes, além de novos empregos e



outros incentivos, diretos e indiretos.

A presente proposta vai ao encontro do Programa de Diretrizes de governo, que visa "apoiar a realização de programas e obras destinados a ampliar o percentual da população urbana do Estado, atendida por serviços de esgoto sanitário."

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma nova ponte ou ampliação da ponte atual, entre as cidades de Bandeirantes e Itambaracá.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento representa a reivindicação da população das localidades supracitadas, em virtude do alto índice de veículos que trafegam na mencionada estrada, sendo que, ultimamente, tem ocorrido inúmeros acidentes na atual ponte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de as instituições financeiras cumprirem a Resolução n. 1308, de 23 de abril do corrente ano.

1. Dr. LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA, Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda.
2. Dr. FERNANDO MILIET DE OLIVEIRA, Presidente do Banco Central;
3. Dr. MIGUEL SALOMÃO, Chefe do Escritório Regional do Banco Central, em Curitiba;
4. Dr. PAULO LUSTOSA, Presidente do CEBRAE - Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A situação por que passam os pequenos e microempresários do Estado do Paraná e do País é calamitosa, conforme divulgação dos meios de comunicação social.

Aproximadamente 50% das empresas constituídas em 1986, hoje se encontram desativadas, e outras muitas, que ainda mantêm suas portas abertas, começam a operar com informalidade.

Os bancos estão se negando a aceitar os termos da Resolução n. 1308, de 23 de abril próximo passado, que permite aos pequenos e microempresários negociar suas

dívidas em até 36 meses, inclusive as instituições financeiras, vêm criando um clima de verdadeiro terror entre seus devedores, que estão em pânico, conforme comentou o Presidente da Confederação Nacional de Micro e Pequenas Empresas, Sr. Pedro Cascaes.

Consta que os recursos financeiros, através do "spread", favorecendo as instituições financeiras, seriam aportados pelo Banco Central, o que implica que a negativa das instituições financeiras está em desacordo com a política traçada pelo Planalto Central, desacreditando o Governo Federal e desestabilizando, com isso, todo o sistema de desenvolvimento nacional.

Portanto, é imprescindível e de extrema urgência, que o Banco Central tome providências no sentido de que as instituições financeiras, que hoje se despontam como único segmento rentável em nosso País, cumpram a Resolução n. 1308, aliviando e incentivando nossos empresários, para que eles continuem a produzir, gerando empregos e engrandecendo o Brasil, pois eles constituem 80% da força deste País.

#### RESOLUÇÃO N. 1308

O Banco Central do Brasil, na forma do Art. 9.º da Lei n. 4595, de 31.12.64, torna público que o Presidente do Conselho Monetário Nacional, por ato de 23.04.87, com base no artigo 1.º, § 2.º, do Decreto n. 83.323, de 11.04.79, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1.º do Decreto n. 85.776, de 26.02.81, "ad referendum" daquele Conselho, e tendo em vista o disposto no art. 4.º, inciso XVII, da referida Lei,

#### R E S O L V E U:

I - Autorizar o Banco Central a criar linha especial de refinanciamento a bancos comerciais, destinada a acolher operações de financiamento de capital de giro a empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, cuja receita bruta anual não seja superior a 437.500 (quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional.

II - O limite de refinanciamento por banco será de 10% (dez por cento) da respectiva exigibilidade dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista e sob aviso.

III - Na apuração da receita bruta anual a que alude o item I, desta Resolução, será considerado o ano civil anterior ao da contratação do financiamento, tomando-se por referência o valor nominal da Obrigação do Tesouro Nacional do mês de janeiro do mesmo exercício.

IV - A destinação dos recursos da linha especial de que se trata deverá limi-

tar-se, por empresa, a 3.125 (três mil, cento e vinte e cinco) Obrigações do Tesouro Nacional, por banco, tomando o seu valor nominal vigente no mês da contratação do financiamento.

V - As operações mencionadas no item I, terão os seguintes custos financeiros, irrealizáveis no prazo do contrato:

a. para a operação de financiamento: remuneração, não superior à variação das letras do Banco Central, acrescida de 0,5% (meio por cento) ao mês, que serão capitalizados nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias;

b. para a operação de refinanciamento: remuneração equivalente à remuneração das Letras do Banco Central.

VI - As operações de financiamento serão contratadas pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

VII - A amortização das operações de financiamento de que trata esta Resolução deverá observar o seguinte critério:

a. nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias deverá haver mensalmente pagamento equivalente a 7% (sete por cento) sobre o valor principal;

b. o saldo devedor da operação deverá ser liquidado em 30 (trinta) prestações mensais iguais e sucessivas, corrigidas pela variação das LBC acrescidas de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês.

VIII - A amortização das operações de refinanciamento, aos custos previstos no item V-b, observará o mesmo critério estabelecido no item anterior, sendo que, nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias, os bancos comerciais deverão recolher ao Banco Central 6,5% (seis e meio por cento) do valor de principal.

IX - O Banco Central poderá adotar as medidas julgadas necessárias à execução desta Resolução, inclusive no que se refere à aplicação de custos adicionais, no caso de desvirtuamento dos recursos na finalidade aqui prevista, e rever os custos e prazo e os limites operacionais, quando julgar conveniente.

X - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 23.04.87.

(a) FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS  
Presidente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secre-

tário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, solicitando o envio de recursos financeiros ao Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul, com sede na cidade do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de que essa entidade não tem fins lucrativos, e atende hoje mais de 150 menores carentes daquele município, não contando com apoio da Prefeitura Municipal por divergências políticas entre seus representantes, dificultando com isso o atendimento a esses menores, que até esta data vêm sendo assistidos pelo Conselho acima mencionado.

Em anexo, seguem documentos provando a regularidade funcional do Conselho e suas dificuldades financeiras.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado das Finanças, solicitando pronunciamento sobre as denúncias feitas pelo Excelentíssimo Sr. Renato Bernardi, DD. Deputado Federal (PMDB - Maringá), na edição do dia 10 de maio do corrente, veiculado pelo "O Jornal de Maringá", sobre a sonegação de impostos no valor de Cz\$ 200 milhões, pela firma do Sr. Said Felício Ferreira, Prefeito Municipal de Maringá, presumindo-se seja o Frigorífico Maringá.

Caso o assunto não seja, ainda, do conhecimento do Sr. Secretário das Finanças, Requeiro que o mesmo mantenha contato com o citado Deputado Federal, solicitando maiores detalhes, visando facilitar uma possível sindicância.

No momento em que o Estado do Paraná passa por enormes dificuldades financeiras, não é justo que a citada denúncia passe despercebida pelas autoridades do setor.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes à Secretaria da Cultura, ao Conselho Estadual de Educação, bem como ao Ministério da Cultura e à Fundação Nacional do Livro Didático, sugerindo a formação de projetos que resultem no resgate da realidade histórica do negro nos contextos estadual e nacio-

nal.

Outrossim, aprovado esse requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à Associação Cultural Beneficente da Raça Negra.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Quase cem anos depois da abolição da escravidão, o negro brasileiro ainda não foi totalmente libertado da opressão sócio-econômica. A maior parte dos indivíduos da raça negra vive entre as classes econômicas mais pobres e menos instruídas, situação que leva a outro preconceito - o que liga à figura de qualquer pessoa negra o estigma da marginalidade.

A origem desta situação remonta à forma como ocorreu a abolição no Brasil. Apesar da história oficial colocar a Lei Áurea como uma grande mostra de desprendimento da Princesa Isabel, na realidade ela apenas respondia ao interesse dos grandes fazendeiros, que já não tinham mais interesse na escravidão devido ao início da industrialização que exigia mão-de-obra treinada. Também era claro para a classe dominante de então, que o uso de imigrantes europeus, pagos com salários irrisórios, seria mais vantajoso economicamente.

A história oficial também é omissa quando trata do comportamento do negro diante da escravidão, desmerecendo sua resistência. A existência dos quilombos, por exemplo, se constituíram em comunidades democráticas que foram exterminadas violentamente pelo homem branco. Enquanto se homenageia o bandeirante Jorge Velho, por exemplo, que assassinava índios e negros fugitivos, não se fala do quilombo dos Palmares que durante quase cem anos abrigou aqueles que fugiam da escravidão.

A participação do negro, com seus costumes, língua e comportamento na formação da cultura brasileira também não foi ainda devidamente estudada e divulgada.

Para vencer os preconceitos e resgatar a dignidade do brasileiro negro da sociedade, é necessário que a história ensinada nas escolas seja revista e que nela seja incluída a verdade sobre os três séculos de escravidão no Brasil e o tratamento dispensado aos negros nos anos posteriores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente à Ilustríssima Senhora Doutora Maria Cristina da Silva Tezza, Digníssima Diretora Superintendente da PROMOPAR, solicitando quinhentos cobertores para serem distribuídos às entidades

assistenciais da Cidade de Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Anualmente, a PROMOPAR destina certa quantidade de cobertores para as populações carentes das cidades do Paraná. Goioerê assistiu nos últimos meses a um aumento do número de pessoas desvalidas, carentes, que não dispõe de agasalhos ou cobertores para se protegerem do frio que já se iniciou. Além disso, as entidades assistenciais como creches, asilos e orfanatos, os necessitam imprescindivelmente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência- L.B.A., solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, do Jardim Santa Cruz, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Cruz atende principalmente crianças carentes do referido Jardim. Esse trabalho vem sendo realizado às duras penas por parte dos funcionários e diretores daquela entidade, caracterizando um trabalho cristão de amor ao próximo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada de Roncador à localidade de Beira Rio, no município de Roncador.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica do referido trecho é de fundamental importância para a Cidade de Roncador e região, permitindo melhor escoamento da produção agrícola e transporte de passageiros.

A própria Câmara Municipal de Roncador, através do Vereador Tomaz Ossak, está reivindicando a pavimentação do trecho em epígrafe, visando oferecer melhores condições de transporte aos seus Municípios.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Doutora Maria Cristina Martins da Silva Tezza, Digníssima Diretora Superintendente da PROMOPAR, solicitando quinhentos cobertores para serem distribuídos pelas entidades assistenciais de Campo Mourão, à pessoas carentes da referida cidade.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a PROMOPAR tem distribuído cobertores para entidades assistenciais, para atendimento às pessoas carentes e desabrigadas. Este ano, verificamos um aumento significativo no número de pessoas carentes, perambulando pelas ruas da cidade, sem roupas adequadas para fazer face ao frio que teve início nos últimos dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, sugerindo a implantação de balizamento noturno no aeroporto de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Noroeste Paranaense, limítrofe com terras matogrossenses e paraguaias, constitui-se em total ponto de apoio no que tange à alimentação de sistemas, como bancário, industrial, comercial, estudantil e, destacadamente na produção, distribuição e comercialização de safras agropastoris. Isto tudo considerado, chegamos, pelo progresso, a exigir rápidas ações, com o uso da aviação, presença que reflete o esplendor do progresso, sistema que depende das estruturas em terra, a pedir, além de boas pistas de aeroportos, balizamentos, inclusive os destinados a vôos noturnos que se prestam para assegurar viagens noturnas normais ou de emergência, como acontecem com frequência, ultimamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, solicitando a pavimentação asfáltica entre Paçandu e Ourizona.

A referida obra é uma antiga reivindicação da região e já foram, inclusive, realizadas todas as demarcações para o escoamento da safra, será um benefício, pois o trecho ligará Paçandu a rodovia Maringá-Paranavaí, além do que permitirá um maior intercâmbio social, econômico e cultural, o que justifica a medida.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇANDU

Ofício n.30/87

Paçandu, 23 de abril de 1987.

EXCELENTÍSSIMO DEPUTADO:

Esta Câmara Municipal, por iniciativa do vereador ANISIO MARCONI, aprovou por unanimidade de votos o requerimento de n. 06/87, solicitando seu apoio e ajuda imprescindível, no sentido da pavimentação asfáltica que ligará, Paçandu e Ourizona, seja construída o mais breve possível. Visto, o nosso Município ter reivindicado há muito, inclusive até as demarcações já foram executadas, mas está havendo uma morosidade. E a linha de ônibus que serve os moradores nesta região, está com o tráfego deficitário, prejudicando muito as pessoas, atrapalhando seus negócios e principalmente não há locomoção e em dias chuvosos isto torna-se impossível. Também facilitaria, no escoamento da safra, ligaria Paçandu à rodovia que dá acesso a Paranavaí-Maringá.

Confiamos em seu trabalho e determinação, haja visto termos testemunhado seu labor. Aguardamos com certeza receber este benefício em prol de nosso Município e de nosso povo.

Com agradecimentos, manifestamos e expressamos votos de estima e consideração.

Saudações Cordiais

(aa) JOSÉ PAULO MATESCO

Presidente

MÁRIO MANSANO

1. Secretário

ANISIO MARCONI

2. Secretário

EXMO.SENHOR

BASÍLIO ZANUSSO

DD. DEPUTADO ESTADUAL

CURITIBA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Jesus Sarrão Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN, para que proceda a designação de um Despachante Oficial para Ivaté, Paraná.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ANIBAL KHURY.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a implantação do Curso de 2.º Grau, na "Escola Estadual Dr. Epaminondas Novaes Ribas"- ensino de 1.º Grau, de Ponta Grossa, medida que se constitui prioridade, como forma de extensão do Ensino em todo o Estado.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

## JUSTIFICATIVA:

O pedido em questão está pautado nas mais diversas gestões formuladas por lideranças locais, pela Direção da Escola mencionada e através do empenho da população estudantil e seus familiares, que por meio de abaixo-assinado, evidenciam a premente necessidade da extensão desse tipo de ensino na região.

Assim considerando que Ponta Grossa, em proporção ao seu número de habitantes, conta com poucas escolas estaduais de 2.º Grau e os bairros de Palmeirinha, São José, Vila Isabel, Nova Rússia, Parque Nossa Senhora das Graças, Jardim Esplanada, Jardim Losangeles, Leila Maria, Boa Vista, Jardim Palmeira, não contam com nenhum estabelecimento de 2.º Grau;

Considerando que, anualmente, só na Escola Estadual "Dr. Epaminondas Novaes Ribas", sita no bairro da Palmeirinha, concluem a 8.ª série do 1.º grau cerca de cento e setenta alunos, além das demais escolas de 1.º que dão atendimento até a 8.ª série, havendo, anualmente, cerca de oitocentos e oitenta alunos concluintes;

Considerando o custo com passagem de ônibus utilizados pelos alunos para o deslocamento para outros bairros ou para o centro da cidade, o que afeta a economia dos lares já carentes, refletindo-se, também, na assiduidade e desistência na continuidade dos estudos;

E, finalmente, considerando que a presente proposição, nada mais é do que uma medida de justiça e de alta relevância social, conta com o apoio dos demais Pares com assento nesta Casa.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente para o Excelentíssimo Senhor DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, com objetivo de encetar estudos para viabilizar a construção de um Hospital Público Municipal, em Umuarama.

Do Parecer favorável deste Plenário, Requer, que seja encaminhado cópia ao ilustre Vereador Odair de Vicente e ao digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

## JUSTIFICATIVA:

A posição de destaque, que Umuarama ocupa na região noroeste e no Estado, é fruto do crescimento industrial-econômico do seu povo. Mas, acompanhada com o progresso, vem a superpopulação que, diante das dificuldades em sua maioria se alojam na periferia da cidade. Essa população humilde encontra dificuldades, para suas necessidades básicas como, alimentação, segurança, educação e saúde.

Neste último aspecto, vemos que Umuarama necessita urgentemente de mais leitos hospitalares administrados e controlados pelo poder público.

Portanto, a bem da camada mais necessitada e carente, requeiro esta construção, em caráter urgente.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Lauro Lobo Alcântara, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando destinar à Delegacia de Polícia do Município de Vitorino, uma viatura policial nova, equipada com xadrez e rádio transmissor/receptor, para melhor atender suas diligências cotidianas, oferecendo aos munícipes, eficiência e segurança no trabalho de prevenção e de repressão aos marginais. Com cópia para o Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

## JUSTIFICATIVA:

Segurança, na acepção literal da palavra, quer dizer, dar garantias, cuidar, amparar e zelar; dentro dessa ótica, a Delegacia de Polícia de Vitorino, acha-se sem condições de atender às constantes diligências, em face de sua viatura policial não oferecer condições de funcionamento e conservação, portanto, inservível ao serviço público. Para que àquele órgão volte a oferecer aos munícipes, eficiência e segurança no trabalho de prevenção e repressão aos marginais, necessita com urgência da referida viatura, equipada com xadrez e rádio transmissor/receptor. Segurança para todos faz parte integrante do Programa do Governo de Álvaro Dias e do PMDB.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex à Subcomissão de Tributos, participação e Distribuição das Receitas da Assembléia Nacional Constituinte, aplaudindo e apoiando a iniciativa de incluir como contribuintes do Imposto de Renda, os deputados, militares e juizes.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Lauro Lobo Alcântara, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, solicitando designar um Médico Veterinário; um Engenheiro Agrônomo e uma Secretária, para intensificar o atendimento assistencial aos ruralistas do município. Com cópia ao Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Vitorino, tem sua base econômica na agropecuária, e para dar maior ênfase assistencial aos ruralistas, o escritório da ACARPA necessita de funcionários com funções técnicas qualificadas no sentido de atender com eficiência a clientela do escritório, que vem a procura de orientações técnicas para suas culturas. Dessa forma, teremos uma agricultura desenvolvida e tecnicamente com bom nível de produção.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Coordenador do INCRA - Pr., Senhor Francisco Lutero Loehring, solicitando informações sobre o acordo firmado entre o INCRA - Brasília e os assentados no Projeto São João Batista - Fazenda Cavernoso, em Guarapuava no que se refere à infra-estrutura: armazém, posto de saúde, poços artesianos, pavilhão comunitário, ampliação da escola, instalação de energia elétrica no centro comunitário, abertura e cascalhamento das estradas, pontes e bueiros.

Requeiro, ainda, o envio de cópia à SEST - Rua Dr. Muricy, 542 - 7.º Andar - sala 706 - 80020 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de acordo com suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem no Estado do Paraná, solicitando o que se segue:

a) Fornecimento do Organograma do DER no Paraná.

b) Nome dos ocupantes de Cargos de Chefia em todo o DER.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados, infra-assinados, integrantes dos Partidos de Oposição do Legislativo Estadual do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no artigo 34 do Regimento Interno submetem à apreciação da Assembléia a seguinte proposição:

1 - Constituição de COMISSÃO ESPECIAL de Deputados com a finalidade de acompanhar a implantação da Reforma Administrativa do Executivo Estadual;

2 - A Comissão Especial será integrada pelas Lideranças Partidárias, com assento na Casa, através do próprio Líder ou de um Deputado indicado por este;

3 - O tempo de duração da Comissão Especial será igual ao tempo da implantação da Reforma Administrativa;

4 - A Comissão Especial, além do acompanhamento normal da implantação da Reforma Administrativa - desenvolvido através do trabalho interno ou externo, terá ainda por incumbência receber e encaminhar reclamações por demissões de funcionários públicos ou por direitos feridos de pessoas físicas ou jurídicas.

5 - A Comissão Especial poderá contar com o auxílio de técnicos e especialistas administrativos, do Quadro da Assembléia Legislativa, para assessoramento e orientação no desenvolvimento do trabalho de fiscalização e acompanhamento da Reforma Administrativa.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(aa) ALGACI TÚLIO,

ANTÔNIO BELINATI (Líder do PDT),

PEDRO TONELLI (Líder do PT)

EZEQUIAS LOSSO (Líder do PL) e

BASÍLIO ZANUSSO (Líder do PFL).

#### JUSTIFICATIVA:

Dentre os deveres dos Deputados, está o DEVER PÚBLICO para com a coletividade que o elegeu como seu representante. Este dever é exercido através da FISCALIZAÇÃO dos atos do executivo. A Reforma Administrativa se reveste da maior importância para toda coletividade, em razão do que é dever do Legislativo acompanhar a sua implantação para que os interesses desta se-

jam defendidos e preservados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do comentário "CRIME SEM CASTIGO" do Jornalista Cláudio Abramo, publicado na revista "SENHOR", n. 16, de 07 de abril de 1987, páginas 32 e 33, pelo seu conteúdo de análise e retratação de uma realidade não vista pelo Poder Público.

A justiça deve ser feita, os brasileiros não podem mais carregar o ônus dessa história triste e violeta vivida em consequência do golpe militar de 64. Solicita, ainda, o envio de expediente ao Jornalista cumprimentando-o pela grandeza e posição da matéria.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, a publicação do Artigo "O LUGAR DO NEGRO NA FORÇA DE TRABALHO", publicado no "ALMANAQUE ABRIL/87", folhas 195, da editora Abril. O mesmo, abordando o preço que custava cada escravo trazido ao Brasil, impossibilitando o número exato de africanos que entraram no Brasil - de acordo com proposta de RUI BARBOSA, foram destruídos quase todos os documentos relativos a este fato. (Lei de 14/12/1890).

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, seja transcrito, nos Anais da Casa, o artigo intitulado "Publicidade Personalista", do jornalista Nilson Monteiro, publicado no jornal "Folha de Londrina", edição do dia 10 do corrente mês que, por sua vez, transcreve o documento denominado "A Publicidade dos Poderes Públicos", do jornalista e escritor Domingos Pellegrini.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### JUSTIFICATIVA:

Os abusos na propaganda oficial têm sido uma constante, em todas as esferas da administração pública. Abusos que nem sempre podem ser coibidos, uma vez que fal-

tam, ao cidadão comum ou mesmo às Casas Legislativas, instrumentos legais para uma fiscalização eficaz.

Essa propaganda, com raríssimas exceções, assume, quase sempre, o caráter de mera publicidade pessoal dos governantes. Publicidade regimento paga, à custa, naturalmente, dos contribuintes. Daí, a correta afirmação do escritor londrinense Domingos Pellegrini, de que "esse tipo de publicidade contribui imensamente mais para objetivos pessoais que sociais, e desgasta profundamente o poder público, as instituições legislativas e judiciárias, a política e os políticos, em todos os níveis sociais, principalmente no novo estágio de cidadania que pretendemos alcançar e que a população vai almejando cada vez mais irritada."

O documento, por isso mesmo, contendo uma série de sugestões à Constituinte, com vista à publicidade oficial, merece ser analisado e transcrito nos Anais da Casa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja considerado lido e conste nos Anais desta Casa de Leis, o pronunciamento (anexo) sobre o "Dia da Libertação da Escravidão" (13 de maio). E que, após isso, seja enviada cópia do referido pronunciamento à Sociedade 13 de maio, à Rua Clotário Portugal, esquina com Alameda Princesa Isabel, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja transcrito, nos Anais deste Poder, o artigo do jornalista Renato Schaitza, intitulado "Rombo na Casa", publicado na edição do dia 03 do corrente mês, no jornal "Correio de Notícias", por espelhar a dura realidade em que se debate o setor habitacional e a completa falência do Sistema Financeiro Habitacional.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### JUSTIFICATIVA:

O Brasil, a cada dia que passa, vê agigantar-se o grande problema habitacional que atinge principalmente as famílias de menor poder aquisitivo.

O Banco Nacional da Habitação, criado em 1965, para proporcionar a casa própria aos mais fracos, acabou num desvio, até ser finalmente agregado à Caixa Econômica



Federal. Com o seu desaparecimento, restou a lembrança de uma política eivada de erros e de "furos", que ao invés de resolver o problema habitacional, apenas agravou uma situação já caótica, afastando-se de seus objetivos iniciais, ou seja, financiar a casa própria aos que dela realmente precisavam, passou o BNH, de penosa memória, a financiar imóveis de alto luxo e de grandes custos, bem como a proceder grandes empréstimos a Estados e Municípios.

Em razão desse desvio, inúmeros foram os abusos e as irregularidades praticadas à sombra do Sistema Financeiro da Habitação, a ponto de se estar afirmando hoje, como o faz Renato Schaitza em seu artigo, que o furo no SFH atinge 500 bilhões de cruzados, "perto de um quinto do total da dívida externa do País."

A matéria em tela, mostra em detalhes a problemática do setor habitacional brasileiro.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 065/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada de ANTÔNIO CASTRO LIMA, o trecho da Rodovia que liga Altônia a Iporã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Antônio Castro Lima foi um dos benfeitores do Município de Altônia. Nasceu em Guanambi - BA., filho de Anésio de Castro Lima e Ana Florinda de Castro Lima.

Mudou-se para Uniflor - PR., onde foi comerciante e vereador, casando-se no dia 31 de julho de 1960 com Alair Dorinda Grambezolli Lima, transferindo-se, três anos após o casamento (1963), para o Distrito de Altônia, onde teve cinco filhos.

Desta data em diante, foram muitos os benefícios prestados por Antônio Castro Lima a Altônia, levando-o a ser o primeiro Prefeito do Município, em 1968. Sua gestão foi importante para a pequena cidade, uma vez que sendo o primeiro Prefeito contribuiu para o crescimento político e administrativo do Município.

Antônio Castro Lima faleceu no dia 20 de fevereiro de 1979, deixando saudade na população altoniense e o legado de sua dedicação e conquistas para o Município.

Por ser esta a participação de Antônio Castro Lima para o crescimento de Altônia e por conseguinte do Paraná, é que ofereço este Projeto de Lei, possibilitando ao Poder Público Estadual reverenciar um de seus artífices do passado.

PROJETO DE LEI N. 066/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública a "Associação Jardim Bom Pastor", com sede e Foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) SABINO CAMPOS

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação Jardim Bom Pastor" de Almirante Tamandaré, foi fundada com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais Associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos dos moradores do Jardim Bom Pastor, bem como, representá-los perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns; como a Campanha do Agasalho, promoção de festas e outras atividades de lazer, aplicação do Programa do Leite, e o trabalho para conseguir benefícios para o bairro, a exemplo de ônibus coletivos, água tratada, escolas, etc.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

PROJETO DE LEI N. 067/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Fica concedido o título de cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel PM Dagoberto Dulcídio Pereira.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.05.87.

(a) RAUL LOPES.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito deste Estado a uma figura humana que no decorrer de sua vida soube demonstrar o interesse e dedicação pela comunidade paranaense.

Ao longo dos anos de sua existência, demonstrou ter por este Estado, o mais puro dos sentimentos de amor, lealdade e dedicação, tendo arriscado sua vida um cem pares de vezes em defesa de nossa soberania.

A VIDA POLICIAL MILITAR DO

## CORONEL PM DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA

## DADOS PESSOAIS:

Nasceu em Curitiba, no dia 3 de setembro de 1890, filho do Coronel Cândido Dulcídio Pereira, heróico defensor do Regime Republicano, tombado morto no memorável Cerco da Lapa, quando no Comando da Milícia Paranaense.

Em 28 de maio de 1913, ingressou no Corpo de Bombeiros, como 1. Sargento Arquivista, graduação esta que havia ocupado anteriormente no Exército Brasileiro, revelando-se um elemento disciplinado e disciplinador, inteligente, leal cumpridor de seus deveres e, por força de sua conduta e virtudes, mereceu, sempre, a admiração, o respeito e a amizade de seus subordinados, pares e superiores hierárquicos.

Esteve pouco tempo no Corpo de Bombeiros e durante sua permanência naquela organização recebeu vários elogios pela bravura e inaudita presteza no combate a diversos incêndios de grandes proporções, salientando-se dentre as demais praças.

Em data de 7 de julho de 1914, foi incluído no Esquadrão de Cavalaria do Regimento de Segurança do Paraná- atual PMPR-, em cuja arma dedicou grande parte de sua vida.

## PARTICIPAÇÃO NA CAMPANHA DO CONTESTADO.

Como Alferes seguiu, a 5 de setembro de 1914, incorporado às tropas do Regimento de Segurança mobilizadas para dar combate aos fanáticos.

Durante as operações comandou um contingente da Força e com alguns civis conhecedores do terreno, partiu para a Vila de Itaiópolis, onde, a 7 do referido mês, entrou em contato com os revoltosos, com os quais travou violento combate.

Depois, permaneceu em ação até voltar a normalidade à zona contestada.

Pela coragem demonstrada em todas as lutas em que participou, tornou-se merecedor da gratidão do Governo do Estado.

## PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1924.

No movimento revolucionário irrompido em 5 de julho de 1924, passou à disposição do Governo Federal, tendo seguido para Ponta Grossa, a fim de colaborar na organização do Regimento Provisório de Cavalaria do Exército, sendo comissionado no posto de 1. Tenente, conforme instruções dadas pelo General Azevedo Costa, Comandante da Coluna Sul.

Naquela ocasião, assumiu o comando do 1. Batalhão de Cavalaria, em operações de guerra, marchando, a seguir, em serviço de descoberta de revolucionários, por diversas localidades, destacando-se em todos os encontros que teve com os revoltosos.

A 10 de agosto, seguiu com o Esquadrão

em missão especial para Porto de São José, fazendo a viagem a bordo do vapor "Dom Pancho"; dali, partiu em direção ao Rio Paranapanema. As lanchas "Roseira" e "Dourados", que faziam parte da missão, foram violentamente atacadas pelos adversários, tendo travado combate, apesar dos poucos mosquetões que possuía, deixando patente a sua serenidade e firmeza de ânimo durante o formidável bombardeio de artilharia e metralhadoras feito contra suas embarcações.

No Dia 31, tomou parte no combate do Porto São José, que durou cinco longas horas. Somente depois de ter combatido até esgotar toda a munição e levando em conta, a superioridade numérica do inimigo, este armado de metralhadoras e canhões, retirou-se com a tropa sob seu comando.

Em 12 de setembro, todos os revolucionários, surpreendidos os guardas avançados, e tomado de imprevisto a Vila de Guaíra, retirou-se com o Esquadrão em direção a Porto Mendes, destruindo, em sua passagem, a linha férrea a fim de retardar a marcha dos rebeldes, bem como retirou as embarcações ancoradas no porto para que elas não fossem mais utilizadas.

Prosseguindo a marcha foi a Foz do Iguaçu. No entanto, estando cortadas pelos revoltosos, as estradas que ligavam Iguaçu a Guarapuava, seguiu viagem pelo exterior, passando por "Pozadas", "Pazo de Los Libres" retornando a Uruguaiana, Bagé, Rio Grande, Florianópolis e, finalmente chegou a Ponta Grossa, apresentando-se ao General Rondon, Comandante da Coluna Oeste, da qual ficou fazendo parte o Regimento de Cavalaria, em vista da dissolução da Coluna Sul.

A 28 de outubro, com o término das operações, o Regimento de Cavalaria foi extinto, e nessa ocasião, recebeu as seguintes referências do General Comandante: "Bom oficial, inteligente, cumpridor de seus deveres, ativo e esforçado, bom cavaleiro e conhecedor dos princípios disciplinares, aliados à sua subordinação e fina educação civil e militar, ao seu caráter e às suas virtudes de cidadão, uma extraordinária indiferença ante os mais sérios perigos, como demonstrou durante as descobertas, onde pôs à prova sua bravura e serenidade instruindo-se na moderna arte de guerra. Será um excelente Oficial da Arma de Cavalaria".

## PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1930.

Nesse ano, deu-se o movimento nacionalista e a Polícia Militar ficou ao lado das tropas libertadoras.

Durante essa campanha, de pequena duração, o Cel. DAGOBERTO comandou o Esquadrão de Cavalaria da Corporação, demonstrando o seu valor, coragem, discipli-

na e abnegação, contribuindo para a reintegração dos republicanos no seu verdadeiro princípio de democracia, colaborando, patrioticamente, na grande obra revolucionária e sobretudo na fase de reorganização política do País.

#### PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO DE 1932.

Em maio de 1932, obteve três meses de licença para tratamento de saúde e em julho novamente o País se via em luta ao eclodir o movimento constitucionalista de São Paulo.

A Força Policial do Paraná, comandada pelo bravo Coronel Ayrton Plaisant, passou à disposição do Governo Federal.

O nosso biografado desistiu, incontinenti, do resto de licença em cujo gozo se achava e apresentou-se a fim de ser incorporado ao destacamento que seguia ao campo de luta. Foi designado para assumir o comando do 1.º Batalhão de Infantaria, tendo a 21 de julho, entrado em contato com os revolucionários, próximo ao Rio Capela da Ribeira, onde travou violento combate.

No dia 3 de agosto seguiu para as proximidades de Guapiara, acampando no local denominado Capinzal, onde permaneceu frente à frente com o adversário até o dia 21, data que acantonou na citada localidade, após esta ter sido tomada por suas tropas.

Marchou, depois, para Pinheiros, onde chegou a uma hora da madrugada. Dali seguiu por uma picada com destino a Cordeiros. Prosseguindo sua marcha alcançou a Capela do Alto Caetano, seis quilômetros além das posições de Cravos.

Em todos os lugares que combateu sempre deu sobejas provas de bravura e patriotismo, sendo, por isso, elogiado pelo General Waldomiro de Lima, ao dissolver os destacamentos do Exército Sul, por ter se portado à altura de suas responsabilidades, cumprindo fielmente o seu dever de soldado e de patriota. Tornou-se, igualmente credor da consideração do Governo e das autoridades militares que dirigiram a ação repressiva contra o movimento revolucionário paulista.

#### CONDECORAÇÕES

O Coronel DAGOBERTO foi agraciado com as seguintes condecorações, as quais confirmam a sua têmpera de valoroso policial-militar paranaense:

- MEDALHA MILITAR, de bronze, prata e ouro, pela sua conduta e bons serviços prestados à Corporação e ao Estado;
- MEDALHA DE MÉRITO, por ter se distinguido em serviços de campanha e outros de relevância a bem da ordem pública;
- MEDALHA - MARECHAL CAETANO DE FARIA;
- MEDALHA - MARECHAL HERMES;
- MEDALHA DE PRATA, pelos feitos demonstrados na Campanha de 1932;

- MEDALHA MULHER PARANAENSE, pela sua participação na Campanha de 1930.

#### CARGOS E FUNÇÕES

O Coronel PM DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA exerceu cargos de relevo e responsabilidade na administração pública de nossa terra dentre os quais citamos:

Chefe de Polícia do Estado - Secretário de Segurança Pública (1938) - Comandante Geral da Polícia Militar, duas vezes, Chefe da Casa Militar da Governadoria - Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul e Rio Azul - Chefe de Censura da Imprensa da Capital, desempenhando-os, sempre, com dignidade, procurando fazer com que a Corporação se elevasse, cada vez mais no conceito público.

Exerceu, ainda, inúmeras funções policiais-militares, destacando-se:

Ajudante-Secretário do Regimento de Segurança do Paraná;

Ajudante-de-Ordens, das seguintes autoridades: Governador do Estado (1915), Secretário do Interior e Justiça e Introdução Pública, (1917), do Ministro da Polícia, durante a estadia em Curitiba;

Delegado de Polícia, em comissão, em diversos municípios;

Diretor da Escola Regimental da Força; Comandante do Esquadrão de Cavalaria;

Assistente da Força (atual chefe do Estado Maior);

Comandante do 1.º Batalhão de Infantaria;

Comandante Interino da Corporação, várias vezes;

Diretor do Curso Especial de Equitação;

Como oficial subalterno participou da comissão que construiu a estrada de Rodagem de Rio Negro a Assungui de Cima (1916) e do Júri Técnico do Campeonato de Cavalaria de Armas da 5.ª Região Militar, onde confirmou conceito louvável, que goza, mercedamente, dos seus camaradas do Exército.

Presidiu várias vezes a Comissão encarregada da compra de animais para a PMPR.

Em todas as funções que desempenhou mereceu elogios pela correção e eficiência demonstradas em todas elas como oficial modelar.

#### REALIZAÇÕES NO COMANDO GERAL DA PMPR.

O Coronel Dagoberto figura na Galeria dos Comandantes da Polícia Militar, ao lado de proeminentes vultos que aqui deixaram indelévels traços de sua profícua administração.

Comandou a Polícia Militar por duas vezes, de 12 de março de 1947 a 17 de maio de 1948 e de 13 de maio de 1955 a 31 de janeiro de 1956.

Em março de 1947, por ocasião em que era empossado no espinhoso cargo de Comandante-Geral, ouviram, quantos assistiram aquela cerimônia protocolar, traçar o bravo policial-militar, em memoráveis palavras dirigidas aos seus comandados, um vasto programa de ação, tendente à elevação do nível moral e intelectual da Corporação e seu preparo técnico, onde ficaram definidas as linhas gerais, na sua proposição com que encerrou o discurso alusivo ao ato "MUITO TRABALHO- MUITA INSTRUÇÃO e MUITA DISCIPLINA".

Oficial conhecedor profundo das necessidades da tropa e dotado de grande capacidade de ação, tão logo iniciou seu comando, cuidou de prover as que lhe pareciam mais urgentes, de iniciativa própria ou como continuidade de seus antecessores. Para tanto, contou, desde logo, com o apoio indispensável do Governo do Estado, no sentido de facilitar a pesada tarefa.

Um dos seus primeiros atos, aliás aquele que reclamava a mais pronta providência, foi o de possibilitar melhor aparelhamento pessoal à Corporação com efetivos e organizações capazes de atenderem às necessidades do serviço policial e da instrução, na medida do desenvolvimento que se operava no Paraná.

Reorganizando os quadros das unidades existentes transformou a Companhia Escola em Centro de Preparação Militar, que veio dar origens a atual Academia Policial-Militar do Guatupê, e criou uma Companhia Isolada destinada a manter os destacamentos da Região Norte do Paraná. Conseguiu também, um aumento de trezentos e dezoito homens no efetivo, sendo duzentos e cinquenta e seis soldados, o que veio trazer um desabafo aos serviços policiais que sobrecarregavam e sacrificavam os integrantes da Corporação.

No que diz respeito à instrução, empregou todo o seu carinho e interesse. De pronto criou o Centro de Preparação Militar, unidade de ensino onde foram enquadrados todos os elementos da Polícia Militar, do soldado ao oficial, do que resultou o mais apreciável preparo técnico da tropa.

Deu início, desde logo, à regulamentação indispensável ao Centro, organizando e pondo em execução um rigoroso programa com as diretrizes para a formação de cabos e sargentos, elaborado dentro do mais moderno preceito de instrução, de modo a possibilitar a promoção de graduados perfeitamente capacitados a um melhor desempenho de suas funções, quer como auxiliares de administração, quer no serviço policial, quer na instrução como monitores.

À instrução dos oficiais também dedicou especial atenção. Na impossibilidade de funcionar a Escola de Formação, o curso

exigido para o oficialato passou a ser feito no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da 5. Região Militar, de onde saíram, com ótimas aprovações, vários sargentos.

A parte relativa à equitação mereceu destaque, com resultados honrosos para a corporação nas competições hípias em que se salientam os seus elementos, tanto na Capital como em outros Estados da Federação.

Com o fim de aprimorar esse importantíssimo ramo da instrução, designou oficiais para se especializarem no Estado do Rio Grande do Sul, em curso realizado na Brigada Militar, sob a direção de mestres experimentados e obedecendo as normas e técnicas modernas.

Em seguida, devemos salientar a regulamentação das promoções de oficiais, feita em decreto-lei, elaborado sob suas vistas e sancionado em 1948. Tal ato veio complementar a legislação federal correspondente, com o estabelecimento de regras e normas para a apreciação dos princípios de antiguidade e merecimento, dentro da mais sadia Justiça, por intermédio da Comissão de Promoções, da qual foi o seu primeiro Presidente.

Desnecessário é dizer-se do incontestável valor dessa medida acauteladora dos direitos da oficialidade da Polícia Militar e dos interesses do Estado, no recrutamento por uma seleção eficiente, dos elementos para os seus quadros possuidores dos requisitos indispensáveis à carreira policial militar.

Ainda interessado em proporcionar o máximo conforto ao pessoal sob seu comando, em aquartelamentos dotados dos elementos necessários à tropa, conseguiu durante seus dois períodos de comando, realizar obras de vulto, tais como:

- Construção de um pavilhão no flanco esquerdo do Quartel do Comando-Geral ( hoje ocupado por Diretoria de Pessoal, Apoio Logístico e Finanças), destinado, na época, ao 1. Batalhão de Infantaria contendo dependências para refeitórios de oficiais, sargentos e praças, além de outras que foram aproveitadas nas repartições administrativas da unidade.

- Aterro e terraplenagem da antiga pista de obstáculos;

- Asfaltamento do pátio interno do quartel ( 1.ª vez)

- Construção do pavilhão para o curso de equitação;

- Construção do prédio antigo xadrez, e

- Reconstrução do pavilhão da Banda de Música.

Organizou a Companhia de Guardas Sinais de Trânsito (hoje Batalhão de Polícia de Trânsito), o Regimento de Cavalaria

(extinto), e idealizou o plano de Organização dos Destacamentos Policiais Militares no Interior do Estado.

Relativamente aos benefícios para o pessoal, assinalamos com justiça os esforços que dispendeu em prol da criação do montepio para os oficiais de cujo projeto foi um dos organizadores; da melhoria do seguro de vida dos oficiais e sargentos, e ainda, da Caixa de Beneficência dos Cabos e Soldados, manutenção e ampliação da Assistência Judiciária; reforma melhorada dos policiais militares idosos e sobrecarregados de serviços, além do maior interesse no sentido de obter maiores proventos para seus comandados.

Quanto ao aparelhamento do material da Corporação, adquiriu novos arreamentos para o Esquadrão, aumentou a cavalcada e substituiu os animais mais velhos por outros novos; para o setor médico hospitalar adquiriu um aparelho de Raio X e material de cirurgia de emergência; aquisição de uma camioneta para condução de praças, além de muitos outros elementos de cuja falta se ressentia a Corporação.

No tocante à missão da Polícia Militar no Policiamento da Capital e Interior do Estado, procedeu, após minucioso estudo de situação e necessidades de cada localidade, bem como das possibilidades da Corporação, um reajustamento completo do que resultou sensível melhoria para situação aflitíssima da segurança pública além de desafogar o pessoal dos inúmeros serviços que lhe estavam afetos em consequência da falta de voluntários para preenchimento dos claros existentes.

Finalmente, o nível disciplinar da Polícia Militar manteve-se sempre inalterado, graças aos salutaros métodos postos em prática pelo Cel. Dagoberto, calcados na mais rigorosa justiça, na aplicação de medidas que se faziam necessárias, com sacrifício mesmo do serviço, face às dificuldades que encontrou para substituir os elementos cuja exclusão das fileiras se impunha por motivos disciplinares.

Como vemos, o Cel. DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA, honrou o nome de seu genitor nas tradições da Polícia Militar.

#### INATIVIDADE

Em 23 de maio de 1939, solicitou e obteve sua reforma. Não pôde no entanto, gozar merecido repouso que fizera jus depois de longos anos de serviço, pois o Governo do Estado, tendo necessidade de sua imprescindível colaboração, o convocou, em março de 1946, deixando sem efeito o decreto que o havia inativado.

No mês de novembro de 1950, foi transferido compulsoriamente para a reserva remunerada e a 8 de janeiro de 1952, foi reconvocado outra vez para o serviço

ativo.

Depois de presidir uma Comissão que se dirigiu à República Argentina, a fim de adquirir animais para a Polícia Militar e a exercer outras missões na ativa, foi desconvocado a 2 de janeiro de 1956.

#### CONCLUSÃO

O Coronel PM DAGOBERTO DULCÍDIO PEREIRA foi um administrador eficiente, objetivo e profundamente estimado na Corporação. Ele é o espelho vivo de uma plêiade de policiais-militares que denodadamente souberam cumprir com seus deveres, mesmo à custa do sacrifício da própria vida.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo Expediente a ser lido, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O fato que nos chama a atenção, em especial a este Parlamentar, ligado a área de Segurança é o que diz respeito à queda do Comando da Polícia Militar. Ontem pela manhã, abrindo a Comissão de Direitos Humanos, da qual sou vice-Presidente, reunião esta convocada para dar o direito de defesa a quem está com seu direito ameaçado, ou seja o Pastor Wener Fuchs que, por palavras ditas em manifestação popular, está sendo processado pelo Exército Brasileiro, por crime de calúnia e difamação.

Mas, abrindo a reunião de ontem, dizíamos que: "a liberdade é a maior característica do homem, só o desejo de liberdade torna o homem um revolucionário capaz de revolucionar o mundo e fazer a história."

Lembrávamos que a defesa da liberdade foi o sustentáculo da revolução francesa, que nos legou os pilares democráticos: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Dizíamos, Senhores Deputados, que vivemos dentro de um País de regime democrático, que enfrenta vários problemas, exatamente porque impediu, por um bom tempo, a liberdade da livre manifestação, garroteou a liberdade de imprensa, e, por via direta, toda a liberdade!

E, com isto, o que se viu foi a falta total e direitos do povo e a extinção gradativa das liberdades nacionais, porque obedecer às leis emanadas do povo e consequentemente feitas para o bem comum, é ter liberdade de igualdade de direitos que contempla a todos, sem distinção!

Mas isso só é possível dentro de um Governo forte e sensato, que não tenha a pretensão de trazer para si todas as forças de decisão!

Senhores Deputados, dois meses se passaram do Governo Álvaro Dias, e a primeira

grande crise surge! E por que? Exatamente pela falta de liberdade, e imposição de um Governo que mal começa e já quer centralizar todas as decisões administrativas e políticas em suas mãos já o dissemos em outra oportunidade e repito hoje aqui: a Oposição reconhece e este Deputado em especial reconhece algumas posições de moralidade dentro deste Estado, posições estas tomadas pelo Governador Álvaro Dias, agora o que não podemos admitir, é a centralização de poder nas mãos de apenas um homem!

Os jornais de ontem estampavam em manchetes, e os de hoje também:

"Destituído o Comado da Polícia Militar".

"Álvaro Dias destituiu Comandante da PM e o Chefe do Estado Maior".

"O Governo derruba o Comando da PM para acabar com as brigas".

As matérias de todos os jornais que temos em mãos assemelham-se e dão conta de que por medidas tomadas pelo Senhor Governador estava destituído o Comando da Polícia Militar. O Governador Álvaro Dias, destituiu ontem o Comando da Polícia Coronel Dirceu Rubens Hatshbach e o Chefe do Estado Maior da Corporação, Coronel Carlos Otávio Valente Amoré e nomeou para os seus cargos o Comandante Vantuil Borges, ex-Comandante do MPTRAN, e da Academia Policial Militar do Guatupê, pessoa de maior honestidade possível, da maior confiança, pelo trabalho que exerceu a frente do MPTRAN e da Academia Policial Militar do Guatupê.

Mas, dizia ainda Senhores Deputados, nas entrelinhas da entrevista concedida...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem trinta segundos para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Posso usar o espaço da Liderança do PDT ou devo retornar?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência está no Pequeno Expediente ainda, Senhor Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado.

Para completar, ainda nesta primeira parte, dizia que na entrevista concedida pelo Coronel Dirceu Rubens Hatshbach o mesmo declarou que não teve a liberdade de escolha dos seus companheiros de Estado Maior e de outros setores da Polícia Militar. Mas voltarei no Horário das Lideranças para completar este pronunciamento, falando dos fatos lamentáveis que ocorreram em decorrência desta destituição na Polícia Militar.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, ouvindo atentamente o Se-

nhor Deputado Algaci Túlio, mas quero antes falar a respeito do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, e com todo respeito. Assisti toda a entrevista que o Senhor Deputado Paulino José Delazeri concedeu no "Bom Dia Paraná" da Rede Globo.

Em momento algum eu ouvi o Senhor Deputado Paulino José Delazeri dizendo que a Sessão havia se esvaziado pelo motivo de que ele tinha apresentado nesta Casa um requerimento a respeito do FEPPA, mas sim, o que me chamou atenção é que o mesmo disse que dentro desta Casa um Deputado o teria ameaçado. Gostaria, quando o Senhor Deputado Paulino José Delazeri ocupar a Ordem do Dia, nesta sessão de hoje que nos falasse qual é o Deputado que o ameaçou.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério de Carvalho.

Ausente, estando ausente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Ocupamos a tribuna desta Casa de Leis para manifestar a nossa preocupação com relação à construção da Ferrovia da Produção. Preocupação que de forma alguma é motivada pelo esforço da comunidade paranaense, em especial o Governador Álvaro Dias, que vem realizando enormes esforços para que se inicie a obra, mas sim pela posição do Presidente Sarney, que insiste em construir a faraônica Ferrovia Norte-Sul, ligando Goiás ao Maranhão.

Todos sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, das graves dificuldades econômicas do Governo Federal. E por isso é fácil desconfiar que, pela escassez de recursos, a Nova República não terá condições de levar adiante a construção de duas ferrovias de tão grande porte.

Entretanto, conforme detalhada matéria realizada pela Revista "Veja" desta semana, o Governo Federal está correndo desesperado para iniciar a execução da Ferrovia Norte-Sul, sem qualquer estudo de viabilidade econômica, lembrando inclusive os velhos tempos da Velha República, quando se construíam obras caríssimas e na maioria das vezes desnecessárias, ou facilmente substituíveis por obras menores ou mais baratas.

Ainda segundo a Revista "Veja", o traçado da Ferrovia Norte-Sul cortará um suspeito vazio econômico, tendo em vista que ali existe uma agricultura incipiente, pouquíssimas indústrias, e apenas um rebanho bovino, que não é pequeno, mas que

viaja para outras regiões do País a bordo de caminhões sem que isso represente um problema para os criadores outro lado, interessante é que a ferrovia correrá paralelamente à Rodovia Belém-Brasília e a dois Rios, o Araguaia e o Tocantins, para os quais há muito se planeja um destino de vias de transporte a um preço pelo menos seis vezes inferior ao anunciado para a ferrovia.

Tudo indica que mais uma vez o Governo Central planeja mais um sonho irrealizável com a finalidade de beneficiar sua região política e atender aos interesses financeiros das grandes empreiteiras, o que é confirmado pelas denúncias do Senador e ex-Ministro dos Transportes Affonso Camargo, de que o Decreto Presidencial para a construção da Ferrovia Norte-Sul é ilegal, pois outorga a concessão à empresa VALEC, de uma ferrovia que não consta do Plano Nacional de Viação e contraria as leis que disciplinam o investimento de estatais em novos projetos, a consulta a órgãos técnicos competentes, as normas para realização de concorrência e para a desapropriação das áreas a serem utilizadas para a obra.

E a "Folha de São Paulo", na sua edição de hoje, comprova que a concorrência para a contratação das empresas foi uma farsa. Na sua edição do dia 08 de maio a "Folha" divulgou a lista das empresas que venceriam a concorrência. Hoje, com a divulgação do resultado da concorrência a farsa foi confirmada. Já se conhecia de antemão as empresas que ganhariam a concorrência.

É uma vergonha nacional. Chegou-se ao ponto de até o Diretor de Engenharia da VALEC admitir a cartelização, concorrência.

Preocupa-nos, portanto, a possibilidade do Governo ter assinado o Decreto para a construção da Ferrovia da Produção apenas como manobra para amenizar as críticas à Ferrovia Norte-Sul, para depois deixá-la no esquecimento quanto à destinação de verbas.

A viabilidade e a necessidade econômica da Ferrovia da Produção é inquestionável, tanto que, ao contrário da Ferrovia Norte-Sul, está ocorrendo um grande interesse por parte da iniciativa privada nacional e internacional pelo projeto. Proporcionará escoamento de grande produção, incentivará as exportações com a diminuição dos custos dos transportes, e tem um retorno garantido e rápido dos valores a serem investidos, o que é fundamental diante da crise por que passa o País. Além disso, todos sabemos o papel decisivo que a Ferrovia da Produção terá na integração do Paraná com o Mato Grosso do Sul, e do Brasil com os vizinhos países Paraguai e Argentina.

Diante desse quadro, Senhores Deputados, acreditamos que devemos continuar o movimento pela Ferrovia da Produção, reforçando a luta que está sendo desenvolvida pelo Governador Álvaro Dias, buscando alternativas no setor privado e pressionando o Governo Central para que cumpra o prometido, pois temos a certeza que diante dos interesses nebulosos do Senhor Presidente José Sarney, a Ferrovia da Produção ainda não está garantida.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. (Lê):

"Na data de ontem, sendo comemorado o quinto ano da criação dos Municípios de Cantagalo e Turvo, não poderia deixar de fazer uso da tribuna, para saudar a criação desses dois municípios, pelas Leis n. 7575 e 7576, de 12 de maio de 1982.

Com os territórios desmembrados de Guarapuava, estes dois prósperos municípios da Região Oeste do Paraná vêm se destacando tanto na área agrícola como na pecuária.

Cantagalo conta aproximadamente com a população de 23 mil habitantes, numa área de 1.800 km<sup>2</sup>, administrada pela eficiência do Excelentíssimo Sr. Guilherme de Paula Netto, DD. Prefeito Municipal, o qual vem demonstrando em seu pujante quadro de desenvolvimento econômico, com 2.369 propriedades rurais e 1.118 propriedades urbanas em seu território. Possuindo ainda, 512 estabelecimentos comerciais e industriais. Dotado de um orçamento na casa dos Cz\$ 15.000.000,00 aproximadamente.

O Município de Turvo, apresenta uma população aproximada de 15.500 habitantes, numa área de 936 km<sup>2</sup>, administrada pelo Excelentíssimo Sr. José Pereira de Campos, o qual vem se destacando pelo notável progresso daquela localidade. Possuindo grande número de estabelecimentos comerciais, bem como com a produção agrícola de milho, soja, feijão, arroz e aveia, e os rebanhos de suínos, eqüinos e caprinos.

Assim sendo, congratulo-me com os Excelentíssimos Srs. Prefeitos dos referidos municípios, bem como com sua população ordeira que os fazem crescer dia a dia, através de uma caminhada objetiva e grandiosa, com toda a comunidade que lá vive participando e contribuindo com o desenvolvimento econômico e social, numa união comunitária, na qual se sobressai o esforço e o trabalho de um povo que consolida o futuro, com coragem, perseverança e amor.



Este é o nosso pronunciamento em homenagem à criação dos Municípios de Cantagalo e Turvo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tinha dado por encerrado o caso da substituição dos Comandos e Estado Maior da Polícia Militar. Foi um assunto bastante politizado pela nossa imprensa em data de anteontem, ontem e hoje ainda. Mas o Senhor Deputado Algaci Túlio ainda fez algumas referências e quero desta feita, tornar público que não existe absolutamente nada do que foi falado e ratifico com certa veemência o que declarei por meio de jornais e rádios desta Curitiba.

Volto a dizer que reina total calma, ordem, tranqüilidade e disciplina na Polícia Militar, não existe nada absolutamente que venha pôr em choque a política de segurança pública do Estado do Paraná. A situação é calma e tranqüila; não há necessidade de qualquer proselitismo em torno desse aspecto.

Hoje, também, companheiros, estamos comemorando "99.º aniversário da Libertação dos Escravos", no Brasil. Fizemos uma saudação mas, dado a exeguidade do tempo, vou me permitir tecer algumas reflexões, para o que peço à Mesa, antecipadamente, que considere lida a saudação e me permita encaminhá-la através da Douta Mesa, à Direção daquela Sociedade.

Sabemos todos da importância desse movimento na estrutura política do Brasil. Foi sem dúvida alguma um acontecimento maravilhoso, inédito, para o qual chamo a atenção para algumas reflexões face o que representa. Às vésperas daquele 1.889 quando nos preparávamos para decretar e declarar o início da nossa república, no Brasil, vimos um momento importante, de grandes definições para o qual sempre aponto e consintam meus preclaros companheiros, que compare àquele momento com a serenidade do atual momento nacional.

Tenho certeza que nesta Casa de Leis estarão todos atentos para este grande problema, e haverá, naturalmente, esforços por parte de todos para que possamos conduzir a contento e satisfatoriamente a nossa missão, o nosso papel, a fim de que possamos conduzir o nosso Brasil à sua destinação legal.

Era o que tinha a declarar, companheiros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Quero dar continuidade ao assunto abordado pelo ilustre Deputado Sabino Campos, cujas palavras neste momento endosso e ratifico.

A "Folha de São Paulo", edição de hoje, traz uma reportagem da Ferrovia Norte-Sul, na qual, com prova inquestionável da sua missão de investigar como jornal, na sua ação livre de denúncia, traz hoje à população brasileira o resultado de uma concorrência da Ferrovia Norte-Sul, resultado este que a própria Folha, nos seus classificados, já divulgava, antecipadamente, as empresas que seriam beneficiadas pela construção dessa Ferrovia que tanto debate tem gerado neste País.

Ferrovia que não foi discutida; obra faraônica à que o PMDB, na sua história, na sua filosofia e no seu programa sempre se opôs, em combate sistemático, e neste momento, este PMDB recebe como prato feito uma obra que não teve a oportunidade do questionamento da sociedade brasileira.

E qual é o resultado disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senão a grave denúncia que faz a "Folha de São Paulo"? O meu partido, o PMDB, dentro da sua responsabilidade, preocupado sempre com o resgate histórico de sua luta do passado e da previsão da luta do futuro, levou o assunto à Comissão Executiva Nacional.

E lá o assunto está sendo debatido, fazendo com que esse Partido se coloque, neste momento, sensível aos reclamos da sociedade brasileira, que exige um esclarecimento da sinecura empresarial que se formou em relação a esta obra. Observem, nobres Deputados, que eu não estou entrando no mérito da construção em si, mas, na própria decisão de se construir uma obra.

É boa ou não é? Não sabemos. É economicamente viável? Não sabemos. A concorrência é honesta? Não é.

Porque o próprio diretor da Valec, admite a cartelização. Cartelização é crime? Cartelização corresponde ao anseio da sociedade brasileira, do PMDB que quer a transparência, que quer a democracia, que quer a moralização? Não.

Não é essa a transparência do meu Partido. Não é esta a forma de condução do Brasil neste momento de grave crise, em que tomamos uma atitude corajosa de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. E tomamos ao mesmo tempo uma atitude de duvidosa viabilidade da construção desta ferrovia, envolvendo empréstimos ex-

ternos e envolvendo repito, a sinecura empresarial com provas irrefutáveis, pois a C.R. Almeida antecipando-se ao resultado que ela já conhecia, construiu casas e definiu o local do trecho onde iria trabalhar.

Esta é a República que queremos?

Não, certamente. Não é esta a República do PMDB. Não é esta a República daquele cidadão de saudosa memória, daquele caminhante quase solitário Teotônio Vilela, pregando a dignidade do Brasil. Não é a República de Pedroso Horta, o grande líder da resistência dos tempos obscuros. Não é a República dos nossos companheiros, não é deste PMDB que tem no seu programa, no seu compromisso. Repito aquilo que disse no início: este não é o PMDB da transparência, da moralização da dignidade, do trato sério da coisa pública.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Nação está estarrecida, o povo está nas ruas a perguntar, a questionar. O povo precisa saber o que realmente está acontecendo nesta República. Abrimos as páginas dos jornais e nos sentimos envergonhados, mais uma vez vilipendiados. Vemos a "Folha de São Paulo" trazendo, há dias atrás, um anúncio dizendo quem ia ganhar a concorrência para a construção da Ferrovia do Sr. Presidente José Sarney. Porque esta não é a ferrovia do povo, não é a ferrovia Norte-Sul, não é a ferrovia dos trens de carga, mas, sim, do "trem da alegria" e do "trem da corrupção".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desta tribuna passamos dois mandatos anteriores a denunciar a corrupção de Delfim Neto, de Geisel, de Figueiredo, a denunciar os abusos com relação aos direitos humanos praticados pelos governos ditatoriais. E não poderíamos deixar de voltar aqui para dizer que um crime contra o povo brasileiro está sendo praticado; porque no momento em que gasta-se dois bilhões e meio de dólares para construir uma ferrovia, sabemos que mais de um milhão e meio de brasileiros não têm casa para morar. Enquanto os programas de habitação nos Estados, nos Municípios e na União, se encontram com os caixas praticamente zerados, diante da insuficiência de recursos para a gravidade do problema, concentra-se toda a arrecadação do compulsório para construir a ferrovia dos desejos do Sr. Presidente da República.

Para atender a que interesses está sendo construída esta ferrovia?

Poderíamos concentrar estes recursos para o setor de habitação, para que pelo menos fizéssemos respeitar o Ano Internacional dos sem-teto no País, em que mais de um milhão e duzentas famílias não têm onde morar.

Queremos defender o PMDB, queremos aqui convocar o PMDB nas Assembléias, nas Câmaras Municipais, nas ruas, onde puder falar, falar em nome do povo brasileiro e não em meia dúzia de cínicos que estão tentando desmoralizar o partido das lutas, o partido das liberdades e da igualdade social.

Não podemos admitir que em nome da Nova República alguns canalhas que já passaram pelo poder roubando o povo brasileiro, voltem com outras siglas e com outros nomes, mais uma vez atentando contra a segurança e os direitos do nosso povo e da nossa gente.

Que garantias tem um povo que não tem nem casa para morar? Que garantias tem uma Nação quando antes de serem abertos os editais de concorrência pública, os jornais de grande circulação neste País, como a "Folha de São Paulo", já publicavam os ganhadores dos trechos e dos lotes dessa concorrência?

Ora, ou nós saímos para a rua para pedir um basta para tudo, ou o povo irá dizer um basta. Ou mudamos esse quadro que está aí ou seremos mudados pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem mais trinta segundos para concluir.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Precisamos levantar em todos os paramentos as vozes contrárias à essa desgraça que está sendo feita contra o povo brasileiro. É um dos maiores atos de corrupção que se viu e que se tem notícia na história do País. Não pode passar sem o nosso protesto e sem o protesto do PMDB que sempre defendeu a moralização do serviço público.

Era só o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino José Delazeri, por trinta minutos.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começamos a nossa vida nascendo, como muitos dos companheiros que compõem esta Casa de Leis, lá na roça, lá na agricultu-

ra. E todos que lá nasceram e viveram sabem que o homem do campo começa a trabalhar aos sete, aos oito, aos nove, aos dez, aos onze anos de idade. E na roça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se trabalha duro, porque lá não há o horário da Consolidação das Leis do Trabalho.

No campo, Sr. Presidente, começa-se a trabalhar às cinco horas, quando não às quatro horas da manhã. E só se pára de trabalhar às nove, às dez horas da noite. Isso tanto o pai, como o filho, e a mãe que desenvolvem a atividade no campo; na agricultura na pequena e na mini-propriedade.

E esse homem e esta mulher que trabalham doze a quatorze horas por dia durante muitos anos da sua vida precisam completar sessenta e cinco anos de idade para poder ter direito a uma aposentadoria que deveria lhes garantir a sobrevivência na velhice.

Não é um favor do Governo e nem do Estado. Religiosamente o homem do campo contribui com 2,5% da sua produção, todos os anos e todas as safras quando as safras não se frustram, para poder chegar aos sessenta e cinco anos de idade e receber exatamente 50% de um salário-mínimo de aposentadoria para viver a sua velhice.

E aqui no Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos oitocentos mil aposentados, 40% se aposentaram por invalidez para o trabalho, porque destruíram-se física e mentalmente, no cabo da enxada, da foice, em cima do trator, trabalhando e produzindo e gerando riquezas!

Os problemas mentais e físicos atingem a 40% dos aposentados e os incapacitam para o trabalho, aí se aposentam com exatamente meio salário-mínimo!

Destes oitocentos do Estado do Paraná, 68% são trabalhadores do campo, são homens da roça, que se aposentam, após os sessenta e cinco anos de idade com meio salário-mínimo. E a mulher, a esposa destes trabalhadores, trabalham, na maioria das vezes, muito mais que o homem, porque a sua atividade também se estende ao cuidado dos filhos e à manutenção da casa. Esta mulher, não se aposenta, ao final de quase sessenta anos de trabalho; quando atinge setenta anos de vida ela passa a ter direito a uma pensão, que não é nem aposentadoria e nem salário-mínimo!

Quando a média de vida do trabalhador, e da trabalhadora do campo, neste País, não passa de cinquenta e seis anos de idade, a previdência social deste País só aposenta o camponês aos sessenta e cinco anos de idade, e para a sua, mulher dá uma pensão de meio salário-mínimo após os setenta anos de idade!

E, agora mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por sugestão do Executivo,

através do Conselho Superior da Previdência Social, encaminhou-se um projeto de lei à Câmara e ao Senado da República para alterar os benefícios recebidos pelos trabalhadores aposentados, se não me falha a memória é a Lei 83/87, e que, infelizmente, a Câmara dos Deputados aprovou: para o trabalhador da cidade é mantido o benefício de somente Cz\$ 1.300,00, ou, segundo a Emenda apresentada, 95% de um salário-mínimo. E para o homem do campo, Sr. Presidente, para o homem do campo, o Congresso Nacional não teve a sensibilidade, porque também o problema daqueles Parlamentares está resolvido, a nível de aposentadoria, de elevar em, no mínimo, para um salário-mínimo para o trabalhador e para a trabalhadora rural. E esta Lei se encontra, neste momento, no Senado da República, e provavelmente será aprovada da mesma forma como o foi na Câmara dos Deputados.

Para muitos o que encaminhamos a nível de requerimento, não tem valor legal, mas temos o compromisso de que, se aprovado este requerimento aqui na Assembléia, será enviado projeto de lei alterando o Fundo de Previdência Parlamentar da Assembléia.

Para muitos este requerimento é demagogia, para, como disse o nobre Deputado Presidente do FEPPA, ao final da Sessão de ontem. Dizia também este Deputado que se não parássemos de fazer demagogia, no entendimento dele, ele nos denunciaria dizendo que quando participamos da Assessoria do Secretário do Interior, na Assembléia Legislativa, teríamos usado indevidamente carros oficiais. E, eu o desafiei ontem e o desafiei hoje de manhã no programa de televisão, "Bom-Dia Paraná", e o desafio aqui, novamente, Sr. Deputado, porque este Parlamentar não tem compromissos com grupos econômicos, com corrupção ou com malversação do dinheiro público. Por isso tenho a tranqüilidade de vir aqui e defender este meu requerimento e pedir o apoio desta Casa de Leis. E se faço isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, e se tomamos essa iniciativa, é porque entendemos que o Legislativo tem que recuperar a sua credibilidade já que os parlamentares, em sua maioria, admitem que ele está desacreditado. Este Poder que deveria ser o poder supremo, o respiradouro das ansiedades do povo, deveria ser o fiscalizador da aplicação do dinheiro público, dos impostos gerados a sangue e suor pelos trabalhadores e pelos empresários. Que deveria fiscalizar o Judiciário na aplicação da Lei, e o Tribunal de Contas na sua tarefa. Nós que deveríamos ter o poder de legislar sobre economia, definindo as prioridades orçamentárias no Estado do Paraná...

O Sr. Werner Wanderer - Senhor Deputado,

solicito um aparte.

O SR. PAULINO DELAZERI - Em seguida nobre Deputado.

Portanto Senhores Deputados, se faço e tomo essa atitude de encaminhar um requerimento, é no intuito de ver este poder de cabeça erguida, soberano, e podendo de fato fiscalizar os outros poderes porque esta é a sua função. Assim poderemos dizer com altivez que aqui neste Poder não existe apropriação indébita do dinheiro público por parte dos parlamentares, porque o Fundo de Previdência é um fundo de interesse privado e que não beneficia não mais de cem parlamentares.

O Sr. Domingos Scarpellini - Vossa Excelência concede-me o aparte.

O SR. PAULINO DELAZERI - Em seguida nobre Deputado.

O Sr. Domingos Scarpellini - Em seguida quando? Quando terminar seu pronunciamento?

O SR. PAULINO DELAZERI - Nobre Deputado, peço a sua compreensão porque quero terminar o meu raciocínio.

Devo dizer, Senhor Presidente, que o que estamos pedindo nesta Casa não é demais, e nem exagerado. Não pedimos a extinção do Fundo de Previdência Parlamentar. O que pedimos, sim, é Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o dinheiro público seja respeitado pelo menos pelos Parlamentares desta Casa, porque no Artigo 6.º da Lei n. 66/39 nas letras B e G, diz que a Assembléia, portanto o orçamento público, contribuirá com 16% sobre o valor do salário dos Parlamentares para o Fundo de Previdência Parlamentar. E, mais grave do que isso, Senhores Deputados, na letra G diz que ao ato da aposentadoria de um Parlamentar o FEPPA pagará 50% da aposentadoria, e o orçamento público novamente repassará os outros 50%. Mas, mais grave do que tudo isso, é uma lei aprovada pelo Parlamento, no seu parágrafo Único do Artigo 6.º, que diz e admite que na eventualidade do Parlamento não funcionar normalmente, portanto admitindo a hipótese deste Parlamento vir a ser fechado, fica obrigado o Poder Executivo recolher ao Fundo de Previdência Parlamentar os 10% dos Deputados e os 16% do Orçamento da Assembléia e ainda pagar a aposentadoria dos Senhores Deputados.

No entendimento de Vossas Excelências isso é moral, ainda que signifique hoje uma contribuição de mais de Cz\$ ..... 1.300.000,00 do orçamento público, que daria para construir mais de 50 casas em regime de mutirão a fundo perdido

para cinquenta famílias miseráveis e exploradas deste Estado? Mas estamos nos apropriando deste dinheiro.

Permito aparte ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, que foi o primeiro a pedir o aparte.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Nobre Deputado Paulino José Delazeri, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento questionando a aposentadoria aos Parlamentares. Na verdade já tivemos a oportunidade de ver pela imprensa o noticiário que envolvia os nobres vereadores da Cidade de Curitiba. A questão da previdência do Parlamentar, não é, "A priori", um assunto que deva ser reserva, que não deva ser discutido. Ele deve, sim, ser discutido.

Este é o local para discussão. Quanto à previdência parlamentar, pelas suas implicações jurídicas e legais, evidentemente, gostaria de ressaltar que, na distinção pura e simples deste Instituto Previdenciário, estaríamos atingindo direitos adquiridos de muitos cidadãos, daqueles que contribuíram com o subsídio de Deputado para este Fundo. Como ficariam estas pessoas? Como ficariam os atuais Deputados, que descontam o valor correspondente a 10%?

É um direito adquirido. Como ficariam os Deputados que já estão aposentados? Também não deixa de ser um direito adquirido.

Feitas estas ressalvas, eu quero dizer aos demais Deputados, que assino o requerimento juntamente com o ilustre autor da proposta, Deputado Paulino José Delazeri, repetindo aquilo que eu disse no início, que este assunto não deve gerar nenhuma preocupação na sua discussão pública. Evidentemente que a participação do Poder Público nas aposentadorias de parlamentares, não se restringe ao Parlamento paranaense. Aqui mesmo no Paraná nós temos as Fundações das Estatais que geram recursos enormes, Fundação BANESTADO, Fundação SANEPAR, Fundação COPEL, e outras de menor calibre.

Na medida em que eu assino este seu requerimento, eu proponho que o questionamento seja feito também em relação a estas Fundações. Nós gostaríamos de saber como elas são geridas; como elas são administradas; quem são os seus administradores; qual é a forma de complementação da aposentadoria dos funcionários; se os funcionários mais graduados recebem o mesmo percentual; se os menos graduados tem um tratamento privilegiado; se os empréstimos concedidos aos funcionários são tratados com equidade e justiça; se não há privilégio; se esses fundos realmente são colocados à discussão da sociedade e do Parlamento.

Por isso eu assinei este requerimento, para que aqui, no Parlamento, se discuta estas questões, nobre Deputado.

Quem sabe uma Comissão Parlamentar de Inquérito, envolvendo todos estes assuntos, seja o instrumento legal e aberto à sociedade paranaense. Assim podemos convocar a todos, o FEPPA, a Assembléia, as Fundações das Estatais do Paraná, para aqui discutirmos, esse tipo de previdência, e compararmos com a previdência do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Consulto o Senhor Presidente, para saber quantos minutos ainda me restam.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência dispõe de doze minutos e quarenta segundos.

O SR. PAULINO DELAZERI - Deputado Nereu Carlos Massignan, eu agradeço o seu aparte, que vem dar uma contribuição significativa, no sentido de que nós unamos forças aqui no Parlamento. Nós temos que dizer claramente que vamos investigar o Tribunal de Justiça do Estado se tiver fundo, se tiver previdência de interesse privado com dinheiro público; vamos investigar o Tribunal de Contas, a COPEL, a SANEPAR, vamos investigar. E por isso que nós estamos aqui e eu quero dizer, nobres Deputados que este debate engrandece, é com este debate da busca da solução e da moralidade pública que nós encontraremos apoio na sociedade para buscar as nossas prerrogativas tão necessárias.

Eu pediria brevidade ao Deputado Domingos Scarpellini em seu aparte, para que nós possamos ouvir também outros companheiros.

O Sr. Domingos Scarpellini - Nobre Deputado.

Em primeiro lugar eu gostaria de perguntar a Vossa Excelência se o Deputado Paulo José Delazeri, é o mesmo ex-funcionário da Assembléia.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Paulino Delazeri.

O Sr. Domingos Scarpellini - É o mesmo, ou não?

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - É o mesmo, sim Senhor.

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu gostaria de perguntar qual o trabalho que foi desenvolvido por Vossa Excelência quando Vossa Excelência foi por duas oportunidades designado para ser membro da Comissão

de Orçamento desta Casa, já que Vossa Excelência realmente diz que não tem nada em seu passado que o comprometa. Eu gostaria que Vossa Excelência fizesse um breve relato sobre o trabalho naquela Comissão.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Nobre Deputado. Eu cheguei a esta Casa de Leis em maio de 1977. Em maio de 1977 fui trabalhar com o Deputado Ernesto Dal'Oglio, de quem fui office-boy. Posteriormente tive a grande oportunidade de conhecer um parlamentar que deixou marcas profundas nesta Casa e eu o Assessoriei por quatro anos aqui no Poder Legislativo e depois por mais quatro no Poder Executivo, na Secretaria do Interior.

Fui indicado para assessorar a Comissão de Orçamento e o fiz com muita dignidade, através de nomeação da valorosa Liderança do PMDB. Assessoriei a Bancada junto a Liderança durante todo o momento da elaboração do orçamento, quando convocamos aqui vários técnicos das Secretarias de Estado, aliados ao MDB, que estavam dentro do aparelho do Estado da ARENA, controlada por estes que empobreceram esta Nação. Cumpri com dignidade...

O Sr. Werner Wanderer - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - ...e se eu não me engano, na época Vossa Excelência já estava aqui e pôde apreciar o trabalho realizado por nós, porque Vossa Excelência era membro do PMDB e participava das reuniões da Bancada e participava das discussões sobre problemas orçamentários. O Deputado Nelson Friedrich, naquela época foi autor de mais de quarenta emendas, que constam dos Anais desta Casa, elaboradas por essa assessoria também. É esta a resposta que tenho a dar. Sei que o seu objetivo é tentar nos desmoralizar desde já para tentar desmoralizar também o requerimento que encaminhamos à Casa.

(Tumulto no Plenário).

O Sr. Domingos Scarpellini - Eu não perguntei com o objetivo de desmoralizar Vossa Excelência, apenas com o objetivo de esclarecer alguns comentários que circulam pela Bancada e por esta Casa, dizendo que Vossa Excelência teria sido nomeado apenas com objetivo de receber o salário pago a quem é nomeado para aquela Comissão. Eu gostaria que Vossa Excelência esclarecesse a esta Casa, porque circulam rumores de que Vossa Excelência teria usufruído da Prefeitura Municipal de Palotina, onde o seu pai é o Prefeito, para se eleger Deputado.

(Tumulto no Plenário).

O depoimento do Prefeito de Terra Roxa

de que prendeu o Ônibus da Prefeitura de Palotina, conduzindo cabos eleitorais de Vossa Excelência numa verdadeira maratona. Queremos esclarecer estes fatos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua a palavra com o orador.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Nobre Deputado José Domingos Scarpellini, o que Vossa Excelência levanta neste momento, até antes da apresentação deste requerimento não andava pela Casa. Mas eu aqui tenho plena e sã consciência de que se este requerimento, salvo prova em contrário, deverá ser aprovado sabem por quem? Pelo grupo denominado "Nova Assembléia" que tentou chegar à direção desta Casa para moralizá-la.

Também tenho esperanças de contar com os Deputados da Oposição que assinaram a emenda 147, proposta pelo Deputado Pedro Tonelli, da qual também fui signatário, pedindo a extinção da aposentadoria do Governador. Agora chegou a hora de "matar a cobra e mostrar o pau" por parte destes Deputados.

Queriam extinção da aposentadoria do Governador e ele, num ato de grandeza, enviou uma mensagem neste sentido à esta Casa de Leis, porque a emenda não obteve as assinaturas necessárias. Agora que se trata de interesse próprio, quero ver a Oposição votar favoravelmente a este requerimento para extinguir seus privilégios. Porque senão a contradição estará, evidente e ficará provado mais uma vez que se legisla nesta Casa em causa própria.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço seu aparte, aguardado há muito tempo.

Gostaria de engrossar este rol de argumentações justas, morais e que com tanto brilhantismo o trazem à esta tribuna com uma preocupação que acho fundamental, no sentido de gerir o bem público.

Colega Deputado Paulino José Delazeri, no dia 22 de abril passado encaminhei um requerimento à direção do FEPPA solicitando a minha exclusão pelos mesmos motivos enunciados por Vossa Excelência com tanto brilhantismo. Não recebi resposta oficial alguma. Mas recebi uma resposta de alguns integrantes da direção do FEPPA que disseram que vão negar o meu pedido. A alegação dada é de que o Deputado Pedro Tonelli está nesta Casa teleguiado por um partido, mas que a sua esposa vai gostar da direção do FEPPA, porque esta vai lhe garantir benefício futuro.

É neste sentido, sim senhor, que se geram os recursos públicos. Os recursos públicos, os 16% da contribuição e a meta-

da de contribuição do pagamento dos benefícios futuros, como Vossa Excelência muito bem disse aqui, são recursos do Tesouro do Estado e que estamos usando em benefício próprio. Isto é lamentável! Como vamos moralizar os recursos públicos e a administração pública se não estamos dando o exemplo...

O Sr. Domingos Scarpellini - Gostaria de pedir a Vossa Excelência que abra mão das vantagens de gabinete de Líder, de quinze assessores que Vossa Excelência tem, de carro chapa oficial e depois vir falar aqui. Vossa Excelência não dá o exemplo e queremos exemplos. Não adianta vir aqui com discurso e fazer outra coisa lá fora.

O Sr. Pedro Tonelli - Estou esperando os exemplos da maioria nesta Casa. Neste momento temos que nos unir.

O SR. JOSÉ FELINTO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente. Quando à colocação do Líder do PT nesta Casa, gostaria de solicitar o seu nome, porque se ele tem sido beneficiado pelo FEPPA, eu ainda não fui, e ele está dizendo que nós estamos sendo beneficiados pelo dinheiro público. Por isto lamento que o Líder do PT esteja tratando assim tão equivocadamente deste assunto.

O Sr. Artagão Mattos Leão (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, já que o meu nome foi invocado pelo ilustre suplente de Deputado Paulino José Delazeri, ora em exercício, e visto que eu já solicitei o aparte, por diversas vezes, e este aparte não me foi concedido, eu gostaria de dizer ao Deputado Paulino José Delazeri, que eu não o ameacei e não o desafiei em momento algum. E, ele afirmando isso, agora sim ele está fazendo demagogia, demagogia das mais baratas, demagogia das mais vergonhosas, porque todas as vezes que ele procurou o FEPPA para receber cópias de Leis, nós colocamos estas Leis à sua disposição. E o Deputado foi à televisão dizendo que estava sendo ameaçado, dando a entender aos telespectadores que alguém queria entrar em luta corporal porque ele estava fazendo uma denúncia! Uma denúncia que para nós é vazia, porque existe uma Lei e o FEPPA está amparado dentro desta Lei!

Portanto, Deputado, eu não o ameacei, não o desafiei, apenas lhe disse que, segundo me constava Vossa Excelência arrumou, na Secretaria do Interior, um cargo

de assessoria regional do Oeste, e o exerceu por três anos, e exerceu fazendo já a sua campanha para Deputado Estadual, recebendo dos cofres da Secretaria do Interior! Eu disse a Vossa Excelência que, segundo me constava, um ônibus da Prefeitura de Palotina foi preso em Terra Roxa no dia da eleição, carregando eleitores de Vossa Excelência. Por isso, Deputado, Vossa Excelência, não pode vir aqui, nesta Casa, acusar um Instituto que está amparado por Lei, porque Vossa Excelência, como Parlamentar, pode fazer um Projeto de Lei para modificar aquilo que Vossa Excelência acha que pode estar errado. Este direito Vossa Excelência tem.

Vossa Excelência foi exonerado da Secretaria do Interior, agora, no dia 15 de março para assumir o cargo de Deputado Estadual. No entanto, Vossa Excelência fez toda a sua campanha eleitoral como funcionário da Secretaria do Interior, e agora vem aqui, nesta Casa de Leis, dizer que precisamos mudar afirmando que veio com novas idéias, novos desafios!

Por isso, nobre Deputado, nós não podemos concordar com a sua atitude. Não podemos concordar porque nós, como presidente do Fundo, estamos lá desempenhando hoje um papel que amanhã poderá ser desempenhado por qualquer um Deputado, porque eu não sou dono do FEPPA, eu apenas exerço um cargo que é temporário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência, em virtude dos Oradores que detiveram a maioria do seu tempo, lhe dá mais três minutos.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Eu devo dizer que realmente não esperava outra reação, mas sim, exatamente esta que está ocorrendo.

Quero dizer, nobre Deputado Artagão Mattos Leão, aos Deputados desta Casa, que fui detentor de um cargo DAS-5 na Secretaria do Interior até o momento em que Lei prevê a descompatibilização remunerada, nobre Deputado, porque esta é a Lei e não foi modificada até o presente momento, mas me descompatibilizei...

(Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Olha, o Deputado que está esbravejando, acusando aí e me ofendendo, faltando com o decoro parlamentar, eu já o vi puxar revólver aqui na Assembléia. Eu o vi puxar revólver aqui nesta Assembléia querendo intimidar todo o mundo. Vossa Excelência, que não merece esse tratamento, está acostumado a

mexer com outro tipo de gente, que Vossa Excelência intimida. Vossa Excelência está acostumado a intimidar homens.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, nós queremos que esta Casa mantenha o alto nível, e que o Parlamentar que está no Plenário tenha tranqüilidade de se posicionar e que os demais Parlamentares dêem essa condição para que a sessão prossiga normalmente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pois não. Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, o Deputado que está me ofendendo eu já o conheço desde 1977, quando eu era assessor parlamentar. Ele costumava puxar o revólver na época da ARENA, a quem serviu com muita honradez, no entendimento dele. Agora, infelizmente para mim, está no meu partido, mas nós toleramos isso porque o conhecemos bem.

Prosseguindo Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu só quero dizer que o artigo 10 e seu parágrafo 1.º da Constituição do Estado, dizem: "Perderá o mandato de deputado. Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens ilícitas ou imorais".

Para mim nobre Presidente e Senhores Deputados, nem tudo que é legal é moral e por isso encaminhei esse requerimento à Mesa da Assembléia. Muito obrigado e veremos o resultado da votação. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Grande Expediente. Consulto a liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Excelentíssimas Senhoras.

Eu gostaria de dizer ao Parlamentar que acabou de falar, que se aqui estamos presentes não foi por acaso. Se aqui representamos uma parcela do Estado do Paraná foi porque alguma coisa nós fizemos na



trajetória da nossa vida.

Se vim ao Parlamento foi através de lutas e de sacrifícios. Não tive a felicidade de ter o meu pai com uma Prefeitura na mão, utilizando-se da máquina administrativa para que eu chegasse a sentar com os Senhores Deputados. Eu lamento por todas as causas aqui levantadas, por aqueles que procuram através da demagogia, da mentira e das inverdades, usar sempre o nome do trabalhador.

O trabalhador é o responsável por tudo; o trabalhador de mãos calejadas, o trabalhador de sol a sol, que inicia às cinco horas da manhã e termina às dez da noite. A você trabalhador que tem sido a vítima dos demagogos, daqueles que se utilizam de você para ser vedete da imprensa do Paraná e do Brasil, acho que há de servir de exemplo quando o fato de que o Paraná passa por fases financeiras difíceis, quando a Nação Brasileira passa por momentos difíceis, os Parlamentares, acima de tudo, a nível estadual e a nível federal, preocupam-se com as grandes causas nacionais. Aqueles que vieram ao Parlamento por acaso, como que por um desencontro da sociedade, e até as vezes pela mentira e pela demagogia, se esquecem do seu compromisso junto à sociedade, se esquecem do seu compromisso com seu Estado, e procuram atingir certos fins, utilizando-se de associações, contraditórias como quando Vossa Excelência, ilustre Deputado traz gente às galerias para ser aplaudido. Eu não vim a esse Parlamento para pedir aplausos a ninguém; eu vim a este Parlamento, para defender o meu Estado. Não dou cachê para ninguém me defender, porque não há necessidade, porque nós temos um passado de vida que Vossa Excelência como patrulheiro que é, poderia vasculhar.

Vossa Excelência afirmou que está livre de compromissos e não sofre pressão de ninguém.

Indiretamente Vossa Excelência atingiu 53 Parlamentares nesta Casa. Mas quero lhe dizer ilustre Deputado que se Vossa Excelência se considera tão independente, e Vossa Excelência se esqueceu quando esteve no município de Cianorte, procurando o delegado do PMDB jovem para votar na convenção do PMDB do Paraná. Nesta ocasião Vossa Excelência fez propostas financeiras para ter o voto do delegado do PMDB jovem de Cianorte.

Vossa Excelência não tem moral e dignidade para vir ferir a integridade dos Senhores Deputados, quando Vossa Excelência quer se projetar através da impostura com que tem se colocado neste Poder Legislativo.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência fez uma acusação séria nobre

Deputado, eu gostaria que me deixasse respondê-lo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Posteriormente.

Eu não pedi aparte a Vossa Excelência. Vossa Excelência se esquece que existe uma lei que autorizou a criação do FEPPA. E o FEPPA não está beneficiando somente os Deputados de agora, pois a maioria não é beneficiada. Os beneficiados são aqueles Deputados que passaram por este Parlamento horas amargas, horas difíceis em defesa do Paraná. São Deputados que não meteram a mão na cumbuca, que não foram corruptos e que não roubaram o Governo e nem esse Parlamento.

Vossa Excelência saiba ilustre Deputado, que eu conheço Parlamentares que por aqui passaram, que possuíam capital financeiro e que hoje vivem apenas da aposentadoria do FEPPA, pois em vista da sua preocupação com o povo e com seu Estado, não tiveram tempo de cuidar dos seus interesses particulares.

Agora Vossa Excelência, que é transitório neste Parlamento, que poderá até dentro, não sei, não tenho bola de cristal, poderá dentro de 90 dias ser afastado, quem é que sabe. Vossa Excelência é transitório, Vossa Excelência não está preocupado.

Concedo aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Nobre Deputado, nós estamos nesta Casa de Leis há quase vinte anos e é triste saber através da imprensa, que um membro deste Poder, vem fazer de público acusações sobre a legitimidade de Leis elaboradas por este Parlamento durante vários mandatos, defendidos por centenas de parlamentares que por aqui passaram.

A hora da discussão, para os honestos, é dentro das Bancadas e dentro desta Casa de Leis. Nós consertamos, se por ventura exista alguma roupa suja a ser lavada. Mas não, é outra a intenção desse Deputado que é meio Deputado, nem Deputado inteiro é, porque é suplente, Vossa Excelência disse-o muito bem.

(Conversas paralelas).

O Sr. Quielse Crisóstomo - Senhor Presidente, eu invoco o Regimento para saber qual o Artigo do Regimento que eu estou infringindo, para que possa ser invocado o Regimento pela ordem. Eu estou falando, e quero a cobertura regimental.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI ... (Conversas paralelas, impossível entendê-las).

Devo dizer que me sinto ofendido, e devo ...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Continua com a palavra o orador que se encontra na Tribuna.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Com a palavra o orador que está na tribuna, eu estou no aparte, então, por obséquio ...

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu não discuto o teor, meu caro Deputado que está na tribuna; eu não discuto o teor do requerimento, do Deputado que o propõe, e sim, discuto a fórmula. Primeiro, ele se promoveu diante da opinião pública fazendo desairosas referências a este Poder, para depois vir aqui dentro da Assembléia, propor, aí sim, com legitimidade, o seu dever de Parlamentar.

Então, não existe, meus caros Deputados, responsabilidade, porque nós todos que fomos julgados, eu pela sexta vez, pela opinião pública do meu Estado; não posso ficar calado e ver meus filhos, minha esposa a me fazer perguntas, indagando se nós fazemos Leis em benefício próprio. Tenho filho cursando Faculdade de Direito e ele quer saber a verdade do seu pai.

E hoje, eu fui indagado por ele, para saber se este Parlamento faz Leis que beneficiam os próprios autores. E não é verdade, pois esta Entidade foi criada porque, por exemplo, por quatro vezes assinei listas de contribuição para fazer funeral de Deputados falecidos durante o exercício do mandato parlamentar.

Suas famílias sequer, tinham dinheiro para fazer o funeral. Em respeito aos familiares destes Parlamentares, nem quero citar os nomes deles, quatro Deputados faleceram, e nós tivemos que fazer listas para pagar os seus funerais porque não existe aposentadoria para o Deputado. E nós fazemos aposentadoria com o nosso próprio dinheiro. E se, porventura, um governo ou dois do Estado, houveram por bem contribuir na aposentadoria de Deputados, foi uma aquiescência do Poder Executivo, e não uma proposta deste Poder. Portanto, não há desonestidade neste Poder, porque nunca houve. E são centenas de Deputados que votaram esta matéria; não foi da minha autoria, porque sou dos mais antigos aqui. Foi da autoria de Deputados companheiros do PMDB, ou do MDB, mesmo partido do Deputado que propõe o requerimento.

Como disse, o caro Deputado que está na tribuna, e agradeço por esta oportunidade, não vejo indecência na proposta dele, no requerimento, e sim na maneira como vem atingindo este Poder. Ele tem procedido assim desde os primeiros dias do seu mandato; através do rádio, e da imprensa em geral. Eu ouvi uma gravação feita na sua região, a qual me trouxeram aqui na Assembléia para ouvir as barbaridades com que este Deputado está atingindo a Assem-

bléia. Maior ainda, é a sua despreocupação... Ele não tem qualquer preocupação em jogar sobre esta Casa de Leis, e sobre as famílias dos Parlamentares que aqui têm assento, por dezenas de anos, repetidas vezes nas urnas testados, ele não tem preocupação, como disse muito bem Vossa Excelência.

Porque amanhã, ele pode muito bem não ser mais Deputado. Não tem nada a ver com esta Casa, e nem com a sua tradição, e nem com a sua honra, como nós outros, que estamos aqui, há vinte anos defendendo esta Casa e o seu nome.

Muito obrigado.

O Sr. Paulino José Delazeri- (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Paulino José Delazeri.

O Sr. Paulino José Delazeri- Eu fui ofendido pelo Deputado que se encontra na tribuna, que me acusou de ter tentado comprar um delegado do PMDB jovem, lá em Cianorte, para votar em mim.

Senhor Presidente, eu devo uma explicação e uma defesa em face a esta acusação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Increva-se em Explicações Pessoais, após a Ordem do Dia.

Vossa Excelência Deputado Dirceu Manfrinato, tem um minuto para concluir sua oração.

O Sr. José Felinto - (Pela Ordem)- Senhor Presidente. Artigo 98.

Senhor Presidente, gostaria que fossem retirados dos Anais desta Casa, as ofensas pessoais ao Deputado Paulino José Delazeri, quando o Deputado Quielse Crisóstomo o chamou de irresponsável. Eu acho que todo o Deputado eleito tem liberdade de expor aqui as suas idéias que poderão ser aceitas ou não.

Este Parlamentar, por exemplo, irá votar contra o seu requerimento, mas no entanto não admite que as acusações sejam feitas da maneira como está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência tem um minuto, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu encerro dizendo que está na hora de assumirmos as responsabilidades perante a imprensa, perante o povo do Paraná, porque nós que militamos na vida pública somos vítimas de toda a sorte de acusações feitas. Dizem que Deputado ganha uma fortuna,

eu acho que ganha uma fortuna, aquele que não tem compromisso com as suas bases, que não atende a população carente no seu gabinete. Eu entendo que o nosso salário é um salário de fome, de miséria, porque nós que atendemos treze municípios do Paraná, que sabemos da responsabilidade e do peso da Assistência Social, sabemos o quanto isto custa para nós e nós não podemos permitir que dois Deputados que nada fazem, que apenas procuram criar problemas, venham a este Parlamento tentar denegrir, desmoralizar a imagem de um Deputado e deste Poder Legislativo.

Eu acho, e por esta opinião assumo a responsabilidade perante a imprensa, eu acho que nós ganhamos muito pouco pelo que nós fazemos pelo Paraná, porque há um enorme desgaste físico de um homem público para atender as suas bases. Eu queria saber quem é que vai devolver o desgaste físico de qualquer Parlamentar que tem responsabilidade, que viaja, deixa a esposa, os filhos às vezes, o filho doente, para assumir compromisso no Interior. E tudo isso não é reconhecido por aqueles irresponsáveis que querem aparecer através de atos inexistentes.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa não pode gastar o seu tempo discutindo problemas internos. A Bancada do PDT não se coloca nesta briga, porque entende que é uma briga de marido e mulher, é uma briga da Bancada do lado de lá e eles é que têm que se entender. A Bancada do PDT vai colocar a sua posição na hora da votação, esta que é a grande verdade e entendo que nesta Casa temos hoje assuntos muito mais importantes a debater do que a extinção ou não do FEPPA. Eu quero dizer que nós precisamos, na verdade, analisar com muita profundidade a questão deste fundo de aposentadoria, deste fundo de recursos para os parlamentares. Eu quero neste momento, Deputado Paulino José Delazeri, antes e acima de tudo, cumprimentá-lo pela sua coragem, pela sua posição, porque eu acho que é uma posição de todos nós parlamentares, de termos o direito de usar esta mesma Tribuna e colocarmos a nossa posição. O nosso pensamento é e foi assim, Deputado Paulino José Delazeri, durante quatro anos na Câmara dos Vereadores, ao lado do ilustre companheiro Vereador José Gorski, que nos dá o prazer

da sua visita aqui e em cuja companhia eu tive a satisfação de votar inclusive contra o FUNPLEC- Fundo de Aposentadoria dos Vereadores; exatamente ao contrário do projeto que recentemente deu grande escândalo nacional quando foi votado na Câmara dos Vereadores de Curitiba. Este Deputado e o Vereador José Gorski, foram dois dos cinco Vereadores que se posicionaram contra este rumo.

Na verdade, não quero entrar no mérito da questão, porque me parece que é um assunto que deve ser resolvido na Bancada do lado de lá. Mas de qualquer maneira, a minha posição será conhecida no momento da votação deste requerimento.

O Sr. José Felinto- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Queria que me fosse dada a condição de continuar.

Se houver tempo, no final lhe darei o aparte.

Eu havia levantado uma questão, no Pequeno Expediente, a respeito do problema da queda do Comando da Polícia Militar. E repito mais uma vez que, lamentavelmente, o Coronel Hatshbach foi vítima do centralismo de poder do Governador Álvaro Dias.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, me retirarei da tribuna se não for respeitado neste momento. Já disse que darei o aparte no final.

Dizia que tanto o Secretário de Segurança Pública, como o Governador, tinham conhecimento de que a indicação do Coronel Aymoré traria grandes dificuldades para o Comando da Polícia Militar.

Vejam os Senhores, lamentamos profundamente os acontecimentos. Lamentamos que o Governador não esteja praticando o conteúdo do seu discurso. Quanto a imposição do Chefe do Estado Maior, não entramos no mérito do assunto porque é sabido que se trata de um elemento valeroso, de grande capacidade. Ora, se já existia uma falta de entrosamento, como pode o Governador indicá-lo para o Comando do Estado Maior da Polícia Militar?

Que significa esta imposição, senão interesses pessoais, ou interesses de outros, até? Estes interesses se sobrepuseram aos interesses da corporação do interesse público, a tal ponto que o Governador foi obrigado a demitir o Comando e a Chefia do Estado Maior da Polícia Militar. É a falta de liberdade e de respeito de que falava hoje, no início de nosso pronunciamento. É o primeiro resultado da

centralização de poderes dado ao Governador quando aprovada aqui nesta Casa a Reforma Administrativa.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Não havia necessidade desta crise na Polícia Militar, que evidentemente abala todo o Estado do Paraná, quer queira ou não, entenda assim ou não, o Deputado Raul Lopes, ex-Comandante da Polícia Militar, Coronel deste Estado.

Vejam, Srs. Deputados, a Reforma Administrativa que vai encher de poder o Sr. Governador, sequer ainda saiu desta Casa. Sairá hoje na sua redação final. A crise gerada na Polícia Militar nos assusta, assusta toda a população deste Estado e principalmente a própria Corporação da Polícia Militar. Nós, que atuamos há quase vinte anos no setor de Segurança Pública, nunca tínhamos visto algo parecido. O Coronel Hatsbach, a quem rendemos nossas homenagens, e lamentamos seu sacrifício não merecido, será substituído agora do Comando da Polícia Militar. Uma carreira de mais de trinta anos, carreira de homem exemplar, oficial íntegro, cumpridor de suas obrigações, respeitado em toda sua corporação, um homem de respeito, agora vê toda a sua luta e seus ideais irem por água abaixo. Ele é hoje um homem desiludido pelos desmandos e pelos interesses outros que acabaram criando um estado de intranquilidade no seio da corporação da Polícia Militar.

Lamento que Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, tenha nomeado um oficial para o Comando do Estado Maior, no caso o Coronel Valente, que tinha contra si o Parecer da Procuradoria, uma vez que o mesmo já tinha completado seu tempo de serviço em 05 de maio de 1987, portanto, não estando mais no exercício de suas funções.

Parece que neste episódio da indicação do Coronel Valente houve o dedo do Sr. Secretário da Segurança Pública, Antônio Lopes de Noronha, o qual impôs a indicação do Coronel Valente, não se permitindo aí que o Comandante Rubens tivesse o direito de escolher os seus companheiros, já que existe uma lei clara que diz: "competete ao novo comandante escolher ou indicar o Estado Maior e demais companheiros", o que, lamentavelmente não aconteceu. E vejam os Senhores que o Secretário da Segurança Pública foi avisado, na época, da ilegalidade da nomeação do Coronel Valente e até mesmo da incompatibilidade deste com o Comandante Hatsbach. Ainda assim, houve a insistência e a consumação da sua indicação. Parece que, mais uma vez, ficou destacada a inabilidade política do Sr. Governador, e até mesmo daqueles que certa-

mente consultou, pois a hierarquia e a disciplina são pontos fundamentais. Houve, portanto, o desrespeito ao direito da escolha do Comandante Hatsbach.

Lamento que tenham jogado lama na Corporação da Polícia Militar. Eu não tenho aqui procuração para defendê-la; já a critiquei em várias ocasiões, mas neste episódio, não posso aceitar, de maneira nenhuma o que se fez com a valorosa Corporação da Polícia Militar!

Lamenta-se este episódio, que intranquilizou toda uma Corporação e mesmo o público, de modo geral, ao se cobrir os erros que foram cometidos, a hierarquia que não foi respeitada e o direito de escolha...

O Sr. José Felinto - Nobre Deputado, o seu tempo já está acabando e o Senhor ainda não me concedeu o aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nem mesmo o Governador José Richa quando recebeu o Governo das mãos do PDS, fez o que fizeram agora com o Comando da Polícia Militar, provocando um clima de total intranquilidade e insegurança!

A carreira de um oficial, a carreira de trinta anos foi jogada na lama, pela inabilidade política daqueles que orientam o Governador Álvaro Dias. Talvez Sua Excelência tenha errado por ter aceitado alguns conselhos de pessoas que não tiveram a devida habilidade política para contornar uma situação!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ FELINTO - (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, já que não me foi dado o aparte pelo nobre Deputado, demagogo, Algaci Túlio ...

(Tumulto)

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Ele não pode fazer uso da palavra, Sr. Presidente, ele que se inscreva na hora de Explicações Pessoais, ele terá muito tempo para isso.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Questão de Ordem) - Artigo 97, parágrafo 2º.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está com a palavra o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Lamentamos a forma como o Deputado Algaci Túlio se colocou quanto à questão do FEPPA. Participamos de uma Reunião, na Câmara Municipal, onde ele mesmo disse que ia continuar pagando o ...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sr.

Deputado José Felinto, o que o Sr. está fazendo infringe o Regimento Interno.

Eu consulto o Partido da Frente Liberal se fará uso de seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência, que fizesse manter o respeito.

Com todo o respeito que tenho, com toda a admiração que tenho pelo companheiro de Bancada, Deputado José Felinto, pelo companheiro Quielise Crisóstomo, que aqui estão, este Parlamento não pode servir de palco a mesquinhas e a questões de ordem pessoal de um e de outro Parlamentar. Aqui é uma Casa, um Fórum de Debates do povo paranaense e nós precisamos assegurar que isso seja realmente cumprido, Sr. Presidente, sob pena deste Parlamento cair na lama, de não termos mais condições de discutir os assuntos do Paraná e os assuntos que afligem o povo desta Nação.

Ficam registradas as minhas palavras, o que faço em nome pessoal mas que expressa também a posição de significativa parte do PMDB nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Com a palavra o Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER - Sr. Presidente,

Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Depois do quinto mandato, um de Prefeito e quatro de Deputado, venho hoje a esta tribuna responder ao nosso colega Deputado Paulino José Delazeri. Quem é honesto não precisa alardear todos os dias que é honesto.

No meu entender o Deputado quando falou na emissora de Marechal Rondon, chamando a todos os Deputados de corruptos, chamando os Deputados de irresponsáveis, e eu tenho a fita onde estas afirmações estão gravadas.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência permite um aparte? e Vossa Excelência me dê o direito de responder que se Vossa Excelência tivesse essa gravação já a teria trazido a este Parlamento.

O SR. WERNER WANDERER - Sr. Presidente, gostaria que me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência continua com a palavra, Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER - Gostaria de fazer nesta tarde, um desafio e gostaria que fosse, por isso, levado a sério agora o

que eu estou falando. O pai deste nosso colega Deputado, é Prefeito de Palotina. Aquele município tem uma comissão parlamentar de inquérito em funcionamento. Seis Vereadores pediram uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para ver as irregularidades naquele município, que eu conheço e que são muitas. Eu gostaria que ele aceitasse que esta Assembléia fosse a Palotina e examinasse as contas do seu pai.

E é por isso mesmo que Vossa Excelência não está preocupado com a aposentadoria, porque já está muito bem de vida. É por isso que eu lanço esse desafio.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência permite um aparte? Vossa Excelência tem coragem de me conceder um aparte, Deputado?

O SR. WERNER WANDERER - Depois eu concedo.

Vossa Excelência não foi educado como eu vou ser. No final, concedo o aparte.

Agora eu gostaria de dizer o seguinte: quem muito fala de honestidade, não é de nada. Porque aqui nesta Casa os que são beneficiados com o FEPPA, são homens honrados como tantos parlamentares de hoje e inclusive viúvas de ex-deputados que deram sua vida por esta Casa e pelo Paraná. É a estes que eu estou defendendo. Não estou defendendo o FEPPA para nós, para mim.

E eu fico triste quando vejo um homem destes fazendo demagogia, como fez, falando em nome de agricultores que nós também defendemos e que sofrem como nós sofremos, porque nós também somos trabalhadores.

Demagogo é isto sim, Vossa Excelência. Muito demagogo. E acho que é muito mais do que eu imaginava. Eu quero dizer que esta Casa aqui muitas vezes tem debatido assuntos sérios. E eu só lamento ter de vir nesta tarde de hoje, com tantos problemas que este País tem, discutir um problema desta natureza.

Mas, gostaria e vou conceder agora o aparte ao nobre companheiro. Que aceitasse esse meu desafio para que esta Assembléia mandasse examinar e ver o que está acontecendo em Palotina. E daí sim, depois disso, Vossa Excelência terá autoridade moral para vir discutir a nossa situação aqui. Concedo o aparte.

O Sr. Paulino José Delazeri - Muito obrigado, nobre Deputado.

Vossa Excelência bem disse e os que estão aqui não são analfabetos, são pessoas esclarecidas, todos profissionais de alto nível numa ou noutra área. Vossa Excelência fez um desafio de que as contas de Palotina ...

O SR. WERNER WANDERER - Não se trata especificamente das contas, mas da situa-

ção de Palotina, ou seja: de se ver como é que foram reformadas as patrôlas, as máquinas, e tudo aquilo que o povo de Palotina quer saber.

O Sr. Paulino José Delazeri - Realmente em Palotina, para esclarecimento da opinião pública deste Plenário, nós queremos dizer que durante a campanha, antes da campanha e neste momento uma co-relação de forças de seis Vereadores contra três. Três a nosso favor, e a favor do Prefeito, e seis contra.

E instalaram não só uma CPI, nobre Deputado. Na véspera eleitoral instalaram uma para tentar desmoralizar politicamente a minha candidatura e a pessoa do Prefeito Municipal.

E com seis Deputados, nobre Deputado, digo, seis Vereadores contra três, com total autonomia para inclusive cassar o Prefeito, não o fizeram depois de todas as CPIs organizadas. Portanto, nobre Deputado, digo mais para concluir: lá no Município de Palotina, dos 13.200 eleitores que votaram naquela comunidade, exatamente 9.370 votaram nesta candidatura, com três vereadores a favor, seis contra. São 72% dos eleitores daquela comunidade que acreditaram no Prefeito e nos três Vereadores. E Vossa Excelência nobre Deputado que já teve naquela comunidade cinco mil votos, não saiu com mais de 500 votos, porque Vossa Excelência sim está desmoralizado pelos desmandos cometidos na sua gestão da ARENA e de interventor e sustentador de interventores da área de segurança. Vossa Excelência, Deputado, que mandou, oprimiu o povo de Marechal Cândido Rondon com seus prepostos, não tem moral, porque no seu município Vossa Excelência não obteve sequer 50% mais um dos votos. Portanto, a maioria do povo da sua cidade o rejeitou nas urnas. E eu aqui, Deputado, faço sim um desafio ao Tribunal de Contas, que é o órgão competente para tais casos.

O SR. PRESIDENTE ( Antônio Annibelli)- Esta Presidência lhe devolve a palavra.

O SR. WERNER WANDERER - Senhores Deputados. Aí está o meu maior exemplo. Eu lancei um desafio, eu não vi o nobre Deputado Paulino José Delazeri aceitar meu desafio. Porque ele que é tão moralista, tão honesto, tão sério, porque ele não aceita meu desafio? Eu gostaria da palavra dele e não que ele saísse. Gostaria que ele dissesse: Aceito o desafio.

O Sr. Paulino José Delazeri - Permita-me nobre Deputado, eu já falei que essa é uma competência do Tribunal de Contas quando quiser fazer uso na medida em que achar necessário. E Vossa Excelência soli-

cite através de requerimento nesta Casa uma ...

(tímpanos, conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Informo ao Plenário que os apartes só serão fornecidos com aquiescência do orador que se encontra na tribuna. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. WERNER WANDERER - Concedo aparte ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Quielse Crisóstomo - Nobre Deputado, eu vejo com tristeza pela primeira vez na história política deste Poder, esse tipo de diálogo. E quero deixar tudo bem claro, porque naturalmente eu serei amanhã colocado nas primeiras páginas como anti-pático, mas não me preocupo com isso, porque se a imprensa elegeisse alguém pelo que divulga, eu nunca seria Deputado. Acredito em alguns representantes da imprensa, mas não espero que amanhã eu esteja na primeira página com elogios. Mas quero deixar bem claro, no aparte que me concede o seguinte; eu ouvi uma gravação, nobre Deputado, desse Deputado pelo qual tinha uma certa admiração, no começo, pela sua coragem, atacando esse Poder. E, honestamente, não me lembrava aonde eu ouvi essa gravação. Vossa Excelência agora, a isto se refere da Tribuna, e gostaria que Vossa Excelência dissesse em alto e bom som, em que rádio foram gravadas as palavras com que esse Deputado atacou o Poder Legislativo de modo genérico, sem conhecer a mim, sem conhecer nem a Casa, porque recém tinha adentrado nesta Casa. Eu queria que Vossa Excelência esclarecesse isso para dizer ao povo, que está muitas vezes mais informado, dizer qual a rádio, porque ele insinuou, no seu pronunciamento, que eu estaria fazendo um declaração inverídica.

O SR. WERNER WANDERER - A Rádio é a Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon, em programa que ele fez num domingo. Gravada tenho a fita para qualquer Parlamentar que a quiser. E até é bom para alguém fazer o julgamento que ele faz de cada um, pois ele se considera o único bonzinho aqui dentro, o resto é tudo corrupto.

O Sr. Quielse Crisóstomo- Eu gostaria que Vossa Excelência trouxesse a gravação, porque eu sempre fui um homem da verdade, e gostaria que o povo soubesse da minha revolta hoje, não pelo seu procedimento e nem pela sua forma de procedimento aqui dentro, mas sim, pela sua promoção pessoal, pela honra do Poder ao qual ele pertence, e tudo começou por essa gravação, por isso pediria essa gravação para que fosse rodada até mesmo aqui neste Plenário.

rio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência informa a Vossa Excelência que dispõe de 30 segundos para encerrar.

O SR. WERNER WANDERER - Quem é honesto não precisa dizer todo dia que é honesto. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta a Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Liberal.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O assunto que traria hoje a esta tribuna era diferente do que está sendo abordado, e acredito ser oportuno que o aborde, deixando para amanhã o outro.

Houve por parte de diversos oradores a afirmação de que, genericamente, esse Parlamento foi atingido, por um dos membros atuais, com assento nesta Casa, chamando a todos de corruptos. Houve um desafio, que não foi aceito, por aquele que acusou os demais de corruptos.

Eu não posso aceitar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que alguém que não aceita um desafio para conhecer a sua Casa, use uma expressão desta natureza. Os que estão trabalhando aqui, não são moleques. Se alguém quiser fazer molecagens, que faça na sua casa, e não venha atingir a honorabilidade de homens probos, que estão aqui desempenhando legitimamente o seu mandato, mercê do voto livre e soberano do povo.

Esperava ouvir do Deputado, a aceitação do desafio há pouco feito aqui.

O Sr. Paulino José Delazeri- Concede-me um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Oportunamente concederei a Vossa Excelência, assim como Vossa Excelência não me concedeu aparte que solicitei insistentemente.

O Sr. Paulino José Delazeri- Porque havia muitos inscritos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Vossa Excelência fique no seu lugar.

Senhor Presidente, solicito que desligue o microfone do Deputado.

Estou usando o Horário da Liderança do Partido Liberal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados não estou aqui para discutir o requerimento do Deputado, porque há momento oportuno para discutí-lo. Estou discutindo aqui, a postura do Parlamentar. Ou esta Casa assume, uma postura de dignidade, ou não há razão para a sua existência. Por isso, eu não aceito pecha de estar agindo incorretamente nas funções que estou exercendo.

Já tive oportunidade de concorrer, por seis vezes, na condição de candidato a Vereador e na condição de candidato a Deputado Estadual, e sucessivamente, o povo me outorgou representativas votações. Não sou Deputado de primeiro mandato, tampouco sou suplente que vem aqui atacar os demais, fazendo-se melhor do que outros.

Nesse Parlamento, todos têm a sua dignidade, e ela deve ser devidamente respeitada. Eu quero fazer esta conclamação nesta tarde, se há assuntos a serem discutidos, deve-se ou não modificar o FEPPA, se discuta, mas, não vá um Deputado para a televisão, para o rádio, como muito bem falou o Deputado Dirceu Manfrinato, como muito bem falou o Deputado Quielse Crisóstomo, querer fazer média política, para então vir apresentar, oficialmente, no Parlamento, a sua proposição.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Eu gostaria de um aparte, Deputado Ezequias Losso. (Assentimento).

O Sr. Dirceu Manfrinato- Muito obrigado, ilustre Deputado.

Talvez por falta de conhecimento do ilustre Deputado Paulino José Delazeri, ele não saiba que existem três Poderes, que são os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, são poderes que têm em si o remanejamento, têm os poderes para decidir, como esta Casa tem a sua Mesa Executiva para gerenciar os recursos providos de ordem do Estado. Se existe a lei que criou o FEPPA, compete a responsabilidade única e exclusiva deste Poder Legislativo a saber onde aplica os recursos.

Neste sentido quero, ilustre Deputado, nesta oportunidade, parabenizar o Deputado Artagão Mattos Leão, pela sua brilhante conduta na Presidência do FEPPA, e assim como seu assessor, Baraniuk, que há anos vem trabalhando no FEPPA, conduzindo-o condignamente.

Então, na verdade, não é o Partido que corrige as irresponsabilidades e as arbitrariedades e até mesmo as corrupções. Isto cabe a cada Parlamentar fazer, independente de Partido, como fez o Deputado Werner Wanderer, quando levantou a situação da Prefeitura de Palotina a oportunidade em que o ilustre Deputado Paulino José De-



lazeri disse que o Deputado era da ARENA e que dera sustentação ao regime militar. Este argumento não procede. Entendo que fiscalizar é uma responsabilidade que independe de Partido.

Muito obrigado.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para esclarecer ao Deputado Ezequias Losso e aos demais Parlamentares desta Casa, bem como aos senhores jornalistas, que o Deputado Paulino José Delazeri, a seu requerimento, deixou de ser associado do FEPPA. Ele não contribuiu mais para com o FEPPA, não é associado do FEPPA.

Portanto, acredito que realmente as palavras do ilustre Deputado venham a fazer eco, pois se ele não é mais associado do FEPPA, a seu pedido, as câmeras de televisão, os rádios e os jornais irão criticar o instituto.

Apenas para esse esclarecimento.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço este aparte, e gostaria de apresentar a minha conclusão, já que está no final do seu tempo e não quero abusar da sua bondade em ceder-me este aparte.

Sinceramente, o FEPPA, legalmente, se justifica; mas moralmente é outra história, pois então e se justificaria se todos tivessem direitos iguais de usufruir dos mesmos benefícios.

Acho que um mal não justifica o outro. Se existe corrupção na Prefeitura de Palotina ou não, essa é outra história. Agora, nós temos que analisar politicamente a existência do FEPPA ou não, porque, se tiver alguém que tem compromisso de analisar e mudar essa lei, somos nós, que fomos eleitos e que estamos imbuídos no Poder Público, para legislar.

Por isso, eu gostaria de levantar uma questão, para encerrar. Que bom seria, se houvesse um Deputado que, na hora da morte dos pobrezinhos deste Estado, estivesse lá para dar ajuda; e seria melhor ainda, que tivesse Deputado ao seu lado, antes de ele morrer; que ele tivesse um padrão de vida digno, humano e conseqüente. Mas isso não tem. Não é só o Deputado que pode morrer na miséria. Muita gente neste Estado morre na miséria e ninguém se lembra deles. O Deputado também pode se defrontar com situação semelhante, pois é uma pessoa que tem os mesmos sentimentos.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Finalizando as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse, não abordei o mérito

do requerimento. Tomarei a minha posição oportunamente, mas quero registrar, mais uma vez, a minha decepção pela conduta de alguns Parlamentares, e espero que haja maior cuidado, que haja maior respeito no futuro.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Consulto a Liderança do PT, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me para um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Queria avisar à Mesa que, se sobrar tempo, vou conceder apartes. No início não vou concedê-los.

Foi instalado ontem, em Brasília, o Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio. Hoje e amanhã, inicia-se o julgamento público dos crimes cometidos pelos latifundiários contra os trabalhadores rurais. Treze entidades participam, e tomaram a iniciativa e organizaram este tribunal. Entre elas, entidades conhecidíssimas, Central Única dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Central Geral dos Trabalhadores, Movimento dos Agricultores Sem-Terra, Conselho Indigenista Missionário, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Comissão de Justiça e Paz, e outros.

Hoje, na sede da OAB, se iniciam os julgamentos.

Por que este tribunal?

Os dados oficiais nos mostram que, somente no Governo da Nova República, foram assassinados aproximadamente 400 lavradores e líderes rurais. Cerca de 31% de todos os assassinatos nos últimos vinte e um anos.

Tivemos no ano de 1964, quatorze assassinatos; 1965, cinco; 1970, onze; 1975, trinta e nove; 1980, noventa e um; 1981, cento e trinta e um; 1982, cinquenta e oito; 1983, noventa e seis; 1984, cento e vinte e três; 1985, duzentos e vinte e dois, e em 1986, cento e sessenta e quatro assassinatos.

Qual é o significado deste aumento do número de assassinatos dos trabalhadores e lideranças rurais no campo? Qual será?

É o aumento da concentração do poder, da concentração da renda e, especialmente, da concentração da propriedade e o aumento da impunidade.

Os próprios dados oficiais revelam que

nenhum fazendeiro e muitos poucos jagunços foram condenados por todos estes crimes, que totalizaram, nos últimos vinte e um anos, mais que 1.200 assassinatos, sendo que, 400, só na Nova República.

Por outro lado, nós tivemos aqui nesta Casa, no dia de ontem, uma Sessão Pública, no Plenarinho da Assembléia, muito bem convocada pela Comissão de Direitos Humanos, onde se discutiu e se procurou levar a público um dos grandes absurdos que quase passa despercebido nos novos tempos, em tempos de ilusão da Nova falsa República.

Trata-se do julgamento de um eminente companheiro de luta, Pastor Werner Fuchs, que está sendo acusado de ferir a honra da farda do Exército Brasileiro e que será julgado no próximo dia 26.

Será, nobres companheiros, será, nobre Presidente, que aquele que simplesmente talvez tenha se expressado mal, será condenado pela Justiça Militar, e aqueles que produzem o alimento e a riqueza da Nação, que estão organizando a classe trabalhadora para se defenderem das injustiças?

Estes que estão assassinando não estão sendo punidos. No entanto, aquele que está na luta dos oprimidos, será que ele vai ser condenado por aqueles que deveriam ser julgados pelos civis, que são a maioria, e que moralmente se justifica nessa Nação?

Nobres colegas, quero ver agora como é que fica o Governo do Estado do Paraná, ao qual, intencionalmente, temos que tecer alguns elogios. Quero ver se ele assume esta bandeira em defesa de um grande companheiro de luta, creio eu, que todos nesta Casa, para derrubar todas as formas de ditadura, ou senão ele vai pagar por ter aqui, no Paraná o único preso político do Brasil.

Esta foi a conclusão do debate público, da reunião de ontem, de tão brilhante iniciativa da Comissão de Direitos Humanos. Desse modo será exigida a posição do nosso Governador antes do julgamento do pastor Werner Fuchs.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Túlio, se for possível, peço que seja breve, porque tem o Deputado Dirceu Manfrinato que está inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para aproveitar o assunto que Vossa Excelência aborda na tribuna, e para também comunicar aos demais Parlamentares da Casa, aqueles que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos, que após o encerramento desta Plenária, nós teremos a reunião da Comissão de Direitos Humanos, para que desta Comissão tratemos deste caso, tiremos um documento e encaminhemos ao Governador do Estado para que possa também dar a mesma solidariedade dos Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Desculpe, pois tenho pouco tempo, mas concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Seu horário já está terminando, mas só lembrar, ilustre Deputado, que saiu deste Poder Legislativo uma Comissão de Senhores Deputados que foi a Brasília falar com o Ministro do Exército, na época, com relação ao jornalista Juvêncio Mazzaroto, em Foz do Iguaçu.

O PMDB nunca se omitiu em tomar posições quanto à questão dos Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço por estes dois apartes, que vêm enriquecer as nossas palavras e vamos ver, neste momento a repetição da posição do PMDB, partido majoritário em assumir uma postura de não condenação ao Pastor e resolver a questão.

E, para concluir, Senhor Presidente, eu gostaria de lançar aqui, nestes meus trinta segundos finais um desafio que deve ser explicado aqui. Foi dito hoje nesta tribuna que o salário dos Parlamentares ainda é pouco. Pode ser.

Só que como é que nós vamos explicar para a maioria dos paranaenses que têm de viver com um mil e trezentos cruzados, que nós estamos ganhando mais de Cz\$ 120 mil, nós estamos administrando segundo o nosso jeito. Como é que vai ficar a nossa cara?

Isso pode nos desmoralizar.

Por isso eu acho que nós temos que ser sinceros e nos justificarmos, com jogo aberto e cara limpa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se fará uso do seu tempo. E concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Ao contrário do que se afirmou nesta Casa hoje, de que as gravíssimas acusações formuladas por um Deputado a este Poder, se constituem em briga de marido e mulher, eu não penso assim. Também não vou chegar ao cúmulo de acreditar naquilo que eu escuto em todo este Paraná, que um dos Prefeitos mais corruptos deste Estado, está lá no Oeste e é apelidado de Prefeito 20%. Não vou chegar ao cúmulo.

Não acredito. Não vi. Nunca fiz negócio com aquele Prefeito. Também não vou

dizer que o Deputado que formulou as acusações, e que quis transformar-se em vestal, foi aquele mesmo que chefiou por três anos a Assessoria Regional do Oeste, da Secretaria do Interior, com cargo em Comissão, recebendo diárias e todas as mordomias exclusivamente para fazer política para ele e para o Deputado Nilton Friedrich. Também não vou dizer isso, pois não é o que interessa.

Também não vou dizer que um ônibus da Prefeitura, de uma Prefeitura do Oeste, foi preso com eleitores, no Município de Terra Roxa, pela Justiça Eleitoral. Isto não interessa ao povo.

Os ladrões, na sua devida oportunidade, recebem o pagamento do mesmo povo de quem eles roubam o dinheiro.

Mas a proposição do nobre Deputado Paulino José Delazeri, coloca em questões coisas muito importantes para nós todos, Deputados eleitos por maioria de votos, e entre estes Deputados que têm sido reeleitos como representantes do povo paranaense.

Está questionada, por quem quer promover-se, a legalidade de percepção de compensação financeira pelo exercício do mandato parlamentar. O homem que diz "Quero aparte", e não dá aparte a ninguém, também questiona os nossos vencimentos, mas pega o dele. Não é nada bobo. Pega o dele e põe ligeirinho no bolso. Ou melhor dito, há obrigação da sociedade em garantir condição de sobrevivência digna às pessoas que dedicaram suas vidas ao interesse público.

Está aí e é a indagação à justiça de um Presidente da República receber compensação financeira depois de deixar o cargo. Ou a equidade de um Governador deixando as funções, receber do Estado uma quantia qualquer, que lhe permita, com dignidade, enfrentar as despesas decorrentes da notoriedade, sem sentir vergonha de ter alçado ao cargo máximo de influência e sacrifício pessoal da hierarquia administrativa do Estado.

Está na legislação de todos os países. É preciso que as falsas vestais, que nós temos aqui nesta Casa saibam e leiam. Está na legislação de todos os países, dos países civilizados é evidente. Na Rússia, não.

Que o governante sofra o ônus desta condição dirigente, enquanto no exercício, mas não seja penalizado por ela após terminada a missão. Depois do exercício do mandato político, o cidadão não deve ser relegado a um plano de abandono, como se a sociedade há pouco servida se transformasse em algoz daquele que lhe prestou dedicação.

A sociedade norte-americana, tida como exemplar das democracias, segue tais critérios. O político que exerceu função de

mando é amparado pela sociedade, em proteção e recursos, em proteção inclusive, presumindo que as consequências do exercício de funções públicas não se extinguem, no exato momento em que as responsabilidades legais cessarem. A questão é de ser pensada, como bem disse um outro nobre Deputado nesta Casa. No caso dos Parlamentares, o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan disse com muita propriedade, a questão é de ser pensada no caso dos Parlamentares. Uma questão como outra qualquer da vida brasileira, que se quer reconstruir mais sadia e mais franca nos debates institucionais da Constituinte. Lá é o fórum apropriado, não aqui com requerimento demagógicos, falso, cheio de hipocrisia. Lá é o fórum adequado. Agora, demagogia já tivemos muita, não é o que faz falta nesta hora decisiva da Nação. Não, demagogia serviu para trazer os demagogos para esta Casa, mas agora ela não está fazendo falta, nós precisamos de franqueza, mesmo para represar o que esteja certo, mesmo para revisar o que, estando correto, seja imputado de imoral pelos caçadores de fantasmas, e nós temos dois caçadores de fantasmas nesta Casa.

Essa é a grande realidade. Não só caçadores de fantasmas, mas também de notoriedade, obscuros que são e sempre foram. A legislação brasileira, entre outras civilizadas, admite que pessoas formem grupos privados de previdência. Eram assim os montepios militares, arapucas não é, que pena. Mas existe previdência associativista dos advogados, dos médicos, como deveria existir dos lavradores, dos operários, da construção, etc., etc., até se for o caso dos mendigos. Um grupo de pessoas se reúne, estabelece solidariedade e marca um programa previdenciário bem como achar melhor. Tanto este tipo de previdência é desejável, que a Lei Fiscal atribui isenção do imposto de renda para as contribuições espontaneamente pagas a essas instituições.

O Fundo de Aposentadoria do Parlamento do Paraná foi criado assim, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Eu participei da sua fundação, com muita honra. Foi assim durante longos anos, recolhendo entre seus participantes de giro. Não pediu e nem devia nada a ninguém. O fundamento filosófico era cristalino. Uma pessoa retirada de sua atividade para prestar dedicação social não merecia ser penalizada por abrir mão de interesses financeiros pessoais. Era uma corrente, ação de solidariedade.

De um momento em diante, o Estado passou a participar fornecendo alguns recursos através da dotação orçamentária a que tem direito este Poder pela Constituição Brasileira; isso não se disse aqui ontem;

escamoteou-se essa realidade do grande público. As economias administrativas é que constituem a participação do dinheiro público nestes recursos, que são poucos.

É uma questão de pensar, se necessário alterar, ou até meditar se o Estado não deveria arcar com a totalidade do ônus financeiro. É preciso que se afirme isto em alto e bom som. Eu acho que o Estado deveria arcar com a totalidade do ônus financeiro, desde que, dentro da dotação orçamentária do próprio Poder que é assegurada pela Constituição; o resto é balela de demagogo.

O Sr. Paulino José Delazeri - Permite-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Quem é que está me pedindo um aparte?

O Sr. Paulino José Delazeri - Quando eu pedi, Vossa Excelência não deu aparte; pago com a mesma moeda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Inaceitável, Sr. Presidente, é que o assunto seja levantado com levandade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Por favor, um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Inaceitável que o assunto seja levantado com levandade, ajudando a plantar o descrédito da população, em relação a seus representantes políticos. Bastam os anos de ditadura, com os hoje situacionistas acovardados, pusilânimes. Suas reações podem ser hoje cotejadas com a omissão de outrora.

Escandalizar, Sr. Presidente, com demagogia, não é o melhor caminho para solucionar os nossos problemas comuns.

Desmoralizar a vivência da função pública, onde não mereça, é pregar a falência dos cidadãos, recomendar as suas substituições por elites fascistas ou por comunistas.

Este é o verdadeiro objetivo desses dois demagogos que aqui se manifestam. Um, comuna, o outro tentando bolchevizar o País. Essa é a grande realidade. Buscam a falência da democracia.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente,

não estou infringindo o Regimento.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - O nobre Deputado está fazendo acusações infundadas contra a minha pessoa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência ocupe a tribuna em outra oportunidade. Quem está com medo são vocês... que não são só mandorovás dourados por fora, são vermelhos por dentro.

É pregar a falência dos cidadãos; recomendar as suas substituições, por regimes totalitários.

Para terminar, Sr. Presidente, o assunto levantado é importante; deve ser debatido às claras; só assim não ficará como alma de demagogos pingentes de desclassificados, transformados em alma de inimigos do sistema de representação popular, chamado democracia.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente. Eu queria deixar um testemunho nesta Casa.

Quando eu assumi este Parlamento, e digo isto aos parlamentares mais velhos desta Casa, entre eles, ao mestre, Deputado Erondy Silvério.

Quando cheguei nesta Casa, eu perguntei a Vossa Excelência, Deputado Antônio Annibelli, se eu era obrigado a participar do FEPPA. Disseram-me que o FEPPA já era uma tradição, já era algo de muitos anos desse Parlamento.

Passados alguns dias, eu com dois filhos internados em um hospital, procurei Vossa Excelência em seu gabinete, procurei o Deputado Anibal Khury, procurei o Deputado Paulo Furiatti. Eu precisava de dinheiro para pagar o hospital.

Isto é um desabafo do coração... eu não tinha dinheiro. Pedi ao Deputado Paulo Furiatti, que fosse comigo ao FEPPA, e que me arrumasse o dinheiro necessário para pagar o hospital.

Eu estou pagando em parcelas o FEPPA, e com muita honra, porque o FEPPA me serviu para que ajudasse aos meus filhos. Fui ao Deputado Artagão Mattos Leão e ele me atendeu com muito carinho.

Hoje, o que eu vi nesta Casa, Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Paulino José Delazeri e a todos os senhores do Parlamento, eu acho que poderíamos parar, hoje, nos reunirmos, discutirmos e analisarmos o FEPPA, como disse o mestre Deputado Erondy Silvério, até mesmo com o Governo do Estado. Mas se o FEPPA serviu para pagar o hospital dos meus filhos, o

FEPPA também deve servir para pagar a pensão de muitas viúvas de tantos Deputados que por aqui passaram e de muitos filhos seus que estão se formando em alguma Universidade do Paraná.

É o meu desabafo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

01 - REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 32/87, que dispõe sobre a reforma administrativa dos órgãos do Poder Executivo.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 32/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

#### TÍTULO I

#### DA CARACTERIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

#### COMO SISTEMA, SUAS METAS E OBJETIVOS

Art. 1.º - A administração pública estadual compreende uma dimensão jurídica expressa no relacionamento harmônico dos três Poderes, e uma dimensão funcional, correspondente à necessária integração do Estado com o Governo Federal e os Municípios.

Art. 2.º - O Poder Executivo, como agente do sistema de administração pública estadual, tem a missão básica de conceber e implantar programas e projetos que traduzam, de forma ordenada, as metas e objetivos emanados da Constituição e de leis específicas, em estreita articulação com os demais Poderes e com os outros níveis de Governo, sendo responsável perante eles pela correta aplicação dos meios e recursos que mobilizar na sua ação executiva.

Parágrafo Único - O resultado das ações empreendidas pelo Poder Executivo deve propiciar o aprimoramento das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço

de desenvolvimento nacional.

Art. 3.º - As metas e objetivos do Poder Executivo compreendem três campos associados, que assim se especificam:

#### I. CAMPO SOCIAL

a) a melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidades econômicas de trabalho produtivo;

b) a assistência e proteção à maternidade, à infância e à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos;

c) o oferecimento de serviços médicos e hospitalares, o fornecimento de medicamentos e a defesa sanitária da população;

d) o combate ao analfabetismo, a ampliação das oportunidades educacionais, a melhoria do ensino e o amparo financeiro ao estudante pobre;

e) o aperfeiçoamento do sistema penitenciário e a assistência social aos reclusos e seus familiares;

f) a promoção de medidas visando o acesso da população urbana e rural de baixo nível de renda a programas de habitação popular;

g) a assistência ao trabalhador de forma a assegurar condições de trabalho dentro de elevados padrões de segurança e higiene;

h) o incentivo ao desenvolvimento cultural e ao lazer organizado.

#### II. CAMPO ECONÔMICO

a) O combate aos desequilíbrios regionais no âmbito do Estado, mediante adoção de programas microrregionais com essa finalidade;

b) o combate aos estrangulamentos referentes à escassez cíclica de produtos agrícolas, em conexão com políticas de abastecimento e comercialização;

c) o apoio e a assistência ao pequeno e médio agricultor e ao cooperativismo, mediante a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de insumos básicos à agropecuária;

d) a assistência técnica, fomento e defesa da agropecuária e da agroindústria, pelo desenvolvimento da pesquisa tecnológica e inovação constante dos métodos de exploração;

e) a defesa da fertilidade dos solos e a ampliação e aprimoramento do seu uso econômico pela adoção de política de zoneamento agrícola e mineral, de colonização e de exploração;

f) o desenvolvimento das medidas tendentes a fortalecer e ampliar o setor industrial e o de serviços da economia, mediante a concessão de facilidades de crédito e atrativos financeiros às iniciativas locais e externas;

g) a ampliação da infra-estrutura de

transporte, energia, telecomunicações e saneamento, bem como a adoção de medidas capazes de resguardar os investimentos feitos nesses setores;

h) a criação de oportunidades amplas e diversificadas visando a formação, desenvolvimento e aprimoramento de talentos empresariais para a economia do Estado;

i) o estímulo à pesquisa capaz de gerar novos conhecimentos e novos meios de atuação técnica de sentido econômico para o Estado.

### III. CAMPO INSTITUCIONAL

a) preservação do meio ambiente mediante o combate às formas de poluição e destruição ecológica e do disciplinamento do crescimento dos centros urbanos especialmente no que respeita à manutenção de áreas verdes, condições sanitárias, padrões habitacionais e de construção;

b) a constituição de núcleos regionais, distritos administrativos e outras formas de regionalização, inclusive regiões metropolitanas nos termos da legislação federal, de modo a favorecer o desenvolvimento das comunidades e o aperfeiçoamento da ação governamental no seu território;

c) a assistência técnica aos Municípios possibilitando-lhes a melhoria dos serviços e integrando-os aos programas de desenvolvimento do Estado do Paraná;

d) a manutenção da ordem e da segurança pública, pela prevenção, repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal;

e) a defesa civil da população contra calamidades;

f) o planejamento da ação do Governo exprimindo-a em programas e projetos articulados no espaço e no tempo e conectados com mecanismos orçamentários, de controle de resultados, consideração de custos e oportunidades econômicas;

g) a integração do esforço de desenvolvimento do Estado às iniciativas do Governo Federal, de maneira a assegurar articulação de programas que melhor atendam às necessidades e aspirações do Estado do Paraná.

Art. 4.º - A ação do Poder Executivo na formulação e execução de suas metas e objetivos obedecerá às diretrizes técnicas constantes desta Lei.

## TÍTULO II

### DO PODER EXECUTIVO COMO SISTEMA ORGANIZACIONAL

Art. 5.º - O Poder Executivo compreende dois conjuntos organizacionais permanentes representados pela administração direta e pela administração indireta, integrados segundo setores de atividades relativos às metas e objetivos, que devem,

conjuntamente, buscar atingir.

§ 1.º - O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado.

§ 2.º - Auxiliam diretamente o Governador do Estado no exercício do Poder Executivo o Vice-Governador e os Secretários de Estado, e a estes os Diretores-Gerais de Secretarias de Estado e o dirigente principal de cada uma das entidades da administração indireta nos termos definidos nesta Lei.

Art. 6.º - A administração direta compreende serviços estatais dependentes, encarregados das atividades típicas da administração pública, a saber:

I - Unidades de assessoramento e apoio direto ao Governador para o desempenho de funções auxiliares, coordenação e controle de assuntos e programas intersecretariais.

II - Secretarias de Estado, de natureza instrumental e de natureza substantiva, órgãos de primeiro nível hierárquico para o exercício do planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

III - Órgãos de Regime Especial, criados por lei, com autonomia relativa, resultantes de desconcentração administrativa de Secretarias de Estado, para o desempenho de atividades, cujo tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, possa contribuir para a melhoria operacional das Secretarias.

§ 1.º - A autonomia relativa a que se refere o inciso III do artigo expressa-se na faculdade de:

a) contratar pessoal para atividades temporárias pelo regime da legislação trabalhista;

b) contar com quadro de pessoal CLT;

c) manter contabilidade própria;

d) celebrar convênios com pessoas físicas e jurídicas;

e) dispor de dotação orçamentária global;

f) constituir fundos rotativos ou especiais.

§ 2.º - O Poder Executivo não mais utilizará a forma de órgãos de regime especial para o desempenho das suas atividades, ficando os mesmos limitados aos existentes, até a sua extinção ou transformação.

Art. 7.º - A administração indireta compreende serviços instituídos para limitar a expansão da administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada a saber:

I - Autarquias, entidades de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei e organizadas por ato do Poder Executivo, com patrimônio e receita pró-

prios, sem capital, para o desempenho de atividades típicas da administração pública que não traduzam resultados comerciais ou industriais, funcionando sob tutela administrativa de Secretarias de Estado e com autonomia de gestão.

II - Empresas Públicas, entidades de personalidade jurídica de direito privado, autorizadas por lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio ou de afetação, capital majoritário do Estado, para o desempenho de atividades econômicas atípicas da administração pública, com fins lucrativos destinados à ampliação do capital de giro, constituição de reservas e reinvestimentos.

III - Sociedades de Economia Mista, entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização de lei e organizadas por estatutos, com patrimônio próprio, capital representado por ações de posse majoritária do Estado e fins declaradamente lucrativos.

IV - Fundações, entidades de personalidade jurídica de direito privado, que integram a administração indireta quando criadas por lei com tal intenção, organizadas por estatutos, com patrimônio e bens afetados a um determinado objetivo de utilidade pública e com capacidade de captar e reter, continuamente, recursos privados no montante mínimo de um terço de suas despesas correntes.

Parágrafo Único - As Fundações instituídas pelo Poder Público obedecerão, obrigatoriamente, as normas de licitações estabelecidas na legislação federal.

Art. 8.º - As entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado, conforme consta do Título IX desta Lei, sujeitando-se à fiscalização e ao controle organizados, que, não infringindo o teor da autonomia caracterizada nos seus respectivos atos de criação, permitam, eficazmente, a avaliação do seu comportamento econômico e financeiro e a análise periódica dos seus resultados em cotejo com os objetivos do Governo.

### TÍTULO III

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DO PODER EXECUTIVO

##### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

Art. 9.º - Os serviços dependentes que integram a administração direta objeto do art. 6.º, referem-se a:

I - Governadoria - integrada por unidades de assessoramento e apoio direto do Chefe do Executivo e de coordenação intersecretarial de auxílio ao Governador na seleção, acompanhamento e controle de pro-

gramas e projetos governamentais.

II - Secretarias de Estado de natureza instrumental representadas por órgãos e entidades que centralizam e provêm os meios administrativos necessários à ação do Governo.

III - Secretarias de Estado de natureza substantiva representadas por órgãos e entidades de orientação técnica especializada e de execução, por administração direta, delegação ou adjudicação dos programas e projetos definidos e aprovados pelo Governador.

Art. 10 - A estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado compreende:

I - Nível de direção superior, representado pelo Secretário de Estado, com funções relativas à liderança e articulação institucional ampla do setor de atividades polarizado pela Pasta, inclusive a representação e as relações intersecretariais e intergovernamentais.

II - Nível de gerência, representado pelo Diretor Geral da Secretaria, com funções relativas à inteligência e liderança técnica do processo de implantação e controle de programas e projetos, bem como à ordenação das atividades de gerência, relativa aos meios administrativos, necessários ao funcionamento da Pasta.

III - Nível de assessoramento, relativo às funções de apoio direto ao Secretário de Estado nas suas responsabilidades.

IV - No nível de atuação instrumental, representado por grupos setoriais concernentes aos sistemas estruturantes referidos no Título VI, com funções relativas à coordenação da atividade de planejamento e à prestação dos serviços necessários ao funcionamento da Secretaria.

V - Nível de execução programática, representado por unidades encarregadas das funções típicas da Secretaria, consubstanciadas em programas e projetos ou em missões de caráter permanente.

VI - Nível de atuação desconcentrada, representado por órgãos de regime especial instituídos em conformidade com o que estabelece o art. 6.º, III.

##### CAPÍTULO II

#### DA DEFINIÇÃO DA

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 11 - A estrutura organizacional básica do Poder Executivo compreende as seguintes unidades:

##### I - GOVERNADORIA

#### 1. Governador do Estado

1.1 - Casa Civil - CC

1.2 - Casa Militar - CM

1.3 - Gabinete do Governador

1.4 - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES

1.5 - Assessor Especial de Governo

1.6 - Procuradoria Geral do Estado - PGE



- 1.7 - Procuradoria Geral da Justiça - PGJ
- 1.8 - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
- 1.9 - Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS
- 1.10 - Secretários Especiais

## 2. VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

- 2.1 - Gabinete do Vice-Governador

## II - SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA INSTRUMENTAL

1. Secretaria de Estado da Administração - SEAD
2. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

## III - SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA SUBSTANTIVA

1. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB
2. Secretaria de Estado da Cultura - SEEC
3. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU
4. Secretaria de Estado da Educação SEED -
5. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC
6. Secretaria de Estado da Justiça - SEJU
7. Secretaria de Estado da Saúde - SESA
8. Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP
9. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - SETA
10. Secretaria de Estado dos Transportes - SETR

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

Art. 12 - Constam da estrutura organizacional básica de cada uma das Secretarias de Estado as seguintes instâncias e unidades administrativas:

I - No nível de direção superior, a instância administrativa referente à posição de Secretário de Estado.

II - No nível de gerência, a instância administrativa referente à posição de Diretor-Geral de Secretaria.

III - No nível de assessoramento:

- a) Gabinete do Secretário - GS
- b) Assessoria Técnica - AT

IV - No nível de atuação instrumental:

- a) Grupo de Planejamento Setorial - GPS
- b) Grupo Financeiro Setorial - GFS
- c) Grupo Administrativo Setorial - GAS
- d) Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS

Parágrafo Único - Os grupos referidos no inciso IV constituem unidades operacionais das Secretarias de Estado de natureza instrumental e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, conforme dispõe o Título VI desta Lei.

Art. 13 - Os critérios para organização e funcionamento das entidades da administração indireta são os explicitados no

Título VIII desta Lei.

Art. 14 - O Governador do Estado, mediante decreto, poderá nomear Secretários Especiais, até o número de 6 (seis), com prerrogativas e obrigações de Secretário de Estado, por prazo determinado, para coordenação da ação do Poder Executivo, em áreas de relevante interesse para o Estado.

Parágrafo Único - Do decreto de nomeação deverão constar:

- a) as atribuições do Secretário Especial;
- b) a indicação dos órgãos e entidades que passam para sua subordinação ou vinculação;
- c) a definição do órgão ou entidade que lhe proporcionará suporte administrativo;
- d) a indicação do número de servidores, e respectivas funções, para apoio direto ao Secretário Especial.

Art. 15 - A definição das unidades de nível departamental integrantes das estruturas básicas constantes deste Título será feita através dos regulamentos das Secretarias de Estado, a serem baixados por decretos do Governador do Estado.

## TÍTULO IV

### DO ÂMBITO DE AÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

## CAPÍTULO I DA GOVERNADORIA

### SEÇÃO I DA CASA CIVIL

Art. 16 - O âmbito de ação da Casa Civil compreende: a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; a assistência direta e imediata ao Governador na sua representação civil, relações públicas com autoridades civis, políticas e com a Assembléia Legislativa; a recepção, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; o cerimonial público; a coordenação dos escritórios de representação do Governo fora do Estado; a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa; a preparação de projetos de atos normativos e o controle do trâmite de projetos de leis na Assembléia; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO II DA CASA MILITAR

Art. 17 - O âmbito de ação da Casa Militar compreende: a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares; a segurança do Governador, da sua família, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO III

#### GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 18 - O âmbito de ação do Gabinete do Governador compreende: a assistência e o assessoramento ao Governador no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente oficial; outras missões determinadas pelo Governador.

### SEÇÃO IV

#### DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Art. 19 - O âmbito de ação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compreende: a proposição de medidas que visem a otimização da atuação do Governo do Estado em áreas de desenvolvimento econômico e social.

### SEÇÃO V

#### DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Art. 20 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral do Estado compreende: a representação judicial e extra-judicial do Estado do Paraná; o exercício das funções de consultoria jurídica da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado e para os Municípios do Estado; a cobrança judicial da dívida ativa do Estado; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO VI

#### DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Art. 21 - O âmbito de ação da Procuradoria Geral de Justiça compreende: a defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade pela fiel observância da Constituição e das leis, promovendo através de seus Procuradores e Promotores de Justiça a fiscalização da execução da Lei em todos os seus termos, funcionando em processos criminais e cíveis em que haja matéria de interesse público; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO VII

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DO

#### PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Art. 22 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral compreende: a administração da atividade de planejamento governamental

mediante a orientação normativa e metodológica às Secretarias de Estado na concepção e desenvolvimento das respectivas programações; o controle, acompanhamento e avaliação sistemáticos do desempenho das Secretarias na consecução dos objetivos consubstanciados em seus planos, programas, convênios interinstitucionais e orçamentais; a orientação dos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos anuais, a consolidação crítica desses orçamentos no Orçamento do Estado e o acompanhamento da execução orçamentária; a promoção de estudos, pesquisas e projetos sociais, econômicos e institucionais ligados à sua área de atuação, ou de caráter multidisciplinar ou de prioridade especial; a pesquisa de informações técnicas, sua consolidação e divulgação sistemática entre as Secretarias e demais órgãos; a promoção do planejamento institucional da administração pública estadual; os estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de unidades administrativas no âmbito da administração direta; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO VIII

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 23 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Comunicação Social compreende: a articulação da promoção e divulgação das realizações governamentais; o assessoramento do Governador do Estado no seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira; a prestação permanente de informações ao Governador sobre o comportamento da opinião pública com relação às atividades governamentais; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO IX

#### DO GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 24 - O âmbito de ação do Gabinete do Vice-Governador do Estado compreende: a assistência direta e imediata ao Vice-Governador nas suas relações oficiais; o recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Vice-Governador; o provimento dos meios administrativos necessários ao funcionamento da Vice-Governadoria; a realização de outras atividades determinadas pelo Vice-Governador do Estado.

### CAPÍTULO II

#### DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA INSTRUMENTAL

### SEÇÃO I

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 25 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Administração compreende: a prestação de forma centralizada, dos

serviços - meio necessários ao funcionamento regular da administração direta, bem como a administração patrimonial e de materiais, e o transporte oficial; a documentação, publicação de atos oficiais e reprografia; as comunicações administrativas e zeladoria; a orientação e controle das construções e a manutenção e conservação de prédios e equipamentos de escritório do Governo; a padronização e uniformização de serviços e equipamentos; a análise sistemática dos custos dos serviços-meio; o controle da iniciativa privada mobilizada para prestação de serviços-meio ao Governo a organização e gestão centralizada de cadastro de informações sobre licitantes e licitações no Estado; a execução, de forma centralizada, das atividades de administração de pessoal relativas à descoberta, atração, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica; a administração de cargos, funções e salários, capazes de distinguir, objetivamente, clientela funcionalis pelos níveis de responsabilidade e natureza das obrigações, face aos programas governamentais; a administração e atualização do cadastro central de recursos humanos, extensível à administração indireta, para o inventário e o diagnóstico permanentes da força de trabalho disponível na administração pública, facilitando o recrutamento interno, programação de admissões, concessão de direitos e vantagens, análise de custos para o processo decisório e aumentos periódicos; a promoção de programas médicos, previdenciários e assistenciais aos servidores do Estado; a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados; outras atividades correlatas.

## SEÇÃO II

### DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Art. 26 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Fazenda compreende: a análise e a avaliação permanente da economia do Estado; a formulação e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado; as medidas de controle interno e a coordenação das providências exigidas pelo controle externo da administração pública; os estudos e pesquisas para previsão da receita, bem como as providências executivas para a obtenção de recursos financeiros de origem tributária e outros; a contabilidade geral e administração dos recursos financeiros do Estado; a inscrição e cobrança da dívida ativa; a orientação dos contribuintes; o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual; a auditoria financeira, a análise e o controle de custos na administração direta; a análise da viabilidade de fundos especiais, o controle e a fiscalização da sua gestão; a defesa dos

capitais do Estado; o controle dos investimentos públicos e de capacidade de endividamento do Governo; a execução do Orçamento do Estado pelo desembolso programado dos recursos financeiros alocados aos órgãos governamentais; outras atividades correlatas.

## CAPÍTULO III

### DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE NATUREZA SUBSTANTIVA

#### SEÇÃO I

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Art. 27 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento compreende: a assistência técnica e prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense; a realização de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual; a aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; a administração dos parques florestais do Estado; a classificação de produtos de origem vegetal e animal; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO II

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Art. 28 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Cultura compreende: a promoção e a difusão da cultura em todas as suas manifestações; o estímulo e a orientação às atividades culturais e esportivas dos Municípios; a captação e a aplicação de recursos para instalação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros, a conservação e a ampliação do patrimônio cultural, compreendendo a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, monumentos e paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas; o patrocínio da edição e reprodução de documentos, e estudos de relevância para a reconstituição de eventos do significado cultural; o estímulo e o apoio à iniciativa privada, através da concessão de auxílios e subvenções para a realização de atividades culturais e esportivas; o incentivo à prática do esporte e das atividades recreativas; a programação de certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO III

##### SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

Art. 29 - O âmbito de ação da Secretaria Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente compreende; a integração com entidades e programas federais para coordenação e articulação dos interesses do Estado e de Municípios na obtenção de recursos financeiros e de apoio técnico especializado; o combate à poluição ambiental nas suas diversas formas; o controle e supervisão de obras e de serviços de iniciativa do Estado nos setores de saneamento básico, recursos hídricos e de habitação popular; a formulação da política de desenvolvimento urbano no Estado e a assistência técnica abrangente às municipalidades e associações de municípios no desenvolvimento e aprimoramento de seus serviços e na solução de seus problemas comuns; o planejamento, a fiscalização e execução de serviços técnicos e administrativos concernentes aos problemas de erosão e do saneamento ambiental; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO IV

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Art. 30 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacionais, a assistência e orientação aos Municípios, a fim de habilitá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de equipamentos educacionais; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiro, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública estaduais; a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO V

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Art. 31 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio compreende: a promoção econômica e as providências visando à atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado; o conhecimento e

orientação dos fluxos de comercialização dos produtos do Estado; a promoção e divulgação de estudos e pesquisas sobre comercialização e colocação de produtos paranaenses nos mercados interno e externo; as atividades de pesquisa e experimentação tecnológica e as relativas à metrologia; a promoção das medidas normativas e executivas de defesa, preservação e exploração econômica dos recursos naturais não renováveis, especialmente os minérios; o registro, controle e fiscalização de atividades comerciais; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO VI

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Art. 32 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Justiça compreende: a supervisão e fiscalização da aplicação de penas de reclusão e de detenção e a administração do sistema penitenciário; o relacionamento administrativo com os órgãos da Justiça; o cadastro de provimento e vacância dos cargos e serventias da Justiça; a perfeita integração com o Governo Federal sobre matéria de aplicação de Justiça; a orientação e a proteção ao consumidor; a postulação e a defesa dos direitos dos juridicamente necessitados; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO VII

##### DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Art. 33 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Saúde compreende: a promoção das medidas de proteção da saúde da população, mediante o controle e combate a doenças de massa; a fiscalização e controle das condições sanitárias, de higiene e de saneamento, qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; a aplicação do Código Sanitário do Estado; a restauração da saúde da população de baixo nível de renda; a pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar, face às disponibilidades previdenciárias e assistenciais públicas e particulares; a prestação supletiva de serviços médicos e ambulatoriais de urgência e de emergência; a ação sanitária exaustiva e abrangente em locais públicos; a promoção de campanhas educacionais e de orientação à comunidade, visando à preservação das condições de saúde da população; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e financiamento dos serviços e instalações médicas e hospitalares; a produção e distribuição de medicamentos; a perfeita integração com entidades públicas e privadas, visando articular a atuação e a aplicação de recursos destinados à saúde pública no Estado; outras atividades correlatas.

#### SEÇÃO VIII

## DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 34 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Segurança Pública compreende: a promoção das medidas necessárias à manutenção da ordem e da segurança pública e à defesa das garantias individuais e da propriedade pública e particular, mediante campanhas educacionais e de orientação à comunidade, de fins preventivos, ou pelo uso ostensivo de pessoal e equipamento especializado; a repressão e apuração de infrações penais, em articulação com o Governo Federal; o auxílio e ação complementar às autoridades da justiça e da segurança nacional; a defesa civil da população contra calamidades; o estudo e pesquisa de fontes de recursos financeiros para o custeio e investimento no setor; a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços à nível de indivíduo e de comunidade; a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO IX

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL

Art. 35 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social compreende: a promoção e o estímulo para regularização do mercado de trabalho e do sistema de emprego; a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra; a promoção da intermediação da mão-de-obra; o relacionamento com organismos que congreguem empregados e empregadores; a promoção e o incentivo ao desenvolvimento comunitário; a assistência e a proteção à maternidade, à infância, à velhice, aos socialmente desajustados e aos inválidos; a prestação de serviços assistenciais, especialmente ao trabalhador, ao desempregado, aos indigentes e aos menores carentes; outras atividades correlatas.

### SEÇÃO X

#### DA SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Art. 36 - O âmbito de ação da Secretaria de Estado dos Transportes compreende: a promoção das medidas para a implantação da política estadual de viação; o controle operacional e formal da aplicação dos recursos federais no setor de transportes no Estado; a integração da programação setorial com as demais iniciativas de fortalecimento e expansão da infra-estrutura econômica do Estado; o controle e fiscalização dos custos operacionais do setor e a promoção das medidas visando à maximização dos investimentos do Estado nas diferentes modalidades de transporte; a perfeita

articulação com entidades federais do setor; o controle e fiscalização da concessão de serviços, dos padrões de segurança e de qualidade no setor; outras atividades correlatas.

### CAPÍTULO IV

#### DAS UNIDADES ESTRUTURAIS COMUNS À TODAS AS SECRETARIAS DE ESTADO

Art. 37 - Gabinete do Secretário - a assistência abrangente ao Secretário no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais e particulares; o estudo, instrução e minuta do expediente oficial e particular do Secretário; as relações públicas do Secretário e da Secretaria com o público e com a imprensa; a coordenação da agenda; a representação do Secretário; o acompanhamento de despachos; o provimento de transporte oficial; a realização de missões de caráter reservado ou confidencial; outras atividades correlatas.

Art. 38 - Assessoria Técnica - segundo as necessidades de cada Secretaria, para o assessoramento técnico abrangente, inclusive jurídico, ao Secretário sob a forma de estudos, pesquisas, investigações, pareceres, avaliações, exposições de motivos, análises, representação, atos normativos, minutas e controle da legitimidade de atos administrativos; a articulação com os serviços jurídicos do Estado; outras atividades correlatas.

Art. 39 - Grupo de Planejamento Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para a execução das atividades concernentes ao sistema de planejamento, compreendendo a participação na elaboração da programação específica da Secretaria e a aplicação dos processos de coleta e divulgação sistemática de informações técnicas, a elaboração, controle e acompanhamento da execução orçamentária e planejamento institucional; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 40 - Grupo Financeiro Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Fazenda, para execução das atividades concernentes ao sistema financeiro, compreendendo contabilização, controle e fiscalização financeira; a execução do orçamento; a apuração, análise e controle de custos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 41 - Grupo Administrativo Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Administração, para execução das atividades concernentes ao sistema de administração geral, compreendendo a prestação de serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria; as ati-

vidades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

Art. 42 - Grupo de Recursos Humanos Setorial - a vinculação entre a Secretaria cuja estrutura integra e a Secretaria de Estado da Administração, para execução das atividades concernentes ao sistema de recursos humanos, compreendendo o fornecimento e controle de utilização de pessoal nos diferentes programas e atividades da Secretaria; a coleta de informações para análise e controle de custos e atualização do cadastro central de recursos humanos; as atividades constantes do Título VI; outras atividades correlatas.

## TÍTULO V

### DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS E ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS CHEFIAS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### CAPÍTULO I

##### DAS RESPONSABILIDADES FUNDAMENTAIS:

Art. 43 - Constitui responsabilidade fundamental dos ocupantes de chefias na administração direta, em todos os níveis, promover o desenvolvimento funcional dos respectivos subordinados e a sua integração com os objetivos do Governo do Estado, cabendo-lhes, especialmente:

I - propiciar aos subordinados a formação e o desenvolvimento de noções, atitudes e conhecimentos a respeito dos objetivos da unidade a que pertencem;

II - promover o treinamento e aperfeiçoamento dos subordinados, orientando-os na execução de suas tarefas e fazendo a crítica construtiva do seu desempenho funcional;

III - treinar permanentemente seus substituto e promover, quando não houver inconvenientes de natureza administrativa ou técnica, a prática de rodízio entre os subordinados, a fim de permitir-lhes adquirir visão integrada da unidade;

IV - incentivar entre os subordinados a criatividade e a participação crítica na formulação, na revisão e no aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, bem como nas decisões técnicas e administrativas da unidade;

V - criar e desenvolver fluxos de informações e comunicações internas na unidade e promover as comunicações destas com as demais organizações do Governo;

VI - conhecer os custos operacionais das atividades sob sua responsabilidade funcional, combater o desperdício em todas as suas formas e evitar duplicidades e superposições de iniciativas;

VII - manter, na unidade que dirige, orientação funcional nitidamente voltada para os objetivos da Pasta;

VIII - incutir nos subordinados, a filosofia do bem servir ao público;

IX - desenvolver nos subordinados o espírito de lealdade ao Estado e às autoridades instituídas, pelo acatamento de ordens e solicitações, sem prejuízo de participação crítica, construtiva e responsável, em favor da ampliação da eficácia na administração pública.

## CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

### SEÇÃO I

#### NO ÂMBITO DA GOVERNADORIA

Art. 44 - As atribuições básicas dos ocupantes de posições de chefia no âmbito da Governadoria, assim se especificam:

I - ao Governador do Estado, as que lhe são cometidas pela Constituição do Estado do Paraná, por esta e outras leis.

II - Ao Chefe da Casa Civil:

a) promover a administração geral da Casa Civil, do Palácio e das residências oficiais do Governo;

b) promover a assistência direta e imediata ao Governador, no desempenho de suas atividades;

c) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;

d) exercer ação disciplinar, ordenar despesas, requisitar pessoal, serviços e meios administrativos;

e) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Civil;

f) promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao Governador;

g) transmitir ordens e determinações do Governador;

h) representar o Governador, quando designado;

i) superintender as tarefas e atividades relativas ao processo legislativo de interesse do Governo;

j) exercer as atribuições do artigo 46, no que couber:

1) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador.

III - ao Chefe da Casa Militar:

a) promover a administração geral da Casa Militar;

b) despachar diretamente com o Governador do Estado, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados;

c) responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da administração pública estadual aplicáveis à Casa Militar;

d) promover a recepção das autoridades militares que se dirijam ao Governador;

- e) promover as medidas de segurança do Governador e de seus familiares, do Palácio e das residências oficiais do Governo;
- f) representar o Governador, quando designado;
- g) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

IV - Ao Chefe do Gabinete do Governador:

- a) promover a administração geral do Gabinete e a assistência ao Governador no desempenho de suas atribuições e no atendimento de compromissos oficiais;
- b) formular e organizar a agenda do Governador em articulação com o Chefe da Casa Civil;
- c) coordenar o processamento das audiências e o atendimento pessoal e direto do Governador;
- d) organizar a agenda de compromissos não oficiais do Governador;
- e) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

V - Ao Assessor Especial de Governo:

- a) executar trabalhos específicos determinados pelo Governador do Estado;
- b) realizar estudos e pesquisas sobre assuntos gerais do Governo e da administração pública estadual;
- c) cumprir missões de representação por determinação do Governador do Estado;
- d) requisitar pessoal dos demais órgãos do Poder Executivo para o cumprimento de missões específicas, determinadas pelo Governador do Estado;
- e) assistir e assessorar o Governador no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente pessoal;
- f) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

VI - Ao Procurador Geral do Estado:

- a) exercer as previstas em legislação específica atinentes à defesa do Estado em qualquer juízo ou instância;
- b) as constantes do art. 45, desta Lei;
- c) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

VII - Ao Procurador Geral da Justiça:

- a) exercer as previstas em legislação específica atinentes à ação do Ministério Público;
- b) as constantes do art. 45, desta Lei;
- c) desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

VIII - Aos Secretários Especiais, a coordenação, por designação expressa do Governador do Estado, da ação a cargo de órgãos e entidades do Poder Executivo, no tratamento de assuntos ou setores de rele-

vante interesse para o Estado.

IX - Ao vice-Governador do Estado, o desempenho de missões definidas pelo Chefe do Executivo, nos termos da Constituição do Estado do Paraná.

## SEÇÃO II

### DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

Art. 45 - São atribuições de todos e de cada um dos Secretários de Estado as previstas na Constituição Estadual e as a seguir enumeradas:

I - promover a administração geral da Secretaria em estreita observância das disposições legais e normativas da administração pública estadual e, quando aplicável, da federal;

II - exercer a liderança política e institucional do setor polarizado pela Pasta, promovendo contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais;

III - assessorar o Governador e os outros Secretários de Estado em assuntos da competência da Secretaria;

IV - despachar diretamente com o Governador;

V - fazer indicações ao Governador para o provimento de cargos em comissão e prover as funções gratificadas no âmbito da Secretaria;

VI - propor ao Governador a declaração de inidoneidade de pessoas físicas e jurídicas que, na prestação de serviços, fornecimento ou execução de obras, tenha se desempenhado de forma prejudicial aos interesses do Estado;

VII - promover o controle e a fiscalização das entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;

VIII - delegar atribuições ao Diretor Geral da Secretaria;

IX - atender às solicitações e convocações da Assembléia Legislativa, buscando, antes, a orientação do Governador;

X - apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Secretaria e das entidades a ela vinculadas, ouvindo sempre a autoridade cuja decisão enseje recurso;

XI - emitir parecer final, de caráter conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua decisão;

XII - autorizar a instalação e a homologação de processos de licitação, ou a sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

XIII - aprovar a programação a ser executada pela Secretaria e pelas entidades a ela vinculadas, a proposta orçamentária anual e as alterações e ajustamentos que se fizerem necessários;

XIV - expedir resoluções sobre a organização interna da Secretaria, não envolvida por atos normativos superiores e sobre a aplicação de leis, decretos e ou-



tras disposições de interesse da Secretaria;

XV - apresentar, trimestral e anualmente, ao Governador do Estado, relatório crítico-interpretativo das atividades da Secretaria;

XVI - assinar contratos em que a Secretaria seja parte;

XVII - aprovar, por meio de resolução, os orçamentos anuais de órgãos de regime especial;

XVIII - solicitar ao Governador do Estado, relativamente a entidades vinculadas e por questões de natureza técnica, financeira, econômica ou institucional, sucessivamente: a intervenção nos órgãos de direção; a substituição de dirigente e dirigentes; a prisão administrativa de dirigente e dirigentes; a extinção da entidade;

XIX - promover reuniões periódicas de coordenação entre os diferentes escalões hierárquicos da Secretaria;

XX - propor ao Governador do Estado a designação de pessoas para posições de direção no âmbito de entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria;

XXI - referendar todos os atos do Poder Executivo concernentes à Pasta;

XXII - promover a prestação da promessa legal e dar posse aos servidores nomeados ou comissionados em cargos da estrutura da Secretaria;

XXIII - designar, entre assessores e dirigentes de unidades da Secretaria, representante para solenidades e efemérides;

XXIV - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

### SEÇÃO III

#### DO CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO

Art. 46 - São atribuições de Chefes de Gabinete de Secretário de Estado:

I - promover a administração geral do gabinete e a assistência ao Secretário no desempenho de suas atribuições e no atendimento de compromissos oficiais e particulares;

II - estudar, instruir e minutar o expediente e a correspondência do Secretário, bem como, dar encaminhamento à correspondência oficial recebida, recomendando prioridades para assuntos urgentes;

III - coordenar a agenda de compromissos e representar o Secretário, quando designado;

IV - programar audiências e recepcionar pessoas que se dirijam ao Secretário;

V - promover as medidas necessárias ao provimento de transporte ao Secretário;

VI - cumprir tarefas de caráter reservado ou confidencial, determinadas pelo Secretário;

VII - submeter à consideração do

Secretário os assuntos de urgência ou cuja importância mereçam tratamento imediato;

VIII - transmitir ordens e despachos do Secretário às unidades da Secretaria;

IX - promover as atividades de imprensa e relações públicas da Secretaria;

X - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário.

### SEÇÃO IV

#### DOS DIRETORES GERAIS DE SECRETARIA

Art. 47 - São atribuições de Diretores Gerais de Secretaria:

I - programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades da Secretaria, por delegação do Secretário;

II - despachar diretamente com o Secretário;

III - substituir o Secretário de Estado nas suas ausências e impedimentos;

IV - atuar como principal auxiliar do Secretário de Estado;

V - promover reuniões com os responsáveis por unidades de nível departamental para coordenação das atividades operacionais da Secretaria;

VI - coordenar a atuação dos grupos setoriais no âmbito da Secretaria, centralizando as demandas de serviços a eles destinadas e facilitando o atingimento de seus propósitos como sistemas estruturantes;

VII - praticar os atos administrativos relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro, de administração geral e de recursos humanos, em articulação com os respectivos responsáveis;

VIII - submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam à sua competência, e promover o controle dos resultados das ações da Secretaria, em confronto com a programação, expectativa inicial de desempenho e volume de recursos utilizados;

IX - autorizar a expedição de certidões e atestados relativos a assuntos da Secretaria;

X - assegurar, no que couber à Secretaria, a rigorosa atualização do cadastro central de recursos humanos da Secretaria de Estado da Administração;

XI - propor ao Secretário a realização de licitações, sugerindo, quando for o caso, a sua homologação, anulação ou dispensa;

XII - promover a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;

XIII - delegar competência específica do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;

XIV - propor ao Secretário a criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de unidades administrativas de nível divisional e inferiores a este, para a execu-

ção da programação da Pasta;

XV - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário.

#### SEÇÃO V

##### DOS CHEFES DE GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Art. 48 - São atribuições de Chefes de Grupo de Planejamento Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Secretaria de Estado onde atua;

II - promover a adaptação das diretrizes programáticas setoriais às diretrizes gerais do planejamento governamental;

III - coordenar a elaboração dos planos de trabalho e da proposta orçamentária da Secretaria;

IV - levar a efeito programas de reforma administrativa e planejamento institucional;

V - assessorar na implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito da Secretaria;

VI - acompanhar a execução do orçamento e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;

VII - produzir elementos e evidências facilitadoras da correta avaliação dos resultados dos programas de trabalho da Secretaria;

VIII - promover a coleta de informações técnicas determinadas pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral no setor polarizado pela Pasta;

IX - manter estreita articulação com as unidades especializadas da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

X - promover a consolidação e divulgação sistemática de informações de interesse da Secretaria e para o processo decisório de seus titulares;

XI - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

XII - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

#### SEÇÃO VI

##### DOS CHEFES DE GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

Art. 49 - São atribuições de Chefes de Grupo Financeiro Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Secretaria de Estado onde atua;

II - proceder à execução do orçamento;

III - promover os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros;

IV - providenciar o levantamento do balancete mensal da Secretaria;

V - proceder ao acerto de contas em geral;

VI - executar as medidas e providências de controle interno;

VII - manter assentamentos sobre responsáveis por valores;

VIII - promover a auditoria econômica e financeira da Secretaria;

IX - promover o levantamento e análise sistemática dos custos operacionais da Secretaria;

X - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

XI - representar à Secretaria da Fazenda sobre quaisquer irregularidades relativas ao sistema financeiro;

XII - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Fazenda.

#### SEÇÃO VII

##### DOS CHEFES DE

##### GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL

Art. 50 - São atribuições de Chefes de Grupo Administrativo Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria onde atua;

II - proceder à prestação dos serviços-meio necessários ao funcionamento regular da Secretaria;

III - promover a análise dos custos dos serviços na Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro, com esses dados;

IV - promover estudos de racionalização de procedimentos, visando o aprimoramento dos serviços prestados;

V - proceder à fiscalização do uso e aplicação de serviços e equipamentos para detectar formas de desperdício, uso inadequado e impróprio;

VI - orientar técnica e administrativamente grupos auxiliares;

VII - manter perfeita articulação com as unidades especializadas da Secretaria da Administração para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

VIII - colher informações, na Secretaria e no setor, sobre licitações de interesse para o cadastro da Secretaria da Administração;

IX - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Administração.

#### SEÇÃO VIII

##### DOS CHEFES DE GRUPO DE

##### RECURSOS HUMANOS SETORIAL

Art. 51 - São atribuições de Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial:

I - promover a perfeita integração funcional entre a Secretaria de Estado da Administração e a Secretaria onde atua;

II - providenciar as requisições de pessoal para os programas e atividades da

secretaria;

III - controlar a lotação e os custos de pessoal, por categoria, função e outras dimensões;

IV - promover a avaliação pelas chefias do desempenho de servidores, sempre que concluídas tarefas ou anualmente;

V - promover a análise dos custos de pessoal da Secretaria, alimentando os sistemas de planejamento e financeiro com esses dados;

VI - coordenar a execução de programas de treinamento de interesse restrito para a Secretaria;

VII - manter perfeita articulação com as unidades da Secretaria para execução de suas diretrizes e determinações técnicas no âmbito da Secretaria;

VIII - providenciar a atualização mensal do cadastro central de recursos humanos, alimentando-o com as alterações ocorridas na vida funcional do pessoal da Secretaria;

IX - promover junto a entidades da administração indireta vinculadas à Secretaria, a coleta de informações de interesse para o cadastro de recursos humanos;

X - orientar técnica e administrativa-mente grupos auxiliares;

XI - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Secretário da Administração.

## TÍTULO VI

### DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### CAPÍTULO I

##### DA CARACTERIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

Art. 52 - Para assegurar, na administração direta, a predominância de um funcionamento nitidamente voltado para os objetivos, as atividades de planejamento, administração financeira, administração geral e administração de pessoal serão conduzidas de forma centralizada, por meio dos seguintes sistemas estruturantes:

- I - Sistema de Planejamento;
- II - Sistema Financeiro;
- III - Sistema de Administração Geral;
- IV - Sistema de Recursos Humanos.

Art. 53 - A concepção de sistema estruturante, nos termos desta lei, compreende a existência de uma organização-base, a nível de Secretaria de Estado, com capacidade normativa e orientadora centralizada, da qual emanam grupos setoriais como unidades executivas.

Parágrafo Único - As Secretarias de Estado de natureza instrumental, referidas no inciso II do artigo 11 e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, constituem as organizações-base dos sistemas estruturantes, tendo como unidades executivas os respectivos grupos seto-

riais mencionados no artigo 12, IV.

Art. 54 - Os grupos setoriais constituem extensões da estrutura orgânica das organizações-base dos sistemas estruturantes e têm atuação no âmbito das demais Secretarias e da Casa Civil, para assegurar linguagem uniforme, universalização de conceitos e execução integrada e tempestiva das atividades que representam, em estreita observância do disposto neste Título.

§ 1.º - Os grupos setoriais estão sujeitos à orientação normativa, supervisão técnica, critérios de lotação, programação funcional e fiscalização específica das Secretarias que representam, sem prejuízo da subordinação de cunho administrativo às Secretarias cuja estrutura integram.

§ 2.º - No âmbito de uma Secretaria, o grupo setorial pode ser desdobrado, tendo em vista critérios técnicos relativos à especialização funcional, divisão do trabalho, tamanho e descontinuidade física e, ainda, para aperfeiçoar mecanismos de controle interno, em Grupos Auxiliares - GA - abrangendo órgão de regime especial, uma ou mais unidades de nível departamental no âmbito da Secretaria.

§ 3.º - O âmbito da ação administrativa dos grupos setoriais integrantes da Casa Civil abrange também as unidades da Governadoria, descritas no inciso I, 1.2, 1.3, 1.5, 1.10 e 2,1 do artigo 11.

## CAPÍTULO II

### DO FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

#### SEÇÃO I

##### DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

Art. 55 - O Poder Executivo adotará o planejamento como técnica de aceleração deliberada do desenvolvimento econômico e social do Estado e como instrumento de integração de iniciativas, aumento da racionalidade nos processos de decisão, de alocação de recursos, combate às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

Parágrafo Único - A ação de planejar será desenvolvida em todos os níveis hierárquicos de todas as organizações, tomando a forma de proposições gerais e parciais de trabalho, sucessivas e encadeadas, de curta e longa duração.

Art. 56 - hierarquização dos objetivos, as prioridades setoriais, o volume de investimentos e a ênfase da ação executiva a ser empreendida pelos órgãos estaduais na execução de sua programação serão fixados pelo Governador do Estado no plano geral do Governo, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, explicitadas no seu plano geral.

Art. 57 - As Secretarias de Estado elaborarão, por intermédio do respectivo

Grupo de Planejamento Setorial, suas programações específicas, de forma a indicar, precisamente, em termos técnicos e orçamentários, objetivos quantitativos e qualitativos, articulados no tempo e no espaço, em consonância com as diretrizes técnicas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

Art. 58 - O controle e o acompanhamento substantivos, a análise e a avaliação objetiva dos resultados obtidos serão exercidos por todas as Secretarias de Estado, com a ajuda especializada da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que promoverá, neste sentido:

I - a consolidação e a integração da programação setorial em planos e orçamentos globais do Governo;

II - o replanejamento metodológico dos programas e projetos;

III - o remanejamento organizacional de unidades administrativas;

IV - a adequação do volume e da periodicidade das liberações financeiras, em conjunto com a Secretaria da Fazenda;

V - a mudança de ênfase e de conformação dos objetivos quantitativos e qualitativos;

VI - a exclusão de iniciativas inviáveis ou inoportunas.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, visando assessorar as demais Secretarias, baixará normas operacionais dispondo sobre critérios e procedimentos básicos relativos ao cumprimento do disposto no artigo.

Art. 59 - A administração do sistema de planejamento, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Informações Técnicas - relativas a aspectos econômicos, sociais e institucionais do Estado e do Governo, sob a forma de indicadores e para o fim de dotar os planos, programas e políticas governamentais de orientação teleológica, e de definir o quadro de intervenção objetiva do sistema de planejamento, de maneira a aprimorar os mecanismos decisórios do Governo.

II - Orçamentação - referente à alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários aos projetos e programas governamentais, nos termos da legislação federal, por meio da elaboração e acompanhamento do orçamento anual e plurianual do Governo do Estado.

III - Planejamento Institucional - referente à realização de estudos sobre a criação, a transformação, a ampliação, a fusão e a extinção de entidades da administração indireta e de unidades administrativas no âmbito da administração direta, visando a otimização da máquina governamental.

IV - Programação Intersetorial - refe-

rente ao processo de elaboração de programas e projetos de incidência multisetorial, de cunho prioritário, que requeiram abordagem multidisciplinar.

## SEÇÃO II

### DO SISTEMA FINANCEIRO

Art. 60 - É responsabilidade de todos os níveis hierárquicos das organizações públicas zelar, nos termos da legislação em vigor, pela correta gestão dos recursos estaduais, nas suas diversas formas, assegurando sua aplicação regular, parcimoniosa e documentada.

Parágrafo Único - A gestão dos recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários se processará em nome do Governador do Estado, sob a orientação centralizada da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio de Grupos Financeiros Setoriais.

Art. 61 - A ação da Secretaria da Fazenda, como órgão-base do sistema financeiro, assegurará todas as dimensões e formalidades do controle interno da administração estadual, na aplicação dos recursos a ela destinados, estabelecendo, para tanto, o grau de uniformização e padronização na administração financeira, suficiente para permitir análises e avaliações comparadas do desempenho organizacional, por meio do sistema de planejamento; promoverá ainda:

I - a determinação do cronograma financeiro de desembolso para os programas e atividades do Governo;

II - a iniciativa das medidas asseguradoras do equilíbrio orçamentário;

III - a auditoria da forma e conteúdo dos atos financeiros;

IV - a tomada de contas dos responsáveis;

V - a intervenção contábil-financeira em unidades administrativas;

VI - a alimentação do processo decisório governamental com dados relativos a custos e desempenho financeiro.

Art. 62 - A administração do sistema financeiro, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Contabilização - referente ao registro dos atos financeiros dos ordenadores de despesas; à execução do orçamento; à guarda de documentos e evidências contábeis; à inscrição do patrimônio; à emissão de balancetes e de balanços; à movimentação de fundos e à inscrição de "restos a pagar".

II - Arrecadação - processo relativo à coleta, registro, controle e disposição de valores.

III - Controle - processo relativo ao, resguardo da legalidade dos atos financeiros praticados descentralizadamente, mediante auditoria esporádica; à coleta e processamento de informações sobre custos para o

processo de decisão; a tomada de contas dos responsáveis pela aplicação dos recursos do Estado.

### SEÇÃO III

#### DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 63 - O apoio às Secretarias de Estado, mediante a prestação de serviços-meio necessários ao seu funcionamento regular, será prestado de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração, por intermédio de Grupos Administrativos Setoriais.

Parágrafo Único - A centralização dos serviços-meio deverá ensejar, no âmbito das Secretarias de Estado, a concentração de esforço técnico e a aplicação do tempo executivo às suas finalidades específicas; e, subsidiariamente, à padronização e aumento da rentabilidade de equipamentos e de materiais, a uniformização e celeridade processual, o combate ao desperdício e a contenção e progressiva redução de custos operacionais.

Art. 64 - Os serviços-meio, nos termos desta Lei, compreendem:

- I - processamento eletrônico de dados;
- II - administração de materiais, compreendendo a aquisição, recepção, guarda, distribuição e controle;
- III - administração patrimonial, compreendendo o tombamento, registro, carga, reparação e alienação, inclusive das obras de arte de propriedade do Governo;
- IV - transporte oficial de autoridades e de objetos, bem como aquisição, guarda, manutenção e alienação de veículos;
- V - zeladoria, relativa às atividades de portaria, limpeza conservação, vigilância, administração da planta física e copa;
- VI - documentação, compreendendo biblioteca, arquivo, microfilmagem, microfichagem de documentos e plantas, publicação e reprodução de atos oficiais;
- VII - comunicações, compreendendo as atividades de protocolo, rota administrativa para circulação de expediente, telefonia e telex;
- VIII - reprografia relativa às atividades de datilografia em volume e reprodução de documentos;
- IX - racionalização da prestação dos serviços-meio;
- X - construção e manutenção dos prédios públicos estaduais.

Art. 65 - Os serviços-meio prestados pela Secretaria da Administração, serão debitados às Secretarias usuárias, mediante assentamento contábil promovido pela Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único - No orçamento-programa do Estado consignar-se-ão à Secretaria da Administração as dotações destinadas a atender as despesas com serviços-meio de toda a administração direta conforme defi-

nidos no art. 64.

Art. 66 - A Secretaria de Estado da Administração, em benefício da qualidade dos serviços que deve prestar e dos interesses financeiros do Governo;

I - convocará a iniciativa privada, por meio de licitação, para manutenção e reparo de bens móveis e imóveis, e arrendamento de equipamentos;

II - concentrará aquisições de materiais e equipamentos de escritório, de forma a obter padrões econômicos de desempenho e durabilidade;

III - disciplinará o uso de carros oficiais e de representação.

Parágrafo Único - O Poder Executivo terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para adequar administrativamente o disposto neste artigo.

Art. 67 - A Secretaria de Estado da Administração alimentará os sistemas financeiro e de planejamento com informações para análise de custos e para fins orçamentários.

### SEÇÃO IV

#### DO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

Art. 68 - A administração do pessoal civil, entendida como gestão de recursos humanos, será processada de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração, por intermédio dos Grupos de Recursos Humanos Setoriais, os quais suprirão as Secretarias de Estado de Pessoal na quantidade e características exigidas pelas suas programações.

§ 1.º - Os critérios de recrutamento, seleção e admissão de pessoal de categorias funcionais específicas refletirão, obrigatoriamente a orientação desejável pelas unidades usuárias predominantes dessas categorias.

§ 2.º - Os funcionários integrantes de categorias funcionais que não exijam especialização serão obrigatoriamente movimentados pelos órgãos da administração direta, de acordo com a programação da Secretaria de Estado da Administração.

§ 3.º - As operações técnicas referidas nos parágrafos anteriores terão como passo inicial obrigatório a consulta ao cadastro central de recursos humanos.

Art. 69 - O sistema de recursos humanos aqui instituído terá expressão e consequências funcionais mediante a adoção, sem prejuízo de direitos líquidos e certos de funcionários, das seguintes diretrizes executivas:

I - organização e operação de um cadastro central de recursos humanos abrangendo todo o Poder Executivo, inclusive da administração indireta, capaz de gerar dados para o inventário e o diagnóstico per-

manentes da população funcional do Governo;

II - organização e operação de planos de classificação de cargos, empregos, funções e vencimentos, diferenciados quanto ao tipo de relacionamento e de retribuição, para clientela funcionais;

III - centralização da admissão, contratação, lotação e pagamento do pessoal na Secretaria de Estado da Administração e sua alocação às Secretarias mediante atribuição, rateio e controle de custos relativos à aplicação de cada servidor, por categoria, unidade administrativa, programa, projeto e atividade, e outras dimensões de análise;

IV - controle centralizado dos cargos em comissão e das funções gratificadas, bem como das iniciativas de criação de cargos.

Art. 70 - A Secretaria de Estado da Administração decidirá, face às demandas de pessoal, pelo tipo de recrutamento, regime jurídico, contrato e pelo uso temporário de pessoal.

Art. 71 - A concessão de direitos e vantagens se processará automaticamente com base nos dados do cadastro de recursos humanos, dispensando-se a formação de processo administrativo.

Art. 72 - A função de administrar o sistema de recursos humanos, a cargo da respectiva Secretaria, fundamenta-se nos seguintes processos operacionais:

I - Atração e obtenção de recursos humanos - relativos ao recrutamento, seleção, avaliação, admissão, contratação, classificação, posse, lotação e cadastramento de servidores e empregados;

II - Administração de recursos humanos - relativo à avaliação, movimentação, treinamento, pagamento, concessão de direitos, processo disciplinar, disponibilidade e demissão;

III - Assistência ao Pessoal - relativa à programas de assistência e aposentadoria.

## TÍTULO VII

### DAS BASES FUNDAMENTAIS

#### DA AÇÃO ADMINISTRATIVA NA

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Art. 73 - A ação administrativa se processará no âmbito da administração direta em estrita observância às seguintes bases fundamentais:

I - Programação e Controle de Resultados

II - Coordenação Funcional

III - Regionalização Administrativa e Descentralização do Processo Decisório

IV - Licitações

V - Subordinação da Estrutura Organizacional aos Objetivos.

## CAPÍTULO I

## DA PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS

Art. 74 - A alocação de recursos financeiros, orçamentários e extra-orçamentários, obedecerá a critérios de programação, entendida como a indicação das etapas que compõem um esquema de ação, dispostas em termos temporais, quantitativos e de valor, de forma coerente e compatível com as necessidades a serem atendidas.

Art. 75 - A programação físico-financeira das providências a serem empreendidas deverá permitir, obrigatoriamente, o acompanhamento e controle dos resultados, pela avaliação das etapas constituintes do programa e do rendimento global da iniciativa.

Art. 76 - A programação deverá facilitar também a ação reprogramadora, que se torne necessária como resultante de fatos novos, capazes de propiciar melhores condições ou conhecimentos para o atendimento dos objetivos pretendidos.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das exigências formais de controle e segurança, necessário ao funcionamento da administração pública, o administrador deve preocupar-se com os resultados e não só com a forma da ação administrativa.

Art. 77 - O desempenho organizacional prévio, o adequado conhecimento dos custos operacionais e a devida consideração às informações disponíveis devem constituir, obrigatoriamente, parâmetros para o processo de decisão na administração pública.

Art. 78 - O processo de acompanhamento e controle de resultados terá como referência principal os objetivos estabelecidos na programação inicial e, sempre que possível, tomará forma padronizada, favorável aos estudos e análises comparadas.

## CAPÍTULO II

### DA COORDENAÇÃO FUNCIONAL

Art. 79 - O funcionamento da administração direta será objeto de coordenação funcional sistemática, capaz de evitar superposições de iniciativas, facilitando a complementariedade do esforço inter e intraorganizacional e as comunicações entre órgãos e funcionários.

Art. 80 - A coordenação far-se-á por níveis funcionais, a saber:

I - Coordenação de nível superior, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

II - Coordenação de nível setorial, mediante reuniões no âmbito de cada uma das Secretarias de Estado, envolvendo os dirigentes principais da Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.

III - Coordenação de nível secretarial, mediante reuniões periódicas dos responsáveis pelos órgãos de regime especial e de execução programática da Secretaria.

## CAPÍTULO III

DA REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E  
DESCENTRALIZAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO

Art. 81 - O Poder Executivo poderá fixar, por meio de decretos, regiões administrativas facilitadoras do processo de descentralização e interiorização da ação administrativa das Secretarias de Estado.

§ 1.º - Quando do cumprimento do disposto neste artigo, as Secretarias instalarão seus núcleos de representação nas cidades-sede das regiões administrativas que forem fixadas, de modo a concentrar a presença do Governo Estadual e permitir redução de custos de manutenção pelo uso comum de dependências físicas e equipamentos.

§ 2.º - A partir da representação regional básica, comum a todas as Secretarias, cada Pasta determinará os critérios de sub-regionalização que melhor atendam seus interesses funcionais e operacionais.

Art. 82 - Os critérios de escolha para localização no território do Estado das regiões administrativas devem facilitar para que a atuação de cada Pasta possa:

I - aproximar mais acentuadamente o Governo das municipalidades e dos públicos diferenciados do Estado, desenvolvendo uma ação executiva coerente e complementar com as demais Secretarias;

II - adotar diferentes estratégias de ação face aos desequilíbrios regionais observados;

III - selecionar critérios locacionais objetivos para os investimentos públicos;

IV - descentralizar a ação administrativa da Capital do Estado, reduzindo o deslocamento de contribuintes, funcionários, processos, equipamentos e materiais.

Art. 83 - A descentralização do processo decisório objetivará o aumento da velocidade das respostas operacionais do Governo, mediante o deslocamento, permanente ou transitório, da competência decisória para o ponto mais próximo do ato ou fato gerador de situações e eventos, que demandem decisão.

Art. 84 - A descentralização se processará por meio de delegação explícita, informal ou formal, de competência, nos seguintes termos:

I - Poderão ser objeto de delegação informal:

a) a implementação de decisões previamente aprovadas;

b) a interpretação e adequação de fatos relacionados com a Mecânica de funcionamento de programas de trabalho;

c) o exercício de atividades administrativas repetitivas e rotineiras necessárias à implementação de programas de trabalho.

II - Poderão ser objeto de delegação formal:

a) o controle da execução de programas aprovados;

b) a realização de despesas autorizadas em orçamento ou em convênios;

c) o estabelecimento de relações com órgãos e instituições de diferentes níveis de Governo;

d) a representação do órgão ou da autoridade superior perante outros órgãos do Governo.

III - Não poderão ser objeto de delegação:

a) o assessoramento ou relacionamento com autoridade hierárquica de nível superior;

b) as tarefas ou atividades recebidas por delegação;

c) a formulação de diretrizes para ação da unidade administrativa;

d) a aprovação de planos de trabalho previamente discutidos em outros escalões;

e) as modificações estruturais da unidade administrativa.

Art. 85 - Nos termos da Constituição do Estado do Paraná, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que os seus funcionários causem a terceiros, cabendo, para este efeito, ação regressiva contra o responsável.

CAPÍTULO IV  
DAS LICITAÇÕES

Art. 86 - O Poder Executivo convocará o setor privado, por meio de licitação, para colaborar com o Governo, mediante o fornecimento de materiais, serviços, alienação de bens, a prestação de serviços técnicos e especializados e a execução de obras, sempre que a iniciativa privada puder demonstrar padrões de qualidade, rapidez e segurança compatíveis com os interesses do Governo, na consecução de seus planos e programas.

Parágrafo Único - O processo formal de licitação, ou a sua dispensa, obedecerá à legislação federal aplicável à administração estadual e às normas operacionais que o Executivo fixe por meio de decretos.

Art. 87 - O Governador, por solicitação fundamentada de Secretário de Estado, poderá autorizar a contratação, sem licitação, de pessoa física de notória especialização e expressiva experiência para realização, por período certo de tempo, de estudos, pesquisas, levantamentos, análises, diagnósticos, termos de referência, projetos, programas e planos de interesse do Governo.

Art. 88 - A Secretaria de Estado da Administração centralizará informações sobre licitações e licitantes, mediante organização, administração e atualização de um cadastro central de empresas e de autônomos, atestando por solicitação dos interessados, a situação do licitante no cadastro.



Parágrafo Único - O cadastro central referido neste artigo poderá substituir cadastros setoriais e constituir-se em instrumento básico para qualificação de licitantes no Estado.

## CAPÍTULO V

### DA SUBORDINAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AOS OBJETIVOS

Art. 89 - As unidades administrativas de nível subdepartamental no âmbito da administração direta são, por natureza, de caráter transitório, devendo ser, obrigatoriamente, desestruturadas, na medida em que cumpram os objetivos para os quais foram criadas.

Parágrafo Único - Representam, para os efeitos desta Lei, unidades administrativas de nível subdepartamental: divisão, assessoria, centro, serviço, setor, escritório, núcleo, seção, inspetoria, distrito, unidade, delegacia, grupo, comissão e outras designações semelhantes.

Art. 90 - A criação, a transformação e a ampliação de unidades administrativas só poderá ser feita, observando-se os seguintes requisitos:

I - a indicação precisa dos objetivos a serem atingidos e a inexistência de instrumento estrutural disponível;

II - a impossibilidade ou inconveniência de atribuição de atividades, pelo seu volume ou natureza, à unidade já existente;

III - a existência de recursos financeiros para custeio;

IV - a existência de arrazoado técnico demonstrativo do campo funcional a ser atendido;

V - a avaliação realista das possibilidades de duplicidade ou superposição com iniciativas existentes;

VI - a análise das repercussões da iniciativa perante as unidades existentes;

VII - a consideração às possibilidades de fusão de unidades existentes.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral assegurará a observância dos requisitos indicados no artigo mediante emissão de parecer técnico conclusivo sobre a criação, transformação e ampliação de unidades administrativas.

## TÍTULO VIII

### DOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 91 - Os atos formais de instituição e organização de entidades da administração indireta, previstas no art. 7.º, sob a forma de regimento, regulamento ou estatuto, obedecerão aos seguintes critérios básicos:

I - Quanto à forma organizacional:

a) instituição de órgãos colegiados de

direção superior, de controle econômico e financeiro e de orientação técnica, formados por membros não remunerados, sendo o primeiro desses órgãos presidido pelo titular da Secretaria vinculante da entidade e integrado, entre outros membros, por outro titular de Secretaria interessada funcionalmente no campo de atuação da entidade;

b) a admissão, demissão e fixação da duração dos mandatos de diretores e de membros de órgãos colegiados pelo Governador;

c) a adoção de técnica e de metodologia de planejamento, organização, contabilidade e controle de custos e administração contábil-financeira adequadamente modernas e atualizadas.

II - Quanto à administração do pessoal:

a) adoção do regime jurídico da legislação trabalhista, extensível, quando conveniente, às autarquias;

b) organização dos cargos e funções em planos estruturados segundo critérios técnicos adequados;

c) a admissão mediante critérios de seleção ajustados à importância das posições a serem preenchidas, às características do mercado de trabalho e às determinações das leis reguladoras do exercício das profissões;

d) o fornecimento periódico ao cadastro central de recursos humanos, da Secretaria de Estado da Administração, de informações sobre o pessoal a serviço da entidade.

Parágrafo Único - As entidades da administração indireta não incluídas na categoria de sociedades de economia mista poderão gozar dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 92 - As entidades da administração indireta relacionar-se-ão diretamente com as Secretarias de Estado e Secretários Especiais a que estiverem vinculadas, delas recebendo orientação normativa para consecução de suas finalidades.

Art. 93 - É da competência do colegiado superior da entidade a aprovação prévia de:

I - planos e programas de trabalho bem como orçamento de despesas e de investimentos e suas alterações significativas;

II - intenções de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;

III - atos de organização que introduzam alterações de substância no modelo organizacional formal da entidade;

IV - tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse público;

V - programas e campanhas de divulgação e publicidade;

VI - atos de desapropriação e de alie-

nação;

VII - balanços e demonstrativos de prestação de contas - e aplicação de recursos orçamentários e extra-orçamentários;

VIII - quadro de pessoal da entidade.

Parágrafo Único - O dirigente principal da entidade integrará o colegiado como seu Secretário Executivo, cabendo-lhe, nesta condição, a implantação das decisões e deliberações do órgão.

Art. 94 - O colegiado superior promoverá, na entidade, o controle contábil e de legitimidade por meio de jornadas de auditoria, de periodicidade e incidência variáveis, sobre os atos administrativos relacionados com despesas, receita, patrimônio, pessoal e material.

§ 1.º - A auditoria, sempre que possível, terá sentido preventivo e será conduzida por meio de auditores independentes, devidamente habilitados, correndo as despesas por conta da entidade.

§ 2.º - Os auditores independentes não poderão auditar a mesma entidade por mais de dois exercícios financeiros seguidos.

#### TÍTULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 95 - O provimento pela autoridade competente de posições de chefia deve tomar em consideração a educação formal e a sua afinidade com a posição, a experiência profissional relevante e a capacidade administrativa.

§ 1.º - As indicações, obedecidas as leis reguladoras do exercício das profissões, devem ter caráter transitório, referindo-se, sempre que possível, a objetivos, programas e metas a serem cumpridas pelo indicado.

§ 2.º - Os responsáveis pela implantação ou direção de projetos e de programas de duração superior a dois anos devem sujeitar-se, anualmente, a programas de treinamento formal, por meio de observação ou estágio, conforme cada caso.

Art. 96 - A posição de Diretor Geral de Secretaria será provida pelo Governador, observando o disposto no artigo 94 e de forma a favorecer a continuidade administrativa na Pasta.

Art. 97 - O Chefe da Casa Civil, o Assessor Especial de Governo, o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral de Justiça e os Secretários Especiais têm prerrogativas e obrigações de Secretário de Estado, bem como o Chefe da Casa Militar.

Art. 98 - A fixação inicial da estrutura das Secretarias de Estado, a nível departamental e subdepartamental, em consequência desta Lei, não está sujeita ao disposto no artigo 90.

Art. 99 - Os atos administrativos que externem tomada de decisão ou gerem obri-

gações para o Governo se revestirão de forma especial e serão publicados, quando o exigirem a lei e seus regulamentos.

Parágrafo Único - O Governador baixará decreto dispondo sobre a natureza e a forma dos atos administrativos, bem como sobre sua divulgação oficial.

Art. 100 - O Poder Executivo, como instituidor ou acionista majoritário, promoverá a reforma de regimentos, regulamentos e estatutos para introduzir nas normas que organizam as atuais entidades da administração indireta as alterações que se fizerem necessárias à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 101 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais no âmbito da administração direta e indireta, visando a implementação do disposto nesta Lei, dentro dos limites das respectivas dotações da Lei n. 8.426, de 08 de dezembro de 1986, para o exercício de 1.987 e do Decreto n. 9.949 de 14 de janeiro de 1.987 que aprova os Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas.

Art. 102 - Fica também o Poder Executivo autorizado a proceder a conversão nos Orçamentos Próprios, de recursos de Outras Fontes para Recurso Ordinário - Não Vinculado.

Art. 103 - Para implementação dos artigos 102 e 103, o Poder Executivo baixará decretos regulamentando e disciplinando todas as ações que se fizerem necessárias.

Art. 104 - Com relação às Secretarias de Estado:

I - Ficam transformadas a Secretaria de Estado do Interior em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente; a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social em Secretaria de Estado da Saúde; a Secretaria de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários em Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social.

II - Mudam de denominação a Secretaria de Estado da Agricultura para Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte para Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado das Finanças para Secretaria de Estado da Fazenda; a Secretaria de Estado do Planejamento para Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

§ 1.º - Consideram-se equivalentes as denominações anteriores das Secretarias de Estado e de seus titulares, especialmente para efeito de leis e decretos anteriores e para questões operacionais relativas ao uso de papéis, documentos, carimbos e outras marcas oficiais.

§ 2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transformar cargos de provimento em comissão para a implantação das estruturas or-

ganizacionais decorrentes da presente Lei.

Art. 105 - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão no âmbito da administração pública estadual, conforme segue:

I - Na Governadoria: 03 (três) cargos de Secretário de Estado Extraordinário;

II - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Diretor Secretário, símbolo DAS-3; 02 (dois) cargos de Chefe de Divisão, símbolo 1-C;

III - Na Secretaria de Estado do Planejamento: 01 (um) cargo de Diretor do Departamento Estadual de Estatística, símbolo DAS-5;

IV - Na Secretaria de Estado da Educação: 20 (vinte) cargos de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C;

V - Na Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social: 01 (um) cargo de Chefe da Coordenadoria de Orientação à Comunidade, símbolo DAS-5;

VI - No Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE: 01 (um) cargo de Diretor do Departamento de Aplicação do Capital, símbolo DAS-3;

VII - No Instituto de Assistência ao Menor - IAM: 01 (um) cargo de Diretor, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Técnico de Planejamento, símbolo 1-C; 03 (três) cargos de Assessor de Diretoria, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Assessor Jurídico, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Assistente de Planejamento, símbolo 2-C; 04 (quatro) cargos de Diretor de Unidade Social da Capital, símbolo 2-C; 02 (dois) cargos de Diretor de Unidade Social Especial, símbolo 2-C; 01 (um) cargo de Assistente de Diretor, símbolo 5-C; 01 (um) cargo de Assessor de Relações Públicas, símbolo 5-C; 06 (seis) cargos de Diretor de Unidade Social, símbolo 6-C; 02 (dois) cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C.

Art. 106 - Ficam criados os cargos de provimento em comissão no âmbito da administração pública estadual, conforme segue:

I - Na Governadoria: 06 (seis) cargos de Secretário de Estado Especial; 01 (um) cargo de Assessor Especial de Governo; 01 (um) cargo de Ouvidor Geral do Estado; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Governador, símbolo DAS-1;

II - Na Casa Civil: 08 (oito) cargos de Assessor Especial símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-4; 14 (quatorze) cargos de Assessor Especial, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, símbolo DAS-5;

III - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1;

IV - Na Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Secre-

tário Executivo do Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados do Paraná, símbolo DAS-5; 17 (dezesete) cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C.

V - Na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento: 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

VI - Na Secretaria de Estado da Educação: 01 (um) cargo de Superintendente de Educação, símbolo DAS-2;

VII - Na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente: 01 (um) cargo de Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, símbolo DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;

VIII - Na Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio: 02 (dois) cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-5;

IX - Na Secretaria de Estado da Justiça: 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5;

X - Na Secretaria de Estado dos Transportes: 01 (um) cargo de Chefe de Departamento, símbolo DAS-5.

Art. 107 - O servidor regido por regime jurídico diverso do Estatuto dos Servidores Civis, poderá ser comissionado para o exercício de funções de chefia, direção e assessoramento, sem perder o vínculo empregatício.

Art. 108 - Com relação às entidades da administração indireta:

I - Ficam extintos o Instituto de Assistência ao Menor - IAM, a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, a Fundação de Promoção Social do Paraná - PROMOPAR, a Paraná Radiofusão S/A - RADIPAR e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, e, em consequência destas extinções:

a) os cargos de Diretor Superintendente e de Diretor Técnico da FIDEPAR;

b) os cargos de Diretor Superintendente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da PROMOPAR;

c) os cargos de Diretor Presidente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da RADIPAR;

d) os cargos de Diretor Superintendente, de Diretor Administrativo-Financeiro e de Diretor Técnico da EMOPAR.

II - Mudam de denominação a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR para Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha para Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

III - Todos os Diretores do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha serão nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Secretário de Estado da Saúde,

respectivamente.

IV - Fica alterado o número de membros da Diretoria Executiva do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR de cinco (05) para quatro (04), passando o art. 15, § 2º, da Lei n. 7.056, de 04 de dezembro de 1978, a ter a seguinte redação:

"§ 2º - A Diretoria Executiva será constituída de 4 membros nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução".

V - Fica alterado o número de membros da Diretoria da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos CLASPAR de 4 (quatro) para 3 (três), passando o art. 9º, inciso III, alínea "a", da Lei n. 7.052, de 04 de dezembro de 1978, a ter a seguinte redação:

"a) Será constituída de um Presidente de 2 (dois) diretores, nomeados pelo Governador, por proposta do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com sistema de remuneração e de vantagens financeiras fixado por ato do Governador do Estado".

VI - Ficam alterados os objetivos, a personalidade jurídica e a constituição da Diretoria Executiva do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira, passando os arts. 1º e 8º, da Lei n. 6.407, de 07 de junho de 1973, alterada pelas Leis n. 7.550, de 17 de dezembro de 1981 e n. 8.153, de 02 de outubro de 1985, a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA, com personalidade jurídica de direito privado, vinculado à Secretaria de Estado responsável pelo planejamento estadual, com sede e foro na cidade de Curitiba, tendo como finalidade básica apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes áreas de atividade:

a) realizar pesquisas, estudos, elaborar projetos e programas, acompanhar a evolução da economia estadual, fornecendo apoio técnico, nas áreas econômica e social à formulação de políticas estaduais de desenvolvimento;

b) coordenar, orientar e desenvolver atividades técnicas compreendidas no Sistema de Informação Estatística, visando subsidiar, com dados estatísticos, os estudos voltados ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Estado;

c) elaborar, executar, coordenar programas e promover atividades de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a pesquisa, planejamento e gerência nas áreas de atuação governamental, a nível de pós graduação - lato sensu.

Parágrafo Único - Na execução de seus trabalhos e para a consecução de seus ob-

jetivos poderá o IPARDES manter intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, sob a forma de convênios, contratos, termos de ajuste e outros".

"Art. 8º - A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente, de um Secretário Geral e de três (3) Coordenadores, todos de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, com um mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º - O Diretor Presidente deverá ser escolhido entre pessoas de notórios conhecimentos e experiência em atividades relacionadas com as da Fundação.

§ 2º - Ao Diretor Presidente compete a representação jurídica do IPARDES - Fundação Edison Vieira e a coordenação superior das atividades da Fundação, para o atingimento de seus objetivos.

§ 3º - Compete ainda ao Diretor Presidente atribuir funções outras não previstas no Estatuto, por ato de delegação interna, ao Secretário Geral, aos Coordenadores e demais funcionários, assim como constituir mandatários na defesa dos interesses da Fundação.

§ 4º - O Diretor Presidente em suas faltas e impedimentos será substituído pelo Secretário Geral.

§ 5º - O Secretário Geral será substituído, em períodos de ausência prolongada do Diretor Presidente, por funcionário formalmente designado para tal, por ato da delegação interna expedido previamente pelo Diretor Presidente.

§ 6º - A remuneração mensal da Diretoria Executiva será definida pelo Governador do Estado".

VII - Fica extinto o cargo de Secretário Geral da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR.

§ 1º - As atribuições da FIDEPAR passam à Secretaria de Estado da Administração no concernente ao treinamento administrativo e, ao IPARDES, no concernente aos programas de treinamento para o desenvolvimento ao nível de pós-graduação lato-sensu.

§ 2º - O Governador do Estado designará Grupos de Trabalhos para a liquidação das entidades referidas no inciso 1, constituídas por servidores indicados pelos titulares das Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, das respectivas Pastas às quais as mesmas eram vinculadas e das que absorvem as suas atribuições.

§ 3º - O funcionário deficiente físico ou arrimo de família, contratado sob regime da CLT, não será demitido dos órgãos da administração direta ou indireta do Estado, ainda que transformados ou extintos, senão por "iusta causa".

Art. 109 - Fica extinto o Departamento Estadual de Estatística DEE, passando as

suas atribuições, pessoal e patrimônio para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira, que procederá a alteração de sua estrutura organizacional para atender às atribuições incorporadas.

Art. 110 - Os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes que se encontram em execução pelos órgãos e entidades extintos terão sua continuidade sob a responsabilidade a quem foi atribuída a competência dos serviços nos termos desta Lei.

Art. 111 - O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, instituído pela Lei n.7.978, de 30 de novembro de 1.984, alterada pela Lei n. 8.289, de 07 de maio de 1.986, passa à subordinação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder adequações na sua composição e funcionamento mediante Decreto.

Art. 112 - As entidades da administração indireta vinculam-se às Secretarias de Estado conforme se indica:

I. À Governadoria:

a) Companhia Paranaense de Energia - COPEL

II. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

a) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Fundação Edison Vieira.

III. à Secretaria de Estado da Administração:

a) Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR

b) Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE

c) Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE

IV - à Secretaria de Estado da Fazenda:

a) Banco do Estado do Paraná S/A - BANESE

V. à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

a) Centrais de Abastecimento do Paraná S/A - CEASA/PR

b) Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ

c) Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA

d) Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR

e) Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR

f) Fundação Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR

g) Instituto de Terras, Cartografias e Florestas do Estado do Paraná - ITCF

VI. à Secretaria de Estado da Cultura:

a) Fundação Teatro Guaíra

VII. à Secretaria de Estado do Desen-

volvimento Urbano e do Meio Ambiente:

a) Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

b) Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

c) Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM

d) Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente SUREHMA

e) Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR

VIII. à Secretaria de Estado da Educação:

a) Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR

b) Fundação Universidade Estadual de Londrina

c) Fundação Universidade Estadual de Maringá

d) Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa

e) Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana

f) Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro

g) Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho

h) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Cornélio Procopio

i) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava

j) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho

l) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá

m) Fundação Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória

IX. à Secretária de Estado da Indústria e do Comércio:

a) Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP

b) Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR

c) Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR

d) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

e) Junta Comercial do Paraná

f) Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR

X. à Secretaria de Estado da Saúde:

a) Fundação Caetano Munhoz da Rocha

XI. à Secretaria de Estado da Segurança Pública:

a) Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

XII. à Secretaria de Estado dos Transportes:

a) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA

b) Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

§ 1.º - A representação do Estado do Paraná no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e a no Centro do

Comércio Exterior do Paraná - CEXPAR atuam sob a coordenação da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

§ 2.º - O Governador do Estado poderá, através de Decreto, proceder o remanejamento das entidades da administração indireta.

Art. 113 - Constituem órgãos de regime especial, nos termos do inciso III do art. 6.º desta Lei:

a) a Biblioteca Pública do Paraná, subordinada à Secretaria de Estado da Cultura;

b) o Colégio Estadual do Paraná, subordinado à Secretaria de Estado da Educação;

c) a Coordenação da Receita do Estado - CRE e o Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, subordinados à Secretaria de Estado da Fazenda;

d) a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, subordinada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente;

e) os Departamentos Estaduais de Arquivo e Microfilmagem - DAMI, de Administração do Material - DEAM, de Transporte Oficial - DETO, subordinados à Secretaria de Estado da Administração.

Art. 114 - Ficam criadas as seguintes entidades na administração indireta do Estado:

I - Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - DECOM, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Administração, com as finalidades e atribuições definidas no respectivo regulamento, assumindo o patrimônio, receita e pessoal da extinta Empresa de Obras Públicas do Paraná;

II - Fundação de Esportes do Paraná, com finalidades e objetivos voltados à assistência ao esporte amador, vinculada ao Secretário de Estado que atue nessa área, em conformidade com os respectivos estatutos aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo, com a receita definida na forma do Art. 2.º, da Lei n. 8.197, de 13 de dezembro de 1985, no que couber;

III - Fundação Rádio e Televisão do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, com as finalidades e objetivos definidos nos respectivos estatutos aprovados por decreto, assumindo a receita da extinta Paraná Radiofusão - S.A., e a parcela patrimonial do Estado, pela condição de acionista majoritário e, no que couber, as atividades desta e da extinta Rádio Estadual do Paraná;

IV - Fundação de Ação Social do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, com finalidade e objetivos definidos no respectivo estatuto, aprovado por Decreto, assumindo a receita e patrimônio dos extintos Institutos de Assistência ao Menor (IAM) e Fundação

de Promoção Social do Paraná (PROMOPAR), inclusive as participações financeiras atribuídas por lei aos referidos órgãos extintos, exceto os recursos oriundos da Lei 8.328/86, de 23 de junho de 1986, que serão geridos pelo Gabinete da Governadoria, através do qual serão dadas as destinações financeiras atribuídas por lei.

Parágrafo Único - Para a entidade criada pelo item I, deste artigo, ficam criados 1 cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo DAS-1, 1 cargo em comissão de Diretor Administrativo, DAS-3 e 1 cargo em comissão de Diretor Técnico, DAS-3; e aquelas criadas pelos itens II a IV, contarão com um Diretor Presidente e dois Diretores, com remuneração fixada por ato do Governador, obedecidos os parâmetros adotados para funções análogas.

Art. 115 - O Departamento Estadual de Arquivo Microfilmagem-DAMI passa a denominar-se Departamento Estadual de Arquivo Público-DEAP.

Art. 116 - As instituições de ensino superior mantidas pelo Estado, aos professores, funcionários e alunos ficam assegurados os direitos definidos nos incisos XIII e XIV, do Art. 138, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 117 - Fica a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a responsabilidade de planejar, programar, executar e controlar, de forma ininterrupta, a implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 118 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, mantidos os cargos nela criados e revogadas a Lei n. 8.197, de 13 de dezembro de 1985; o Art. 6.º, da Lei n. 8.468, de 16 de março de 1987, e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) RAFAEL GRECA - Presidente;

RAUL LOPES - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Basílio Zanusso, na qualidade de líderes do PDT, PT, PL e PFL, respectivamente, constante do expediente, solicitando voto contrário à aprovação do Projeto de Lei n. 32/87, em Redação Final. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Requerimento?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
O Projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) É que entendeu este Deputado que Vossa Excelência estava colocando em votação o requerimento anexado ao projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Face ao requerimento, esta Presidência anunciou o deferimento da declaração de voto de Vossas Excelências, o que constará dos Anais e da Ata da sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 57/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, com sede e foro no Município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 135/86, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de Utilidade Pública o HOSPITAL OSWALDO CRUZ, com sede e foro no Município de Teixeira Soares. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 142/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ARAÇÁ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 198/86, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 264/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a MITRA DIOCESANA DE PALMAS, com sede e foro no Município de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 122/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Arcebispo de Londrina, DOM GERALDO MAJELLA AGNELO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do

expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Hércules de Macedo Rocha, ocorrido no dia 12 de maio do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Antônio da Silva, ocorrido no dia 07 de maio do corrente ano, no Município de Umuarama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Livino Antônio, ocorrido no dia 03 de maio do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amelia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Hércules de Macedo Rodrigues, ocorrido nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Romildo Marcos Pereira, ocorrido no dia 08 de maio do corrente ano, no Município de Santana do Itararé. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 263/86, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência à Infância de Ribeirão do Pinhal. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 15/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 01/87, objetivando a permuta de áreas que especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiati, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 159/85, que reconhece a Federação dos Funcionários Públicos do Paraná como órgão oficial de representação em grau superior, dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, nos termos que especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à equipe J, da Delegacia de Furtos e Roubos, composta pelos agentes Mário Chagas, João Maria de Oliveira, Raimundo Francisco e Acir de Lima Filho, por relevantes serviços prestados à comunidade. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado



do Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final ao Projeto de Lei n. 264/86, que declara de Utilidade Pública a Mitra Diocesana de Palmas, com sede e foro no Município de Palmas. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO S/A, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco, no Município de Ivaté. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a instalação de uma Agência de Rendas no Município de Ivaté. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito - DETRAN, encarecendo a designação de um Despachante Oficial, para o Município de Ivaté. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela passagem do 49.º aniversário de fundação da Escola Estadual General Osório, do Município de Ponta Grossa - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Maestro Adauto Vieira, por dez anos prestados à frente da Banda Lyra, do Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, pela comemoração do "Dia do Enfermeiro". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo reparos no prédio da Escola Rural de Faxinal dos Penteados, no Município de Imbituva. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação do Curso de Segundo Grau, na Escola Estadual Dr. Epaminondas Novaes Ribas - Ensino de Segundo Grau, do Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo o envio de técnicos para o escritório da ACARPA, no Município de Vitorino. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo um viatura policial equipada, para a Delegacia de Polícia do Município de Vitorino. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo intitulado "Rombo na Casa", publicado no jornal "Correio de Notícias". - Aprovado. (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo intitulado "Publicidade Personalista", publicada no jornal "Folha de Londrina". - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador do INCRA-PR, encarecendo informações sobre o acordo firmado entre o INCRA-Brasília e os assentados no Projeto São João Batista - Fazenda Cavernoso, no Município de Guarapuava. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do pronunciamento sobre a Libertação da Escravidão. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando a construção de um Hospital Público Municipal, no Município de Umuarama. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", publicado no Almanaque Abril/87, da Editora Abril. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando a implantação de balizamento noturno no aeroporto do Município de Umuarama. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Professores Cecília Maria Westphalen e Jayme Antônio Cardoso, e aos editores Cassiana Carollo e Livraria do Chaim, pela publicação, em segunda edição, do Atlas Histórico do Paraná. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Pequeno Cotelengo, pelo lançamento do informativo "A Voz do Pequeno Cotelengo". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a pavimentação asfáltica entre os Municípios de Paçandu e Ourizona. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da PROMOPAR, encarecendo quinhentos cobertores para serem distribuídos pelas entidades assistenciais do Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada de Roncador à localidade de Beira Rio, no Município de Roncador. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Santa Cruz, do Jardim Santa Cruz, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da PROMOPAR, encarecendo quinhentos cobertores para serem distribuídos às entidades assistenciais do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a cessão, por doação ou comodato, de uma área de 790,40 m<sup>2</sup>,

pertencentes ao Estado do Paraná, sito no Distrito de Guamiranga, Município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo uma Clínica Odontológica Simplificada, para o Município de Prudentópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo uma Clínica Odontológica Simplificada, no Município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Enfermeiro". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretários de Estado da Cultura e Ministro da Cultura, Presidentes do Conselho Estadual de Educação e Fundação Nacional do Livro Didático, pleiteando a formação de projetos que resultem no resgate da realidade histórica do negro no contexto estadual e nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo pronunciamento sobre as denúncias feitas contra o Prefeito do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 86.º aniversário de emancipação política do Município de Ribeirão Claro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo recursos financeiros ao Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central, Chefe do Escritório Regional do Banco Central no Município de Curitiba, e Presidente do CEBRAE-

Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa, encarecendo para que as instituições financeiras cumpram a resolução n. 1308, de 23 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de uma nova ponte ou ampliação da ponte atual, entre os Municípios de Bandeirantes e Itambaracá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, encarecendo a implantação da rede de esgoto no Município de Palotina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comentário "Crime Sem Castigo", publicado na Revista Senhor, no dia 07 de abril do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de acostamento asfáltico nas Rodovias PR 182, que liga os Municípios de Palotina à Toledo e da PR 364 que liga os Municípios de Palotina à Terra Roxa e Assis Chateaubriand. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antonio Belinati, Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Ezequias Losso e Basílio Zanusso, na qualidade de Líderes do PDT, PTB, PT, PL e PFL, constante do expediente, solicitando a Constituição de Comissão Especial, destinada a acompanhar a implantação da Reforma Administrativa do Executivo Estadual. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DER, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo o fornecimento do Organograma do DER do Paraná, nomes dos ocupantes de Cargos e Chefias de todo o DER. **Em discussão. Em votação.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Adia-se a discussão para a próxima

Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de Telex à subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas da Assembléia Nacional Constituinte, e apoiando a iniciativa de incluir como contribuintes do Imposto de Renda os deputados, militares e juizes. **Em discussão. Em votação.**

UM SENHOR DEPUTADO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo o comparecimento do mesmo, a esta Casa, para esclarecer as denúncias de irregularidades que vem ocorrendo no BANESTADO. **Em discussão. Em votação.**

UM SENHOR DEPUTADO - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 159/85, que reconhece a Federação dos Servidores Públicos do Paraná- FESPAR, Entidade de Direito Privado com sede na Capital do Estado, como órgão oficial em grau superior dos Servidores Públicos no Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando votação nominal do requerimento de autoria deste Deputado, que trata do FEPPA. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, o encaminhamento do abaixo-assinado, da comunidade de São João do Triunfo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que o mesmo encaminhe a esta Casa de Leis, uma Mensagem propondo a revogação das Letras, B, G

e Parágrafo Único do artigo 6.º da Lei n. 6639/74, alterada pela Lei n. 7771/83, que obriga a Assembléia Legislativa repassar verbas públicas ao Fundo Estadual de Previdência do PARLAMENTAR- FEPPA. Em discussão. Em Votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Gostaria, Senhor Presidente, dentro dessa questão de ordem que levanto, argumentar que o requerimento do ilustre Deputado Paulino José Delazeri, do qual eu também dei apoio, necessita para cumprir essa lei, seja apreciado pelo Conselho Deliberativo do FEPPA, nos termos do artigo 7.º, da Lei n. 8437, de 30 de dezembro de 1986, nos seguintes termos: (Lê Artigo 7.º).

Pois bem, como existe uma lei e nós aqui somos escravos do direito positivo, não há, na minha proposta nenhum sentido procrastinatório da votação do requerimento, posto que, sou um dos que dei apoio a esta proposição.

Mas nós, representantes do povo no Parlamento, legisladores, temos que nos curvar a lei.

Nesses termos, a minha questão de ordem é no sentido de que a proposição antes de qualquer votação, seja encaminhada ao referido Conselho, para que este, no prazo de quinze dias emita o Parecer, e a proposição retorne a Plenário para votação, capeado com o parecer do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta

Presidência informa ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan que no requerimento que está em votação, não consta a sua assinatura, em virtude do Deputado subscritor ter apresentado este requerimento na segunda-feira. E esta Presidência, obedecendo à Lei determinou que voltasse ao Fundo de Previdência dos Parlamentares. Porém, no dia seguinte, com sua assinatura e mais a do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, voltou novamente um outro requerimento que esta Presidência desconheceu. Respondendo à sua solicitação, para que esta Presidência não sofra dia-a-dia, contra-tempos desta ordem e esta Casa se desgaste, vai colocar em votação hoje, esse requerimento.

O Sr. Nereu Massignan- (Questão de Ordem)-

Gostaria de esclarecer que desconhecia o outro requerimento. Assinei um requerimento que me foi apresentado pelo ilustre Deputado Paulino José Delazeri.

Para mim, o primeiro foi o único que me foi apresentado. Insisto na Questão de Ordem no sentido de que o requerimento seja apreciado pelo Conselho. Nós, como Parlamentares, devemos nos curvar à lei, sob

pena de sermos todos aqui cobrados pelo não cumprimento daquilo que temos que fazer como primeira preliminar do comportamento de um Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em vão o requerimento solicitando votação nominal. O requerimento do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, solicitando votação nominal em que solicita a suspensão do pagamento do FEPPA. Em votação. REJEITADO.

O SR. PEDRO TONELLI - Gostaria que ficasse registrado meu voto contrário, a favor do Requerimento.

O Sr. José Felinto- (Declaração de voto)- Senhor Presidente, gostaria de comunicar aos nobres Pares que votei contra o requerimento do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, mas que pegarei a Legislação do FEPPA e dentro em breve apresentaremos, projeto de lei no sentido de que contribuam para o mesmo, aqueles Parlamentares que queiram contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Em votação requerimento do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, que altera Fundo Estadual de Previdência Parlamentar.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulino José Delazeri, autor do mesmo.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Para esclarecimento à Casa, quero dizer que encaminhei em primeiro lugar, o requerimento com somente minha assinatura. Após, colhidas mais assinaturas, consultei vários companheiros colegas Deputados e encaminhamos pedindo a benevolência da Mesa no sentido de substituir o primeiro requerimento, tendo em vista que o teor é o mesmo. Se a Mesa não acolher este pedido, deve ficar isso registrado para que se esclareça os fatos. E no mais, Senhor Presidente, devo dizer que quando pensamos, refletimos, analisamos o que estávamos propondo, sabíamos dos riscos que corríamos, principalmente com as represálias que sofreríamos, assim como o sabiam os demais companheiros, hoje acusados por membros desta Casa, tais acusadores procuram atingir de forma indireta a nossa pessoa, e se desviaram, inclusive, para efeito de argumentação, da análise do fundamental, do principal. E sabendo dessas consequências, queremos dizer que se tivéssemos que apresentar novamente o requerimento, o faríamos, mesmo sabendo das consequências, das calúnias, das difamações que sofreremos juntamente com os companheiros que representamos aqui nesta Casa de Leis.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli).

Esta Presidência responde a Vossa Excelência que não aceitou o segundo requerimento, com mais duas assinaturas, em virtude de já ter determinado ao Fundo de Previdência que desse o seu parecer. Não poderia abusar deste Poder e mandar buscar para encaminhamento um segundo requerimento, senão amanhã poderia aparecer um terceiro, quarto, e quinto e assim indefinidamente.

Em votação o Requerimento do Senhor Deputado Paulino José Delazeri. Rejeitado.

Nada mais havendo ...

O Sr. Artagão Mattos Leão- (Pela Ordem).  
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- É matéria vencida.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Gostaria apenas, nobre Presidente, para elogiar a sua conduta, que no meu modo de entender foi correta, porque a Lei n. 8437 realmente diz no parágrafo único do artigo 7º, que qualquer proposta de alteração do Fundo deverá ser submetida à previa apreciação do Conselho, cujo parecer será emitido mediante cálculo atuarial. Apenas para esclarecer que o requerimento do Ilustre Senhor Deputado Paulino José Delazeri é endereçado a Sua Excelência o Governador do Estado, solicitando para que o mesmo envie uma mensagem modificando o FEPPA. Quer dizer, o requerimento do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, não modifica nada, então não teria necessidade de ser cumprido o Parágrafo Um do Artigo 7º.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência já havia anunciado o encerramento da Sessão, e é matéria vencida. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às dez horas, com a seguinte Ordem do Dia, anteriormente anunciada:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 205/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 41/86, 60/86, 96/86, 110/86, 130/86, 166/86, 192/86, 213/86 e 11/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após também com a Ordem do Dia anteriormente anunciada:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições ns. 41/87, 42/87 e 43/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PAULINO DELAZERI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1987.

### "CRIME SEM CASTIGO"

Cláudio Abramo

Marchamos - é o termo para uma crise grave. O sinal mais evidente disso, entre outros, é a crescente agressividade dos militares que começou com sondagens e hoje está em desenvolvimento aberto. A ofensiva militar começou quando o projeto de Constituição encomendado à Comissão Constituinte chefiada pelo Senhor Afonso Arinos incluiu em seu texto a definição do papel dos militares na vida nacional, excluindo-os da política interna; o projeto foi engavetado, a gaveta trancada a chave e a chave jogada ao mar.

Depois vieram as reações que começaram tímidas e acabaram na arrogância, a qualquer sinal, interpretado como atentado à sua autoridade. Depois vieram as ocupações de refinarias e portos, algo inexplicável que não foi explicado, e mais alarmante quando se considera que militares não são propriamente os melhores guardiães de máquinas delicadas e instrumentos sensíveis, que ficam em melhores mãos se entregues aos operários; o mundo sabe disso desde o século XVIII. Já antes, na famosa greve geral "que fracassou", como os jornais mentiram para o governo acreditar, os militares, sobretudo os do Rio, ofereceram à opinião pública um espetáculo constrangedoramente ridículo quando foram deitar-se à rua, de ventre no chão, de baioneta calada, cercando hipotéticos centros estratégicos, repetindo assim, na fatuidade grotesca, a duvidosamente heróica investida de uma patrulha do Exército brasileiro que, em 64, depois do golpe americano no Brasil, cercou, à sorrelfa, à socapa, a Universidade de Brasília, armando uma tocaia contra professores e alunos que, no interior da escola, davam e recebiam aulas, e cuja arma mais perigosa era um singular corta-unhas.

Depois da ocupação de refinarias e portos vieram as duas bofetadas. A primeira, o livro do coronel Ustra que, além de publicar seu livro - o que tem direito de fazer -, deu entrevista jactanciosa na televisão, o que não pode fazer, e não foi punido. E a segunda, a inclusão, na lista

de promoções e general, e submetida ao presidente da República que a assinou de um nome de um militar acusado de praticar tortura contra prisioneiros políticos indefesos. Esse gesto constrange a Nação e constrange o presidente da República.

Alguns chefes militares afirmarão que, assim como os que lutaram de armas na mão foram anistiados e alguns deles ocupam secretarias de Estado e outros são constituintes, da mesma forma os militares que os combateram têm direito de prosseguir em suas carreiras. Não se discute isso.

O que se discute é se alguém que praticou o crime covarde da tortura diretamente ou chefiou destacamentos especiais encarregados de fazer interrogatórios com tortura tem o direito de ter contado como tempo de serviço prestado à Pátria o período em que se dedicou a tão miserável mister. O que perguntamos é: como uma sociedade já carregada de tantos crimes e de tantas culpas, como a nossa, que tem na sua consciência o peso insuportável da presença das massas miseráveis, a marginalização de milhões de semelhantes, a absurda disparidade de salários, a mortalidade infantil, os bandos de crianças famélicas e abandonadas, esta sociedade que assiste, impassível e indiferente à cupidez desenfreada da classe dominante, que se comporta pior do que os mandarins chineses do século XIX, se esta sociedade, enfim, se pode permitir o luxo de conceder que pessoas, que, ganhando soldo pago pelo contribuinte, tenham aplicado choques elétricos, desferido socos e pontapés contra suas vítimas, empalado prisioneiros políticos, colocado homens e mulheres no pau-de-arara e na cadeira do dragão, que tenham ameaçado seus familiares e seus filhos ou filhas, e tendo esse tempo contado para efeito de aposentadoria e como se tivesse sido ocupado em defender a Pátria.

Um dos argumentos dos torturadores, facilmente aceito pelos que querem perdoar para esquecer, é que os prisioneiros assim torturados eram "terroristas". O que nos leva a duas perguntas: quantos atos realmente terroristas podem ser imputados a homens e mulheres que se engajaram na guerrilha no País? E como se explicam as torturas selvagens e o assassinio de militantes que não praticaram a luta armada, como os 11 dirigentes do PCB que foram trucidados na calada da noite, assim como tantos outros que nunca pegaram em armas?

Alguns chefes militares têm razão quando dizem que essa questão ficou para trás e que veio a anistia e que não adianta ficar resolvendo tais assuntos, penosos para todos. Em parte eles têm razão. A vitória das forças chamadas democráticas sobre a ditadura, em 85, foi tão imperceptível, tão tênue, que excluiu, desde logo,

a possibilidade de serem punidos os acusados de crime de assassinio e tortura contra cidadãos. Como não foi possível punir os torturadores e assassinos, enviando-os para a cadeia, como na Argentina, nós os aceitamos como cidadãos com direito a trabalhar, comer morar e viver em paz (o mesmo direito não foi dado às suas vítimas por esses mesmos acusados), mas podemos nos reservar o direito de discordar da contagem de tempo passado em tortura como tempo de serviço prestado à Pátria, porque foi tempo passado ao serviço de uma minoria que, enquanto permaneceu no poder, cedeu à tentação semelhante à que fez adoecer e finalmente destruiu o Exército francês, que permitiu a seus oficiais torturar prisioneiros políticos argelinos. E porque, sobretudo, esse soldo será pago com dinheiro do povo.

Há dois ou três dias a polícia de Brasília atacou constituintes durante uma assembléia de bancários grevistas. Os alvos da brutalidade policial não foram escolhidos por acaso: um constituinte comunista e dois progressistas. O Deputado Domingos Leonelli, da Bahia, chegou a propor a mudança da Assembléia Constituinte para outro local. Na verdade, os governadores de Estado pensam, e fingem, que mandam nas suas PMs, mas não mandam. Quem manda são altas patentes militares que passam as instruções aos oficiais da PM que as transmitem aos seus homens: greves são perigosas, grevista é baderneiro, sindicato é uma máfia, político é vagabundo e pica-reta, grevista é perigoso, líder sindical é bandido, constituinte ganha dinheiro sem trabalhar e só quer emprego para a família, todo comunista, petista ou brizolista é baderneiro, esquerdista quer o caos, povo é ruim, ajuntamento de povo é ameaça ao regime. Essa retórica perigosa filtra de escalões superiores para o soldado raso, o PM, que tem a arma na mão.

Estamos em plena estação de caça. Só esperamos que, desta vez, não sejamos pegos de calça curta, como em 64.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1987.

#### "O LUGAR DO NEGRO NA FORÇA DE TRABALHO"

Almanaque abril de 1987

Os escravos africanos já eram trazidos para o Brasil desde o início da colonização: os primeiros vieram com Martin Afonso de Sousa, o fundador de São Vicente, em 1532. Em 1538, Jorge Lopes Bixorda contratou a vinda de negros da Guiné e, em 1549, um alvará expedido por dom João III determinou que fossem remetidos 120 escravos da



Guiné e da Ilha de São Tomé para cada um dos engenhos de açúcar em funcionamento no Brasil. Mas só em 1568 esse tráfico foi sistematizado, através de um ato do governador geral do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá. Do século XVI ao século XIX, companhias portuguesas, espanholas e inglesas transportaram continuamente escravos das costas africanas para o Brasil. Apesar da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia as viagens de navios negreiros e punia os infratores com severas medidas de ordem policial e judiciária, os desembarques ainda prosseguiram por algum tempo. O último, de 209 indivíduos teve lugar em Serinhaém, Pernambuco, em 1855.

Os projetos de abolição da escravatura são bem anteriores à Independência do Brasil. Alguns dos revolucionários da Inconfidência Mineira (1789) previam sua inclusão nas reformas que pretendiam introduzir. Depois que no Congresso de Viena (1814/1815) se propôs a extinção do tráfico de negros, a Inglaterra tomou a seu cargo patrulhar os mares e apreender os navios negreiros. Essa atitude servia, na realidade, para acobertar a política mercantilista britânica então em franca expansão. Etapas importantes para o desaparecimento da escravidão no Brasil foram a promulgação da Lei do Ventre Livre 1871, que libertava todos os brasileiros nascidos de pais escravos, a da Lei dos Sexagenários, de setembro de 1885, que emancipava os negros a partir de 60 anos de idade. O estancamento das fontes de escravos - importação e nascimento - e a libertação gradual de todos os que ainda se encontravam em servidão significavam o declínio da escravidão no Brasil - desde 1868 o único país do hemisfério a conservá-la. No entanto, cedendo às pressões políticas do grupo abolicionista, a regente princesa Isabel, estando ausente o imperador, assinou o projeto apresentado à Câmara dos deputados pelo Ministro Rodrigo Silva, que declarava definitivamente extinta a escravidão no Brasil. Assim, a lei de 13 de maio de 1888 libertou entre 700 e 800 mil brasileiros sem instrução, desacostumados a tomar suas próprias decisões e considerados subalternos e racialmente "inferiores" pela população branca, e cujo destino seria engrossar, numa população de 14 milhões de habitantes a massa de mão-de-obra desempregada. Nessa brusca integração do escravo à sociedade encontram-se as raízes das condições de marginalização em que vive, ainda hoje a grande maioria da população negra. De fato, o Censo de 1980 revela, por exemplo, que, em São Paulo, dos 1.032.563 negros residentes no Estado, 30,9% têm menos de um ano de instrução (contra 19,9% dos brancos), e 40% têm renda inferior a dois salários mínimos (con-

tra 25,1% dos brancos). Além disso, enquanto 1,3% destes ganha acima de vinte salários mínimos, somente 0,50% dos negros tem esse rendimento.

Até a metade do século XVII, os negros escravos vinham principalmente para os engenhos do interior de Pernambuco e da Bahia; no século XVIII, os empórios de venda concentravam-se em Salvador, mas também no Rio de Janeiro; dessa época até o fim do tráfico, a mercadoria humana que se destinava às plantações de café escoava para o Grão-Pará e o Maranhão, dali derivando para as regiões agrícolas do Rio de Janeiro e São Paulo. A concentração de escravos nas várias regiões do País acompanhou os ciclos econômicos, o que explica sua distribuição irregular no território nacional - desde sua grande concentração nas áreas rurais do Leste e do Centro-Oeste, no litoral nordestino e em cidades como Salvador e Recife até sua diminuta presença na Amazônia e no Sul do país.

Sabe-se que um escravo custava de 20 a 30 libras esterlinas, e embora seja impossível determinar a procedência e o número exato de africanos que entraram no Brasil - de acordo com a lei de 14/12/1890, proposta por Rui Barbosa, foram destruídos quase todos os documentos relativos disso, a população africana trazida para o país sofreu uma contínua e profunda desculturação, consequência da política de dissolução dos grupos regionais, cujo objetivo era garantir a segurança dos senhores brancos. Isso não impediu que as reações negras fossem numerosas e uma delas, pelo menos - a do Quilombo dos Palmares -, revelasse elevada consciência política por parte dos escravos.

As reconstituições mais modernas das culturas negras, depois desse processo de descaracterização, indicam que o negro brasileiro se origina de três grupos africanos principais: sudaneses, de Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Senegal, Costa do Marfim e do sul da Nigéria; os guineanos-sudaneses, da Guiné e do norte da Nigéria; e os bantu, abrangendo tribos do grupo angolano-congolês e do grupo da Contra Costa (Moçambique).

Quanto às relações entre negros e brancos, Gilberto Freyre mostrou como eram condicionadas de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária - e de outro pelas condições sociais: o pequeno número de mulheres brancas existentes entre os colonizadores determinou o aparecimento de zonas de confraternização entre senhor e escravo, ainda que fortemente marcadas pelas noções de "superior" e "inferior". Dessa forma a questão negra, durante a fase patriarcal do Brasil colônia, pode ser considerada mais em termos econômicos, de experiência



de cultura e de organização de família do que em termos de raça ou de religião. A miscigenação agiu como um fator de mudança social, estreitando a distância entre o branco e o negro, e de mudança econômica, quebrando o poderio das sesmarias feudais.

Recentemente, os estudos das relações sociais entre brancos e negros têm sido numerosos; a própria UNESCO estimulou o levantamento de dados sobre as condições dos contatos raciais em diversos pontos do globo, visando a elaboração, à luz do material recolhido, de uma síntese geral do problema. No Brasil, onde a miscigenação é intensa e variada, o problema se reveste de características extremamente particulares e os próprios pesquisadores se vêem em dificuldades para traçar limites nítidos entre o preconceito de cor e o de classe. É interessante assinalar também que a caracterização de branco e não-branco varia em função do grau de mestiçagem, de classe para classe e de região para região. Em setembro de 1985, o IBGE divulgou O Lugar do Negro na Força na Trabalho, um estudo coordenado por Lúcia Elena Garcia de Oliveira, Rosa Maria Porcaro e Teresa Cristina de Araújo que, embora estivesse pronto desde 1981, tinha sido engavetado pela diretoria desse organismo na época. Nesse trabalho, demonstra-se que o negro, no Brasil recebe remuneração inferior à do branco em qualquer categoria profissional, tem um índice de escolaridade bem inferior ao do branco, e que a miscigenação praticamente não existe. Enquanto 60% dos negros têm renda mensal igual ou inferior ao salário-mínimo, é de 33% a cifra dos brancos nessa situação. Por outro lado, 14% dos brancos e apenas 2,95% dos negros têm renda superior a cinco salários-mínimos. Há também uma nítida tendência à homogamia racial: em média, 84,6% dos brancos casam-se com brancas, e esse índice cresce à medida em que é menor a remuneração e o grau de escolaridade. A divisão do trabalho também discrimina: 8,5% dos brancos têm ocupações de nível superior, contra 1,1% dos pretos e 2,7% dos pardos. Em 1976, havia 42,4% de negros analfabetos contra 15,5% de brancos.

Por isso, o despertar da consciência do negro brasileiro tem sido lento. As tentativas de organização feitas na década de 30 terminaram com o Estado Novo que perseguiu os seus líderes. Na década de 50, houve um renascimento do movimento, que seria desarticulado a partir de 1964. A atual dinamização das organizações negras só ocorreu a partir de meados dos anos 60, quando surgiram o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, no Rio de Janeiro, o Centro de Cultura e Arte Negra e o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, em São Paulo, e a Sociedade de Es-

tudos da Cultura Negra no Brasil, em Salvador. A nível nacional, criou-se o Movimento Negro Unificado - reunindo entidades de todo o país - que escolheu 20 de novembro, data da morte de Zumbi, o líder de Palmares, o Dia Nacional da Consciência Negra.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1987.

#### "PUBLICIDADE PERSONALISTA"

Nilson Monteiro

Então, vejamos: o amigo Domingos Pellegrini, que um dia chamou São Paulo de "subúrbio cultural de Londrina", voltou a ser pé vermelho, está na publicidade e continua pensante. Juntando essas duas coisas, Pellegrini faz propostas aos Senhores Constituintes, sustentadas por uma argumentação de qualidade. Transcrevo o documento ao qual seu autor deu o nome de A Publicidade dos Poderes Públicos. E recomendo a leitura:

"A cidadania brasileira ainda não é um fato, é um processo. Mesmo a incipiente cidadania brasileira, ainda plena de vícios e preconceitos, embebida ainda de uma corrupção herdada e desenvolvida horizontalmente por todas as classes sociais, hoje rejeita, com generalizada veemência, a vertical corrupção da máquina estatal e a impunidade como regra.

Os políticos- muitos por indisfarçada inépcia, fisiologismo, corrupção ou conivência - sofrem os resultados desse processo; provavelmente não será exagero dizer que chegamos a níveis inéditos de descrença na política e nos políticos. A votação nula e branca da última eleição de certo terá sido apenas uma pequena demonstração do que aconteceria se a votação fosse hoje.

Para agravar a imagem negativa dos políticos e das instituições políticas, soma-se a disputa de cargos nas máquinas administrativas, em intenso processo de reorganização funcional e política; afinal o PMDB passou da oposição a poder, e isso representa ainda um terremoto de muita repercussão e acomodações, na estrutura monolítica do Estado brasileiro.

Essa disputa de cargos, feita de articulações e movimentos que se tornam públicos na medida em que a imprensa cumpre suas funções, deixa a impressão, para a grande massa social, de que nossos representantes pouco ou nada fazem além de indicar nomes de confiança pessoal para os cargos de confiança pública, de que os eleitos têm apenas a delegação, que transforma em privilégio imune e alérgico a qualquer avaliação social ou partidária.

Fica cada vez mais transparente, já que a expressão está na moda, que a maior parte dos esforços de grande parte dos nossos políticos, atualmente, visa apenas à própria reeleição, através da montagem de esquemas à custa da ocupação de espaços e funções por pessoas de confiança pessoal - política de clientelismo que o PMDB também denunciou em palanques quando era oposição. Essa diferença entre a retórica e a prática também tornou-se, com o PMDB ao poder, muito transparente para todos que procuram ver as coisas públicas com olhos interessados.

Também existe o agravante de que já quase como regra, os ocupantes de cargos administrativos não terminam seus mandatos, deixando-os para se candidatar a novos cargos. Inchado de adesistas de última hora e fisiológicos habituais, o PMDB vê seus homens melhores e mais confiáveis num dilema; ou assumir novos postos em sucessão alucinada ou permitir que a ocupação pelos adesistas chegue a predominar, comprometendo de vez as possibilidades já muito arrefecidas de mudanças.

A tudo isto, soma-se o quadro econômico paradoxal; enquanto o Governo federal não reduz o déficit público e continua assim a penalizar toda a sociedade para pagamento de suas dívidas, e, enquanto os governos estaduais demitem em massa para conter despesas e os prefeitos anunciam a falência dos municípios, todos continuam a promover publicidade pessoal dos governantes, para isso não poupando custos anunciando nos melhores veículos, através de campanhas institucionais ou de utilidade pública mal disfarçadas e, para o público, irritantes e cretinas, justamente pela sua transparente hipocrisia.

Os exemplos são inumeráveis, o fato é um só: esse tipo de publicidade contribui imensamente mais para objetivos pessoais que sociais, de desgasta profundamente o poder público, as instituições legislativas e judiciárias, a política e os políticos, em todos os níveis sociais, principalmente no novo estágio de cidadania que pretendemos alcançar e que a população vai alimentando cada vez mais irritada. Justamente quando uma política de mudanças mais precisa de crédito social, continua a ver este crédito sabotado mesmo pelos políticos de mais eloquentes retóricas por mudanças. Por isto, propomos como sugestões a serem debatidas pela Assembleia Nacional Constituinte.

Que toda publicidade custeada com recursos públicos não tenha cunho pessoalista. Aí se incluindo nem a assinatura personalizada das administrações, nem a imagem sistematicamente veiculada dos administradores, nos anúncios de mídia eletrônica ou impressa.

Que todo custo de publicidade custeada seja relatado - com especificações de veículos, veiculações e preços - aos tribunais de contas, aos tribunais e juntas eleitorais à disposição de todos os interessados por simples requisição.

Que a propaganda eleitoral passe pelo mesmo procedimento, com relatórios, aos tribunais regionais e eleitorais ou juntas eleitorais, antes de qualquer veiculação. Que dependerá de aprovação para ser efetivada, em obediência a valores limites que deverão ser arbitrados e calculados a cada eleição pelos tribunais competentes". Tô de volta. Esqueci de dizer que essas sugestões foram encaminhadas pelo Pellegrini ao Diretório Municipal do PMDB, em Londrina.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1987.

#### "ROMBO NA CASA"

Jornal Correio de Notícias.

Se com paciência e labor, o homem for assentando tijolo sobre tijolo - e usar com critérios os bons métodos da administração brasileira - terá então construído um rombo que nem o Grande Arquiteto conserta.

O furo no Sistema Financeiro de Habitação foi estimado pelos banqueiros em 20 bilhões de dólares. Ou 500 bilhões de cruzados. Ou perto de um quinto do total da dívida externa do País.

Sumiu o BNH. Não se pode apagar seu fracasso nem o rabo de cometa das suas imensas dívidas.

Um desastre. O governo deu subsídios aos mutuários e continuou remunerando a poupança da mesma forma. Quem dá dinheiro mais barato do que toma, toma. O tal sistema, imaginado para ser solução definitiva do problema habitacional, transformou-se em dívida em regime de amortização negativa, do qual não há saída.

O SFH deve aos bancos mais do que a soma de todas as cadernetas de poupança que hoje existem no País.

A indústria da construção está em crise. São várias as firmas que já quebraram aqui em Curitiba, outras caminham rápido para o sorvedouro. Tomaram dinheiro para construir, não encontram comprador. Paga juros sobre juros, altíssimos. A venda dos imóveis não consegue cobrir esses custos financeiros.

Estão sobrevivendo as empresas que investiram recursos próprios. Mas também não vendem. Reavaliam os imóveis a cada mês que passa, num jogo de paciência.

Choram o dinheiro que estão deixando de ganhar com essa imobilização do capi-

tal. Estão emparedadas, à espera que o governo reative o mercado reabrindo os financiamentos para a casa própria.

O Banco Central arma mil alquimias para regulamentar a Caderneta Habitacional, bolação de nosso Deni Schwartz no MDU. Os banqueiros estão céticos. Matematicamente o SFH nunca mais sai do buraco. O governo terá que bancar, ou pára tudo.

Uma transferência de recursos do Tesouro para o SFH significa o seguinte. Cada cidadão brasileiro, desde os mais pobres, estará pagando parte das casas dos mutuários. Muitas delas como o notório, belos e luxuosos imóveis, que foram financiados por um sistema de habitação popular - lembram? - exatamente sob alegação de que seriam financiamentos rentáveis, fazendo crescer os recursos para construir a casa do pobre.

Em nossa política sem prumo e fora do esquadro, o resultado está aí. O pobre ajuda a pagar a casa do rico. O dinheiro sumiu, não há mais para financiar a casa do pobre.

Os financiamentos para a casa própria continuam fechados, apesar de "reabertos" pelo Banco Central em meados de abril. O BC não distribuiu as instruções aos bancos. Pequeno atraso por acúmulo de feriados e troca de ministros. Construtores que quebrem, operários percam seus empregos, os sem-lar esperem.

Quem estava pensando em pleitear financiamento agora, tire o cavallinho da chuva, vá morar com ele numa estrebaria. os agentes financeiros já acumulam milhares e milhares de pedidos, os recursos são poucos.

A esperança de dinamizar novamente a política da casa própria está na Caderneta Habitacional. Que tem embutida uma pilantragem exatamente para tentar tampar o rombo do SFH. Antes de ter a casa, o candidato tem que injetar dinheiro no sistema.

O Banco Central está terminando o regulamento, mas o esquema de funcionamento é simples. O interessado em comprar imóvel assina contrato com um banco se comprometendo a depositar dinheiro numa conta especial - Caderneta Habitacional - durante pelo menos 18 meses. O dinheiro rende correção e juros de 6% anuais, mais um seguro de vida. Os contratos vão de 50 mil a 880 mil cruzados. No final do prazo, poupador recebe o financiamento ou uma carta de crédito para construir sua casa.

O governo espera uma grande injeção de dinheiro, prolongando a agonia do sistema. Que um dia deverá implodir, por leis de matemática e esforços de hábeis administradores.

É tão difícil construir a casa própria quanto construir um país sólido.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAUL LOPES, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MAIO DE 1.987.

#### "ENCAMINHAMENTO DE PRONUNCIAMENTO"

Foi somente na Idade Média que na Europa, sob pressão de fatores econômicos e sociais, foi abolido o uso de se escravizar prisioneiros de guerra.

Tomaram o lugar desses escravos o servo da gleba e o colonato. A abolição oficial só veio em 1799, sob o Consulado, contudo, nas Colônias, ela continuava terrível, escravizando, de início, o autóctone e, em seguida, o negro através do tráfico de escravos que se fazia a partir da África, dele participando quase todos os países civilizados.

Com o Tratado de Viena, em 1815, foi proibido oficialmente o tráfico, contudo, continua, sob a forma de contrabando, a aportar no Novo Mundo os negros, vindo ainda das terras da África.

Nos Estados Unidos foi necessária uma guerra violenta para que Lincoln conseguisse a abolição e, indiretamente, morresse pela causa.

No Brasil, D. Pedro II e a Princesa Izabel influenciados por diversos segmentos da sociedade, a Igreja, a Maçonaria, literatos, poetas, políticos e a consciência dos homens de bem do nosso Brasil, levaram a efeito a abolição, sem derramamento de sangue de maneira pacífica devolvendo a liberdade a este povo, nosso irmão, que vinha padecendo a dezenas de anos, sob a ameaça do ferro e do açoite.

Castro Alves, na época, muito contribuiu com estes versos do Navio Negreiro e que ainda hoje calam muito fundo em todos nós:

"Existe um povo que a bandeira empresta  
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...

E deixa-a transformar-se nesta festa  
Em manto impuro de bacante fria!...

Meu Deus! Meu Deus!

mas que bandeira é esta,

Que impudente na gávea tripudia?

Silêncio, Musa... chora e chora tanto  
Que o Pavilhão se lave no teu pranto!..."

"Auriverde pendão da minha Terra,  
Que a brisa do Brasil beija e balança,  
Estandarte que a luz do sol encerra  
E as promessas divinas da esperança...

Tu que, da liberdade após a guerra,

Forte hasteada dos heróis na lança,

Antes te houvessem roto na batalha

Que servires a um povo de mortalha!..."

Há fatos na história que nunca deveríamos nos lembrar. Mancham nosso passado. Contudo, quando se erra, há um dia de se reconhecer o erro e pedir perdão pelo mal

que provocamos a todo um povo no passado.

A Nação hoje se penitencia do fato de, no seu início ter submetido homens a uma escravidão vil e ao mesmo tempo se rejubila por tê-los libertado e novamente dado a eles a condição de serem livres como Deus os criou.

Devemos agradecer tudo isso a homens bravos, de valor e coragem, dotados de bons princípios, que vendo no escravo um irmão pertencente à grande família humana, jamais concordaram com aquela ignóbil condição!

Hoje nesta data, recebemos no seio de nossa Pátria todos os descendentes da nobre raça negra, raça alegre e de boa índole, produtiva e trabalhadora, cujo sangue fortalece esta Nação e nos orgulha. Raça que nos deu homens da altura de um José do Patrocínio, Cruz e Souza e um Martin Luther King, profissionais liberais, técnicos, trabalhadores, grandes artistas e porque não?

Os nossos mais lídimos representantes da música popular. Extraordinários Poetas, Artistas e Músicos. Nos deram uma cultura rica e eivada de valores positivos que somando-se às de outros povos, tornaram esta nação mais alegre, produtiva e hospitaleira!

Em nosso país, negros e seus descendentes, mercê do seu trabalho, esforço e inteligência ocupam cargos, funções e exercem muitas atividades em toda a escala social. Nada pela sua cor lhes tem sido negado. Juntos com todos nós, milhões de heróis anônimos descendentes dos antigos escravos, lutam para dar a esta Pátria melhores dias.

Contudo, aproveitamos esta data para nos lembrarmos de que os trabalhos humildes realizados pelos escravos ainda existem, embora em condições menos desumanas. É por isto que nos sentimos no dever de alertar às classes dirigentes, ao governo e ao povo do fantasma da servidão que se avizinha a cada vez que descuremos dos direitos do trabalhador que hoje é de todas as cores, raças, credos e religiões.

Todo o apoio deve ser dado aos menos favorecidos e aos marginalizados socialmente. Que se lute por uma maior e melhor condição de vida aos operários, aos desem-

pregados, aos humildes serviçais aos bôia-frias que diariamente, de sol a sol, muitas vezes emudecidos pela sua condição, trabalham e mourejam em atividades monótonas, cansativas, sem nenhuma motivação, sem ver futuro no que fazem, extenuados e sem esperanças. Concedamos a eles de todos os modos numa melhor condição econômica! Auxiliemos sempre aos que se esforçam por galgar melhores condições sociais! Pois sempre que possível, devemos minorar o seu fardo, fardo a que se sujeita a maioria da população brasileira. Sem o que estaremos aviltando a nossa consciência moral!

Outro aspecto que nesse dia devemos nos lembrar é o fato da miscigenação e o respeito mútuo entre as diversas culturas que formaram e continuam formando o nosso Brasil, que só tem dado frutos positivos, favorecido a paz, a integração e a Unidade Nacional.

Que o bom Deus nos proteja como até agora nos tem protegido.

Que nossa Pátria continue a ser a terra prometida a brasileiros descendentes de árabes, judeus, católicos, protestantes, budistas, muçulmanos, hinduístas, brancos, semitas, negros, índios, asiáticos e europeus.

Que jamais por motivos de cor, raça, cultura ou diferentes costumes venham tinger de sangue o rico solo desta Nação que tão bem a seus antepassados "soube acolher"!

Que continuemos todos nós a termos apenas o orgulho de sermos brasileiros e integrantes da humanidade!

Que este imenso país, legítimo herdeiro de riquezas materiais da natureza e espirituais de todos os povos possa transmitir estas lições ao conturbado e dividido mundo Moderno, palco de tantas desgraças e males por se fixar nas aparências e se esquecer da essência da humanidade que há em todos nós!

Que a nossa lição de fraternidade transponha fronteiras e se espraie pelo mundo, libertando-o da mais abjeta escravidão àquela que nasce do ódio, da discriminação, do não reconhecimento dos direitos humanos, enfim:

A escravidão provocada pela incapacidade de ver no outro a nós mesmos!"